



Tendências da Paisagem Rural: contribuição metodológica para o desenvolvimento rural.

Estudo de caso: Concelho do Cartaxo, Ribatejo

Constança Salgueiro Maltez Matos Boieiro

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura Paisagista

Orientadores: Maria Manuela Monteiro Tavares da Silva

Nuno Joaquim Costa Cara D'Anjo Lecoq

Júri:

Presidente: Doutora Ana Luísa Brito dos Santos de Sousa Soares Ló de Almeida,

Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia

Vogais: Mestre Maria Manuela Cordes Cabêdo Sanches Raposo de Magalhães, Professora
Auxiliar aposentada do Instituto Superior de Agronomia

Doutora Maria Manuela Monteiro Tavares da Silva, Chefe da Divisão de
Ordenamento do Espaço Rural

Agradecimentos

Apraz-me mestas primeira linhas, traduzir as minhas fracas palavras com um agradecimento:

à Arquitecta Manuela, pelo acompanhamento, orientação, disponibilidade, pela preciosa ajuda na definição do objectivo de estudo, pela(s) revisão(ões) crítica(s) do texto, pelos profícuos comentários, esclarecimentos, opiniões e sugestões, pela cedência e indicação de alguma bibliografia, pela acessibilidade e simpatia demonstradas, pelas infinitas horas dedicadas, pelo constante entusiasmo de encarar este projecto, acima de tudo, pela Amizade.

à Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, em particular à Sr.^a Eng.^a Ana Entrudo pela sabedoria, por todo o tempo dispensado na revisão e comentários aos capítulos referentes ao desenvolvimento rural, pela cedência de alguns elementos bibliográficos. À Sr.^a Directora São Luís Centeno por ter permitido que este trabalho fosse realizado em conjunto com a DGADR. Por fim, a todos os que fazem parte da Divisão de Ordenamento do Espaço Rural, em especial à Sr.^a Eng.^a Ana, Sr.^a Eng.^a Beatriz e Sr.^a Eng.^a Graziela, Sr.^o Eng.^o Pinheiro, Sr.^o Eng.^o Miguel e ao Sr.^o Eng.^o Manuel por todo o carinho e boa disposição que sempre demonstraram ter aquando das minhas visitas.

à Câmara Municipal do Cartaxo, em especial à Sr.^a Vereadora Sónia Teixeira Santos e à Dr.^a Estela Silva, pelo acolhimento e importante contributo que tiveram para disponibilizar todos contactos necessários para a presente investigação.

à Madalena Mello Viana, responsável pelo operador turístico *Ollem Turismo*, pelo esforço constante em reconhecer a importância e singularidade da cultura Avieira de forma tão apaixonada e dedicada, pelas fantásticas experiências que me proporcionou, pelas visitas guiadas às aldeias, pelo rio e pelos céus do ribatejo.

à Sr.^a Arquitecta Maria João Botelho pela disponibilidade, interesse e importante contributo na realização destes encontros.

à Dr.^a Dalila Dias, actual responsável pelas Aldeias Históricas de Portugal, pelo acolhimento, pela partilha entusiasta de toda a sabedoria, pela apresentação de algumas metodologias de desenvolvimento rural e pelas valiosas indicações de inovação rural no âmbito do estudo de caso.

à Dr.^a Clotilde Rio, pela disponibilidade, simpatia e a partilha da história das Aldeias de Portugal.

ao ISA pelos conhecimentos técnicos e valores humanos transmitidos, durante o meu percurso académico, que permitiram enriquecer o meu crescimento humano.

aos meus amigos pelo apoio.

à minha família, em especial aos meus pais pelo enorme esforço que fizeram diariamente para a minha formação, por serem os modelos de coragem, pelo seu apoio incondicional, incentivo, amizade e paciência demonstrados. É a eles e ao meu irmão Francisco, a quem dedico este trabalho.

A todos, a minha eterna gratidão.

A presente dissertação não foi redigida segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, por opção do autor.

Palavras-chave Paisagem, rural, espaço rural, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável

Resumo Existe actualmente o retomar do interesse sobre o espaço rural, que se tem vindo a reflectir num aumento de projectos de desenvolvimento rural. Partindo deste pressuposto, pretende o presente estudo elaborar um modelo de desenvolvimento e reabilitação dos espaços rurais através da valorização da paisagem e dos seus recursos. Tal modelo assenta numa investigação que se articula na análise das actuais tendências de desenvolvimento do espaço rural, os princípios de sustentabilidade e exploração turística.

A análise aprofundada de projectos neste âmbito, permitiu salientar e revelar o primordial contributo que a paisagem exerce sobre o progresso de desenvolvimento do espaço rural, e, consequentemente, fornecer uma série de princípios metodológicos, capazes de contribuir para a elaboração de um modelo de sugestões para a reabilitação das aldeias e desenvolvimento desta área, em particular, e da paisagem, em geral, sobretudo no que diz respeito à implementação de princípios de sustentabilidade.

A análise foi aplicada ao estudo de caso, exemplo característico das potencialidades paisagísticas em Portugal, no concelho do Cartaxo, nas aldeias de Porto de Muge, Valada e Palhota. Através deste trabalho, pretende-se afirmar e demonstrar que a paisagem é o “produto” mais frequente, que mais se oferece directa ou indirectamente, e, corresponde a uma resposta efectiva ao desenvolvimento rural.

Keywords

Landscape, rural, rural space, rural development, sustainable development

Abstract

There is currently the resumption of interest in the countryside, which has been reflected in the increase of the rural development projects. Under this assumption, this study intends to draw up a series of suggestions for the development and rehabilitation of rural areas through the enhancement of the landscape and its resources. This model is based on a research that is articulated in the analysis of current development trends in rural areas, the principles of sustainability and tourist operation.

An indeed analysis of such projects allowed stress and revealed the primary contribution that the landscape has on the progress of rural development, and hence provide a number of methodological principles, able to contribute to the development of a model of suggestions for the rehabilitation of villages and development of this area, in particular, and the landscape in general, especially with regard to the implementation of sustainability principles.

The analysis was applied to one case study, representative of landscape potential, in Cartaxo Municipality, in particular the villages of Porto de Muge, Valada and Palhota. Through this work, we intend to affirm and demonstrate that the landscape is the "product" more often, what else is offered directly or indirectly, and corresponds to an effective response to rural development.

ÍNDICE

Lista de esquemas	XI
Lista de ilustrações	XII
Lista de imagens	XIII
Lista de tabelas	XV
Lista de quadros.....	XVI
Lista de Abreviaturas	XVII
INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo I	3
DESENVOLVIMENTO RURAL	3
1. Definição de paisagem e de espaço rural.....	4
1.1. Paisagem	4
1.2. Espaço Rural	4
1.3. Paisagem Rural	6
2. Panorama actual.....	6
3. As políticas de desenvolvimento rural em Portugal	7
4. Tendências resultantes da aplicação de medidas e programas de desenvolvimento rural ..	8
4.1. Desenvolvimento turístico do espaço rural.....	8
4.2. Sustentabilidade do desenvolvimento rural.....	9
Conclusão: Paisagem como recurso turístico sustentável	11
Capítulo II	12
A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL	12
1. Projectos de desenvolvimento rural	13
1.1. Projectos em rede	13
1.1.1. Aldeias Históricas de Portugal	13
ii) Princípios orientadores e estratégicos e factores de sucesso	14
iii) Actividades desenvolvidas e responsabilidade social associada.....	15
iv) Contributo para a valorização da paisagem envolvente	16
1.1.2. Aldeias de Portugal.....	17
i) Financiamento: o forte contributo das políticas rurais.....	17
ii) Princípios orientadores, estratégias e factores de sucesso	18
iii) Actividades desenvolvidas	18
iv) Contributo para a valorização da paisagem envolvente	19
1.1.3. Casas Brancas	19

i)	Evolução ao longo dos anos	19
ii)	Princípios orientadores	20
iii)	Actividades desenvolvidas	20
iv)	Contributo para a valorização da paisagem envolvente	21
1.2.	Projectos de valorização paisagística	22
1.2.1.	Percorso pedestre: Grande Rota do Vale do Côa (Côa, 2014)	22
1.2.2.	Observação de Aves: Espaço de Visitação de Aves (EVOA) (Terra das Ideias, s.d.)	23
1.2.3.	BioRia (Digitalmente, s.d.)	24
	Conclusões.....	25
	Capítulo III	27
	ESTUDO DE CASO	27
	Nota introdutória	28
1.	Caracterização do território	28
1.1.	Factores biofísicos	29
i)	Geologia	29
ii)	Clima	29
iii)	Relevo: variações altimétricas	30
iv)	Flora	30
a.	Espécies arbóreas e arbustivas	30
b.	Espécies herbáceas	32
v)	Fauna	34
vi)	O Rio e as cheias	36
1.2.	As aldeias e a paisagem	38
	Nota Introdutória	38
i)	As Aldeias	39
a.	Porto de Muge	39
b.	Valada	40
c.	Palhota	41
ii)	Tipologias de Paisagem	43
2.	Caracterização do território: factores antrópicos	48
2.1.	Ocupação do solo: estrutura produtiva do concelho	48
i)	Colonização: O uso do rio através dos tempos	48
ii)	Evolução da população	49
2.2.	Património arquitectónico	50
i)	Dique/ Tapada	50

ii)	Igreja Matriz de Valada	50
iii)	Ponte Rainha D. Amélia.....	51
iv)	Arquitectura dos Avieiros	52
2.3.	Património cultural	52
i)	Gastronomia.....	52
ii)	Lendas	53
iii)	Festas e Romarias	53
a.	Quinta-feira de Ascensão ou Quinta-feira da Espiga	53
b.	Travessias de toiros	53
c.	Reguengo – Valada: «Quilómetro Lançado de Valada»	54
d.	Cruzeiro religioso do Tejo.....	55
iv)	Danças e cantares	56
a.	Rancho Folclórico as Ceifeiras, Porto de Muge.....	56
v)	Artesanato e saberes-fazer	57
a.	Os barcos e a pesca	57
3.	Desenvolvimento do projecto	59
	Nota introdutória	59
3.2.	Definição de objectivos	61
3.3.	Projectos Âncora	61
	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS RURAIS A PARTIR DA VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM	62
	Bibliografia.....	69
	ANEXO A: ENTREVISTA PARA A COORDENADORA DO PROJECTO EM REDE <i>ALDEIAS DE PORTUGAL</i>	76
	ANEXO B: ENTREVISTA PARA A COORDENADORA DO PROJECTO EM REDE <i>ALDEIAS DE PORTUGAL</i>	78
	ANEXO 1: PLANO GERAL.....	81
	ANEXO 2: CORREDORES VERDES.....	83
	ANEXO 2.1: CORREDORES VERDES	85
	ANEXO 3: REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS.....	87
	ANEXO 3.1: REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS	89
	ANEXO 4: RECUPERAÇÃO DOS PORTOS PALAFÍTICOS.....	91
	ANEXO 5: <i>BIRDWATCHING</i>	93
	ANEXO 6: DIQUE/ ROTA DA TAPADA	95

Lista de esquemas

Esquema 1 - Termos que designam o conceito paisagem	4
Esquema 2- Definição de Rural	6
Esquema 3 - Panorama actual do espaço rural	7
Esquema 4 - Desenvolvimento turístico do espaço rural	9
Esquema 5 - Situações em que se considera que uma determinada actividade é sustentável	10
Esquema 6 - Paisagem como elemento agregador do turismo e da sustentabilidade.....	11
Esquema 7 - Valorização da paisagem no contexto do desenvolvimento rural	26

Lista de ilustrações

Ilustração 1 – Localização Geográfica do Concelho do Cartaxo.....	29
Ilustração 2 – Localização Geográfica das aldeias.....	37
Ilustração 3 – Morfologia rural da Aldeia de Porto de Muge.....	38
Ilustração 4 – Linha de corte [A;A'].....	45
Ilustração 5 – Elementos da Paisagem: representação em Corte [A;A'] da Aldeia de Porto de Muge.....	45
Ilustração 6 – Linha de corte [B;B'].....	45
Ilustração 7 – Morfologia rural de Valada	46
Ilustração 8 – Elementos da Paisagem: representação em Corte [B;B'] de Valada	46
Ilustração 9 – Morfologia rural de Valada	46
Ilustração 10 – Linha de corte [C;C'].....	47
Ilustração 11 – Elementos da Paisagem: representação em Corte [CC'] da Aldeia da Palhota.....	47
Ilustração 12 – Plano Geral.....	47
Ilustração 13 – Rota para observação das aves.....	64

Lista de imagens

Imagem 1 – <i>Fraxinus angustifolia</i> Vahl	30
Imagem 2 – <i>Sambucus nigra</i>	30
Imagem 3 – <i>Salix alba</i>	30
Imagem 4 – <i>Tamarix africana</i> Poiret	30
Imagem 5 – <i>Chamaemelum fuscatum</i> Brot.....	31
Imagem 6 – <i>Lepidophorum repandum</i> L.....	34
Imagem 7 – <i>Phragmites australis</i> Cav.....	34
Imagem 8 – <i>Ardea cinérea</i>	37
Imagem 9 – <i>Plegadis falcinellus</i>	37
Imagem 10 – <i>Riparia riparia</i>	37
Imagem 11 – Ilha das Garças	37
Imagem 12 – Ninhos escavados pela <i>Riparia riparia</i> nos taludes dos mouchões.....	37
Imagem 13 – Cheias de 1979.....	38
Imagem 14 – Hidrómetro	42
Imagem 15 – Estado de conservação dos portos palafíticos.....	42
Imagem 16 – Vista a partir do Cais de Porto de Muge	42
Imagem 17 – Entre pontes	42
Imagem 18 – Dique	42
Imagem 19 – O Tejo a partir de Valada	43
Imagem 20 – Marina Fluvial.....	43
Imagem 21 – Praia Fluvial.....	43
Imagem 22 – Rua 1º de Maio	43
Imagem 23 – Casa do Avieiro	44
Imagem 24 – Cais Fluvial da Palhota	44
Imagem 25 – "O Cantinho do Fragateiro" vista Sul	44
Imagem 26 – "O Cantinho do Fragateiro" vista Norte	44
Imagem 27 – Barco Tradicional Avieiro.....	44
Imagem 28 – Habitação de dois andares com fachada decorada em azulejo, Valada	46
Imagem 29 – Vinhedos.....	46
Imagem 30 – A ponte e o rio	47
Imagem 31 – Zona de Prado	47
Imagem 32 – Dique.....	47
Imagem 33 – Habitação Avieira.....	47
Imagem 34 – Quinta	47
Imagem 35 – Cais fluvial	48
Imagem 36 – Praia fluvial.....	48
Imagem 37 – Dique	48
Imagem 38 – Aglomerado Populacional.....	48
Imagem 39 – Exploração Agrícola	48
Imagem 40 – Cais palafítico.....	49
Imagem 41 – Aglomerado Populacional.....	49
Imagem 42 – Exploração Agrícola	49
Imagem 43 – Zona de Caça	49
Imagem 44 – Dique.....	49
Imagem 45 – Igreja Matriz.....	53

Imagem 46 – Ponte Rainha D. Amélia.....	53
Imagem 47 – Travessia de Touros.....	56
Imagem 48 – Cruzeiro Religioso, Valada.....	58
Imagem 49 – Cruzeiro nocturno Religioso, percurso Escaroupim – Valada.....	58
Imagem 50 – Cruzeiro Religiosos, Escaroupim.....	58
Imagem 51 – Barco Avieiro da Associação Palhota Viva.....	60
Imagem 52 – Barco Avieiro no rio Tejo	60
Imagem 53 – Barco Avieiro da Associação Palhota Viva.....	60
Imagem 54 – Identificação das partes constituintes de um Barco Avieiro.....	60

Lista de tabelas

Tabela 1 - Evolução da População na Freguesia de Valada	50
Tabela 2 - Análise S.W.O.T./Diagnóstico	60

Lista de quadros

Quadro 1 – A Palhota e as gentes.....	45
Quadro 2 - III Cruzeiro Religioso do Tejo – Testemunho.....	57

Lista de Abreviaturas

ADL's – Associações de Desenvolvimento Local
ADTAHP – Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal
AHP – Aldeias Históricas de Portugal
AP – Aldeias de Portugal
ATA – Associação de Turismo de Aldeia
DGADR – Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
EVOA – Espaço de Visitação e Observação de Aves
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
GAL – Grupos de Acção Local
GR 22 – Grande Rota 22
GRVC – Grande Rota do Vale do Côa
ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
LEADER – Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
S.W.O.T. – *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*
PPDR – Programa do Potencial de Desenvolvimento Rural
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural
PROVERE - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos
SIC – Sítios de Importância Comunitária
TER – Turismo em Espaço Rural
VRIO – Valor, Raridade, Inimitabilidade, Organização
ZPE – Zona de Protecção Especial

INTRODUÇÃO

A oportunidade de trabalhar o espaço rural surgiu ocasionalmente através de um contacto com a Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), no âmbito da recolha de informação sobre projectos de abordagem LEADER (Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural), com o objectivo de obter financiamento para a reabilitação de uma casa de família na Beira Baixa.

Este contacto foi estabelecido com a área da Rede Rural (Divisão da Diversificação da Actividade Agrícola, Formação e Associativismo – DDAAFA) e desta conversa resultou falar da minha procura de um tema para a Tese de Mestrado, tendo esta Divisão achado muito interessante poder desenvolver um trabalho na área do Desenvolvimento Rural.

Esta ideia centrava-se sobretudo na reabilitação arquitectónica para promover o turismo da região do ribatejo. Após ter tomado conhecimento da potencialidade paisagística de Valada do Ribatejo, ligada ao património ribeirinho, surgiu a ideia de pesquisar a influência da paisagem nos projectos de desenvolvimento rural, tentando compreender a sua importância no estabelecimento de estratégias de desenvolvimento local e regional. É portanto, objectivo deste trabalho encontrar na paisagem uma resposta e contributo para a reabilitação de aldeias e em concreto neste caso para as aldeias ribeirinhas da freguesia de Valada no Cartaxo.

As opções de abordagem e estudo do tema sugerido/escolhido são várias:

O estudo encontra-se organizado em **quatro capítulos**, cada um deles dividido em secções e subsecções.

O **primeiro** capítulo pretende contextualizar o objectivo da investigação enquadrando de forma geral o desenvolvimento rural através de um mosaico coerente de referências comparadas, analisadas e discutidas: sendo abordadas temáticas tais como as definições e conceitos do termo rural e espaço rural.

Enquadrado conceptualmente o espaço rural um dos âmbitos da pesquisa, foca-se a análise nos contributos mais específicos para o desenvolvimento rural: as políticas de desenvolvimento rural em Portugal; as suas ligações com o turismo; as suas tendências de sustentabilidade; e a abordagem da paisagem como um recurso turístico e sustentável.

No **segundo** capítulo o objecto de estudo será delimitado, passando do âmbito geral do desenvolvimento rural para o âmbito mais específico: a importância da paisagem na valorização do desenvolvimento rural.

Casos portugueses serão apresentados como exemplos nacionais de desenvolvimento rural, tanto na vertente de metodologias em rede, como outros projectos de carácter institucional mais direccionados para a valorização paisagística. Esta análise irá endereçar para questões operacionais, cujo conhecimento e entendimento se revela indispensável para a formulação de uma proposta de reabilitação, tais como:

1. Financiamento, o forte contributo dos programas regionais e das políticas rurais
2. Princípios orientadores, estratégias e factores de sucesso
3. Actividades desenvolvidas
4. Contributo para a paisagem envolvente

No capítulo seguinte (**terceiro**), será dedicado ao estudo de caso no Cartaxo. Escolhidas as aldeias de Porto de Muge, Valada e Palhota como local de intervenção enquanto áreas repletas de potencialidades paisagísticas, avifaunísticas, florísticas e piscícolas.

Neste capítulo proceder-se-á a uma análise S.W.O.T. da condição actual das aldeias ribeirinhas em estudo enquanto espaços rurais que reúnem muitos aspectos sob o ponto de vista natural e cultural que podem estar na origem da sua reabilitação e desenvolvimento rural. Será ainda apresentada uma discussão dos dados recolhidos, para a formulação de um quadro de estratégias fundamentais e perspectivas futuras do desenvolvimento destes espaços rurais.

No último capítulo (**quarto**), será elaborada uma reflexão sobre as principais conclusões da anterior análise e, nesta base, serão enunciadas uma série de boas práticas no âmbito da reabilitação das aldeias e proposta uma metodologia que tem como objectivo contribuir e promover acções no território no que diz respeito à valorização das potencialidades dos recursos endógenos, património e herança cultural.

Capítulo I

DESENVOLVIMENTO RURAL



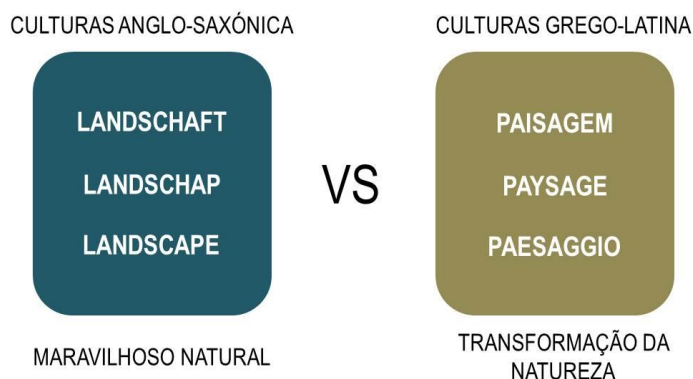
1. Definição de paisagem e de espaço rural

Com o intuito de contextualizar o objectivo da investigação, neste primeiro capítulo serão abordadas temáticas para melhor compreender o termo rural e de que forma se relaciona com a paisagem.

1.1. Paisagem

Nas culturas anglo-saxónica e greco latina os termos que designam a paisagem são muito diversos e sujeitos a distintas interpretações: os primeiros, - *Landschaft* (alemão), *landschap* (holandês), *landscape* (inglês), entre outros – tomam o sentido de região/parcela de terreno, sempre em torno da terra, e não a território enquanto domínio antrópico; os segundos – *Paisagem* (português), *Paysage* (francês) e *Paesaggio* (italiano) – ilustram o deslocamento das noções de “terra” ou “região”, fazendo uma referência ao território incluindo de forma implícita o homem, enquanto ser transformador da natureza (PROAP, 2010, pp. 30, 31) (SERRÃO, 2011, p. 13).

Estas são claramente distintas abordagens reflectoras das diferenças culturais, existindo uma fronteira nítida entre a imagem que resulta proposta de organização do mundo, orientada pela vontade dos homens e a vontade nítida de uma organização desconhecida, o maravilhoso natural. As diferenças culturais, lidas na subjectividade do olhar sobre a paisagem, são muito importantes na avaliação dos recursos da mesma.



Esquema 1 - Termos que designam o conceito paisagem

Fonte: Autora

1.2. Espaço Rural

Primeiramente, e, contrariando um pouco o impulso habitual de integrar nesta dissertação os significados conferidos por vários autores e académicos sobre as definições de rural, optou-se por fazer uma primeira abordagem onde o foco de estudo sobre o espaço rural assentasse no conceito que as comunidades, que vivem e usufruem dele, possuem.

Foi no início de 2002 que o *site Countryside Alliance* (MediaPie, s.d.), que representa os interesses rurais de caçadores e agricultores a nível nacional em Inglaterra, conduziu um estudo tendo por base a realização de um questionário onde, por intermédio das respostas dadas pelos seus associados, procurava obter uma definição de

rural, tendo por base a percepção que cada indivíduo tinha no seio da comunidade em que se inseria. Das respostas obtidas à pergunta:- “O que é o Rural?”, enumeram-se de seguida, algumas das que mais significado traduziram e que foram, posteriormente, publicadas por Woods (Alliance, 2004):

- "Uma área de **baixa densidade populacional**, ou seja, vilas, aldeias e pequenas cidades que necessitam de viagens para as comodidades não fornecidas na localidade, ou seja, cinema, banco, supermercado.”;
- “*Rural* deve ser definido como áreas em que o principal **uso da terra é agrícola**.”;
- “*Rural* é tanto um **estado de espírito como um lugar** real. É uma aceitação e compreensão das pessoas e das coisas que vivem em **uma área predominantemente agrícola**, as práticas e tradições.”;
- “*Rural* é **observar as estrelas numa noite clara, ser capaz de respirar ar puro, ver animais selvagens inseridos no seu habitat natural**, ser capaz de dormir sem o barulho constante de tráfego automóvel. **A beleza da natureza na paisagem, florestas, cercas**, etc.”;
- “Viver e trabalhar no campo - com raízes no campo desde a infância. **Uma compreensão do campo é uma atitude sentimental para com os animais, tanto selvagens como domésticos**.”;
- “*Rural* é onde os carros estranhos são notados”

Mas, não desvalorizando definições académicas, sustentadas por fortes convicções científicas e, pesquisando um pouco mais sobre o conceito de rural e os seus significados apreende-se:

“O espaço rural, em termos genéricos, diferencia-se do espaço urbano pelas **menores densidades populacionais** e pela **importância relativa da agricultura na economia e na sociedade**, mesmo nas sociedades mais desenvolvidas e globalizadas.” (CAVACO, 2004, p. 99).

Manuela Raposo Magalhães caracteriza o mosaico rural como “o padrão resultante da **humanização da paisagem natural**, com vista à produção de alimentos, à obtenção de materiais, ao abrigo e demais necessidades de quem nela trabalha” (MAGALHÃES, 2008, p. 74).

Assim, das definições aqui obtidas, constata-se que a palavra *rural* pode situar-se num largo espectro de significados, que se estendem por várias vertentes, que vão desde a **social** (baixa densidade populacional, escassez de serviços, o silêncio), **cultural** (práticas e tradições), **económica** (agricultura) e **ambiental**. No entanto, há um ponto comum nestas definições que aliam o conceito de rural à **identidade do local à percepção paisagística e ambiental** do lugar, sobretudo à presença da **envolvente** no seu quotidiano, nos seus costumes e modo de vida.

É notório que em todas as definições e significados de teor científico, ou de carácter empírico subsiste uma expressão constante, que se revela através da ideia de **espaço exterior**, de **campo**, da **envolvente de lugar**. Com efeito, todas estas percepções remetem para o exterior, para a **paisagem “natural”**, paisagem esta que revela ser o elemento comum e integrador de todas as acepções ao termo rural acima expostas.



Esquema 2- Definição de Rural

Fonte: Autora

1.3. Paisagem Rural

Entenda-se o termo recursos paisagísticos como os elementos que constituem e caracterizam a paisagem (TABACOW, 2004). Posto isto, e levando em consideração ambas as designações do termo paisagem acima expostos, consideram-se como elementos que constituem a paisagem a morfologia do terreno, a fauna e flora, o solo, os recursos hídricos locais, a acção antrópica, no fundo, todos os elementos que a compõem e identificam.

Assim, todos os recursos de determinada paisagem devem ser levados em conta, uma vez que têm a capacidade de lhe atribuir uma identidade.

Perante uma paisagem nitidamente natural, sustenta-se a constatação da sua ruralidade recorrendo-se à reflexão do arquitecto paisagista Corajoud (2011, p. 213) que identifica a paisagem rural “pela morfologia do campo rural” que revela as marcas da “qual o camponês tem ainda de adaptar o seu labor geométrico [matrizes rectilíneas e circulares das parcelas agrícolas] da terra às condições e contingências geográficas [proximidade com o rio, baixa altitude e suavidade do terreno]” (IDEM). Telles (2011, p. 476) subscreeve com a afirmação de que a paisagem rural consiste numa imagem reflectora da “acção complexa e voluntária de um grupo humano sobre o espaço bruto, a tal paisagem natural”.

2. Panorama actual

Perspectivada a definição do termo rural, será então possível retractor e analisar o seu contexto nos dias que correm. Por um lado, as áreas rurais encontram-se numa **encruzilhada de importantes metamorfismos**, onde se destacam o êxodo rural, a diminuição e o envelhecimento da população, a regressão da actividade agrícola, a falta de emprego, a inexistência de circuitos comerciais para fazer chegar ao mercado os produtos da actividade agrícola, entre outros (GALVÃO, 2010, p. 1). Por outro lado, verifica-se um **crescente interesse pelo espaço**

rural, não apenas derivado da vertente associada ao lazer informal que o espaço rural proporciona a muitas pessoas (que as leva a ficarem alojadas em casas de familiares ou de habitação rural), o chamado “retorno à terra” de muitos emigrantes, mas também, a procura do espaço rural como uma efectiva alternativa turística, mesmo que associado a uma fuga temporária ao quotidiano citadino. Actualmente, este espaço é recordado pelas suas paisagens, pela harmonia, a liberdade, a tranquilidade, a própria gastronomia tradicional, a qualidade e unicidade dos produtos agro-alimentares locais.



Esquema 3 - Panorama actual do espaço rural

Fonte: Autora

Observando o panorama actual do mundo rural, constata-se que, contrariamente às expectativas existentes, os espaços rurais não desapareceram, pelo contrário, têm vindo a ser criadas novas dinâmicas de intervenção a nível nacional e regional, tendo por base a identidade das comunidades onde estes projectos se inserem tendo em vista o desenvolvimento e projecção do já existente, bem como a atribuição de outras funcionalidades e novas formas de aproveitamento dos seus recursos e potencialidades singulares.

3. As políticas de desenvolvimento rural em Portugal

Estas novas dinâmicas que têm surgido e contribuído para o desenvolvimento rural têm surgido através do forte contributo de programas específicos e políticas de desenvolvimento rural que têm constituído a base do seu financiamento e consequente concretização, chave do sucesso do crescente interesse pelo espaço rural.

De modo a perceber quais os âmbitos de incidência do financiamento destes programas e medidas, serão descritas três, aquelas que revelaram ser as mais interessantes e adequadas ao contexto do trabalho, nomeadamente os programas LEADER e PROVERE e, a medida AGRIS.

Programa de iniciativa comunitária "Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural" – LEADER - trata-se de uma iniciativa comunitária de desenvolvimento rural que teve como principais objectivos a promoção de **iniciativas integradas** à escala local. Estimula e apoia os agentes rurais a reflectir sobre o potencial dos respectivos territórios. Incentiva a aplicação de **estratégias originais de desenvolvimento sustentável**

integradas nas vertentes natural, cultural, económica e social. O aspecto da "**cooperação**" é aquele que corresponde ao principal elemento do programa.

A medida "Agricultura e Desenvolvimento Rural", designada AGRIS que decorreu entre 2004 e 2006, inserida no Quadro Comunitário de Acção III (QCA III), teve como objectivo geral central incentivar uma sólida **aliança entre a agricultura**, enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o **desenvolvimento sustentável** dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social.

O programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos – PROVERE – pretende fomentar, de forma sustentável, a competitividade dos **territórios de baixa densidade**, através da dinamização de **actividades económicas inovadoras** e alicerçadas na **valorização de recursos endógenos**, tendencialmente inimitáveis do território, como sejam recursos naturais, património histórico, saberes tradicionais ou outros.

Em suma, estes programas e medidas estiveram não apenas na origem do actual re-interesse pelo espaço rural, como ditaram as condutas interventivas, direccionando os seus fundos de financiamento essencialmente para iniciativas integradas, sustentáveis (sob o ponto de vista ambiental, económico e social), que se desenrolem em cenários de escassez demográfica, valorizando a agricultura – actividade económica primordial do espaço rural – e os recursos endógenos do território.

4. Tendências resultantes da aplicação de medidas e programas de desenvolvimento rural

A repercussão prática da aplicação de medidas e programas de desenvolvimento rural encontrou no turismo e na sustentabilidade, uma efectiva resposta de desenvolvimento dos espaços rurais. Se, por um lado, o turismo permite impulsionar a economia e, consequentemente, solucionar os cenários de escassez demográfica, por outro lado, o conceito de sustentabilidade, assegura que as actividades são projectadas a longo prazo, preservando os recursos e singularidades do território.

4.1. Desenvolvimento turístico do espaço rural

A medida Turismo em Espaço Rural (TER), uma das primeiras a surgir no âmbito do turismo, de incentivo à criação de alojamento, demonstrou que para além da oferta de espaços de alojamento, também a exploração de actividades singulares, com base nos recursos de uma determinada região (culturais, paisagísticas, ambientais, gastronómicas, de transportes, entre outros) podem estar na origem do desenvolvimento rural com base no turismo.

A TER foi um marco na mudança de visão sobre o turismo em espaço rural. Permitiu que as associações e agentes com responsabilidade de pensar, planear e decidir sobre o futuro destes territórios (muitos deles em depressão) apostassem no turismo. Uma de forma mais "preservacionista", outras mais modernas/inovadoras (com audácia suficiente para aceitar e valorizar o desafio da introdução de novos elementos), mas todas com uma extrema sensibilidade para identificar a ténue linha entre estas duas vias numa lógica de recriação da

tradição (HENRIQUES, 1999, p. 77). Esta ousadia passa pela existência de actores localmente enraizados e globalmente integrados e, profundamente conhecedores do seu território e tradições.

Actualmente, as tendências de oferta turística em meio rural têm vindo a ser cada vez mais bem sucedidas, sendo cada vez mais originais e diversas, sendo transversais às áreas da gastronomia, da natureza, da valorização de produtos endógenos, alojamentos rurais, percursos temáticos, parques cinegéticos, experiências paisagísticas, entre outros.



Esquema 4 - Desenvolvimento turístico do espaço rural

Fonte: Autora

4.2. Sustentabilidade do desenvolvimento rural

Joaquim (2000, p. 57) tem verificado que a ideia de sustentabilidade é um factor de sucesso do desenvolvimento rural, definindo o conceito como “a simultaneidade da **rentabilidade económica, equidade social e preservação dos ecossistemas**” (IDEM).

Com base na tese do mesmo autor, pode consedrar-se que uma determinada actividade é sustentável quando se insere numa das seguintes situações:

- i) Quando apresenta **vantagem competitiva** relativamente aos mercados agrícolas internacionais, através da **utilização eficiente dos recursos disponíveis**, contribuindo para a produção de riqueza (AVILLEZ, 1999, p. 117);
- ii) Quando existe uma contribuição efectiva para a **valorização dos recursos ambientais, paisagísticos e patrimoniais**, isto é, quando existe uma contribuição para a conservação do ambiente e recursos naturais para a promoção da paisagem e do espaço rural (AVILLEZ, 1999, p. 117).

- iii) Quando assegura o **envolvimento e contribuição da população** e a garantia da sua qualidade de vida sem que sejam violentadas pelo turismo ou considerados meros figurinos. De facto, atribuir as funções comerciais e de oferta de serviços à população residente fomentará o desenvolvimento económico, que consequentemente poderá atrair a fixação das camadas mais jovens, e, favorecerá o aparecimento das visitas e compensará, mesmo que parcialmente, as precedentes correntes de êxodo (CAVACO, 1999, p. 163).

No fundo, depreende-se que a sustentabilidade está relacionada com estratégias projectadas a longo prazo, devendo o seu planeamento desencadear resultados duradouros, uma situação passível de alcançar quando se traça uma estratégia de desenvolvimento coerente e respeitadora dos recursos de um determinado território, na tentativa de combater e solucionar as suas dificuldades:



Esquema 5 - Situações em que se considera que uma determinada actividade é sustentável

Fonte: Autora

Conclusão: Paisagem como recurso turístico sustentável

Reflectindo um pouco acerca da definição de espaço rural e a sua forte acepção à paisagem, como elemento comum e integrador de todas as ideias que lhe estão associadas, mais uma vez, é na **paisagem** que se encontra a aliança entre o turismo e a sustentabilidade. É, de facto, no espaço exterior, no campo, na envolvente do lugar que se encontram as tais **singularidades** que, por intermédio da actividade turística podem ser exploradas e valorizadas a novidade do contacto com a natureza e a contemplação de paisagens desconhecidas pela população não rural. Será através do cumprimento do conceito de sustentabilidade que se irá assegurar a sua **utilização eficiente**, garantindo a salvaguarda dos recursos do território, da paisagem. É, portanto, através da paisagem e de medidas e programas de desenvolvimento rural que se tem despertado a redescoberta do espaço rural/natural por parte das populações não rurais.

Esta fusão concedida pela paisagem também se repercutirá de forma positiva a nível económico e social, na medida em que possibilitará a criação de emprego que, consequentemente constituirá um motivo para a fixação da população, em particular da mais jovem. O combate à degradação dos espaços rurais constitui também uma contribuição notória.



Esquema 6 - Paisagem como elemento agregador do turismo e da sustentabilidade

Fonte: Autora

Capítulo II
A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL



1. Projectos de desenvolvimento rural

1.1. Projectos em rede

Numa era em que se assiste a uma mudança nos espaços rurais com alguma fixação e rejuvenescimento da população, com a valorização e promoção do património local, e a criação de oferta de serviços, e o reforço da identidade territorial, o conceito de rede (Aldeias Históricas de Portugal, Casas Brancas, Aldeias de Portugal, entre outros) surge com o propósito de juntar diversas entidades e fazer com que as mesmas trabalhem com uma estratégia em comum. Fá-lo através da criação e delineamento das actividades e tradições, da consolidação e alargamento das parcerias (locais, regionais, nacionais e transnacionais), da salvaguarda da herança ambiental e cultural. Este conceito garante uma constante actividade e inovação do espaço rural.

No presente capítulo dá-se a conhecer três casos de estratégias em rede que trabalham no espaço rural, dando importância à valorização dos recursos naturais, ambientais e culturais, com possibilidades de desenvolvimento dos territórios, assente numa vertente turística. Embora aqui sejam apenas representadas três metodologias, contudo existem muitas mais noutros sectores, inovadoras e dinâmicas: animar, redes ligadas ao empreendedorismo, a indústria criativas, de gestão de rotas, entre outras.

1.1.1. Aldeias Históricas de Portugal

O presente capítulo foi redigido com base na informação recolhida, através de uma entrevista com a Dr.^a Dalila Dias numa visita a Belmonte à Sede das Aldeias Históricas de Portugal (AHP).

Situadas num local privilegiado, sob o ponto de vista estratégico e natural, junto da fronteira espanhola, as Aldeias Históricas de Portugal são um testemunho histórico da defesa do território de diversas gerações de reis. O interior da região do centro de Portugal beneficiou da estratégia da rede de AHP através do desenvolvimento e valorização centradas nos valores do território. Esta Rede é constituída por doze aldeias entre as quais Piódão, Castelo Mendo, Idanha-a-Velha, Belmonte, Marialva, Monsanto, Almeida, Castelo Rodrigo, Sortelha, Linhares da Beira, Trancoso e Castelo Novo.

i) O forte contributo dos programas regionais ligados ao FEDER

- Foi em 1987 que se iniciou o Programa de Recuperação das Aldeias Históricas, do qual já faziam parte 10 aldeias, e mais tarde, em 2003 foram acrescentadas as últimas duas, Belmonte e Trancoso. A rede derivou de uma identidade comum às diversas aldeias: a história, a cultura e o património.

- A rede propriamente dita, teve início mais tarde, numa fase experimental iniciada ao abrigo do primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e graças ao financiamento do QCA II, através do Programa do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR) que surge o Programa de Recuperação das Aldeias Históricas que interveio nas dez primeiras.

- Face ao desafio e ambição que se encontravam subjacentes ao projecto, não foi possível concluí-lo. Merecedor de fortes investimentos públicos, foi no QCA III que se iniciou a dinamização das aldeias, com destaque para a

rede de Aldeias Históricas. Visava-se, segundo uma nova perspectiva de desenvolvimento, por intermédio do turismo e de actividades ligadas a ele, despertar o desenvolvimento socioeconómico da região.

- Obteve-se um forte investimento na recuperação do património edificado com o intuito de valorização das Aldeias Históricas enquanto promotores do mesmo. Mas um dos propósitos iniciais que definia uma estratégia de cooperação entre o sector público e privado, não foi plenamente alcançado por falta de captação de investimento do segundo.

- Passados quase 20 anos, desde o início das Aldeias Históricas de Portugal, ressalta o esforço realizado na animação socioeconómica das aldeias, a promoção e envolvimento dos actores locais na promoção e animação turística da rede, com o objectivo de a transformar num produto turístico-cultural como catalisador do desenvolvimento económico-social do território da Beira Interior. A consagração desta ideia exigiu a criação de um instrumento de actualização dos pressupostos do projecto, capaz de fazer a identificação de novos instrumentos de gestão e operacionalização, que contribuísse para a valorização de importantes investimentos realizados no passado, continuados no presente. É perante este cenário que surge a Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal (ADTAHP), no final de 2008, tendo como principal função corresponder a todos estes requisitos.

- O PROVERE ligado às AHP surge como uma oportunidade para aproveitar um trabalho realizado ao longo de duas décadas. Este aproveitamento culminou na criação da marca Aldeias Históricas de Portugal, uma das mais valorizadas no mercado turístico nacional e com representatividade a nível internacional. Aproveitar o capital e notoriedade, de compromissos e de sinergias fundado no passado, numa perspectiva mais comercial, para corporizar um produto turístico mais atractivo e retentivo, para os residentes e para os potenciais investidores e visitantes.

De destacar o papel das autarquias locais (municípios e freguesias) que souberam apostar no projecto de forma consistente e reiterada ao longo dos anos.

ii) Princípios orientadores e estratégicos e factores de sucesso

O objectivo geral deste projecto foi desde sempre o reforço da competitividade do território das Aldeias Históricas através do relançamento da rede de “Aldeias Históricas de Portugal” em moldes mais comerciais e empresariais. Foram deliberadamente demarcados objectivos tendo em vista a introdução de factores de competitividade e inovação territorial com o intuito de alcançar a modernização e internacionalização da rede e a dinamização do território. A aplicabilidade do Modelo VRIO¹, no contexto das AHP, sentiu-se a nível operacional através da incorporação de lógicas de comercialização da rede, na sua promoção (o chamado *Touring Cultural*),

¹ O modelo VRIO foi desenvolvido para áreas empresariais que o utilizam pela sua eficácia em outorgar uma vantagem competitiva que faz com que as suas ofertas se sobressaiam frente a outras que exploram os mesmos recursos.

na valorização de produtos e tradições ligadas à herança cultural e à promoção de indústrias criativas. A sua aplicação implicou reformas a vários níveis e uma das mais importantes estratégias foi referente à área da comunicação. O trabalho de imagem desenvolvido, foi de tal forma importante e bem concebido, que hoje em dia permite associar quase de imediato a imagem do logotipo à marca.

Em suma, as variáveis estratégicas que permitiram a materialização do projecto foram essencialmente duas:

- A afirmação da pro-actividade e liderança da entidade gestora do projecto, a ADTAHP cujos sucessos se repercutiram no empreendedorismo, ambição e criatividade;
- O desafio da competitividade da rede das “Aldeias Históricas” enquanto produto turístico cada vez mais moderno, inovador e internacional.

iii) Actividades desenvolvidas e responsabilidade social associada

Os objectivos convergiram desde sempre para um importante prepósito: o desenvolvimento sustentável. Segundo este princípio, os programas aplicados só fazem sentido quando são realizados a pensar na qualidade de vida das pessoas e no seu sucesso a longo prazo. Este é um processo que passa pela exploração do potencial turístico, a valorização do talento local o suporte ao espírito empreendedor ou o estímulo à criação de oportunidades.

Foram realizadas muitas estratégias do programa de acção, sempre com o irrefutável princípio de correlação entre sustentabilidade e os recursos endógenos. Embora sem resultados efectivos no aumento da população residente, fazem parte da lista dos sucessos a revalorização dos produtos, artes e ofícios tradicionais, a criação de mobiliário inspirado em valores histórico-patrimoniais e o desenvolvimento de indústrias criativas de projecção internacional, entre os quais se destacam:

- O projecto *Entrelaços* é um excelente exemplo da aliança entre a técnica tradicional, a utilização de recursos endógenos (bracejo) e a criatividade dos *designers*. Foi na aldeia de Sortelha, com apenas 2 habitantes, que foi descoberto o bracejo, uma planta infestante, utilizada na cestaria tradicional. Graças ao reduzido custo de produção associado, o *know-how* da aldeia e a possibilidade de valor acrescentado (aliar o *design* à marca AHP), surge um produto inovador e criativo passível de ser comercializado. O percurso até à comercialização do produto final foi marcado por várias etapas, uma das quais, acções de formação criadas em exclusivo para o bracejo em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Deste projecto surgiu, para além de uma linha de mobiliário e decoração que já se encontra em 2 hotéis, a criação de cinco novos postos de trabalho directos – quatro artesãos e um coordenador.
- O projecto *Vestir a História* é uma colecção exclusiva das AHP em parceria com o *designer* Miguel Gigante, residente na região que criou uma linha de vestiário a partir do burel (lã utilizada pelos pastores da Serra da Estrela).

- *Histórias Criativas* é um produto que resulta de um trabalho realizado em conjunto com a comunidade escolar do 1º ciclo. Às crianças foi proposto o desafio de reinventarem as lendas/histórias das suas aldeias, no âmbito do concurso “Histórias Criativas – Eu conheço a Minha Aldeia”. O processo acabou por desencadear a materialização de uma linha de bonecos *Histórias Criativas* da autora Ana Almeida.

iv) Contributo para a valorização da paisagem envolvente

A região onde foram fundadas as Aldeias Históricas de Portugal, na Beira, é repleta de valores naturais que oferecem um magnífico enquadramento paisagístico – a proximidade da Serra da Marofa, do Parque Nacional da Serra da Estrela, da Gardunha e da Reserva Natural da Malcata. Esta paisagem é, portanto, uma nítida mais-valia, que tem vindo a ser explorada através:

- A “Grande Rota das Aldeias Históricas de Portugal” (GR 22) foi originalmente concebida pelo Inatel, integrado na “Carta do Lazer das Aldeias Históricas”, tendo sido inaugurada em 2000. Este é um exemplo muito utilizado de fruição, observação e/ou a interpretação da paisagem em contexto de ar livre e pode ser realizada a andar, a correr ou de bicicleta. A GR 22 corresponde à mais longa rota pedestre homologada marcada em território português. É caracterizada pelo seu traçado circular que une 565 quilómetros de “Aldeias Históricas”, atravessando 16 municípios, 52 povoações e atravessa três áreas protegidas (Parque Natural da Serra da Estrela, Parque Natural do Douro Internacional e Reserva Natural da Serra da Malcata). Este percurso foi traçado por caminhos antigos, ligação entre lugares, de acesso aos terrenos de cultivo e espaços florestais, de circulação de gado, mas também caminhos de peregrinação, vias percorridas por tropas na defesa do território, entre outros. A “Grande Rota das Aldeias Históricas de Portugal” constitui, portanto, parte da memória e da identidade da região.

Para aproximar e dar a conhecer ainda mais este património aos cidadãos, e permitir a sua fruição, em 2014 o percurso foi remarcado, a informação reconstituída, em especial, a sinalética (*in situ* e através de suportes de divulgação/acesso). Estas acções permitiram que a correcta utilização dos caminhos, sobretudo em contextos que conduziram ao desuso, fosse um contributo para a sua preservação, impedindo que a vegetação os ocupasse definitivamente.

Actualmente, são diversas as entidades que assumem um papel de relevo na manutenção do percurso, designadamente entidades da administração regional ou local e ligadas ao turismo.

- Revitalização dos baldios – contrariamente ao anterior (designado projecto âncora), este exemplo retracta um projecto complementar do quadro de acção das AHP, promovido pela “Associação de Compartes da Freguesia do Piódão”. Através da iniciativa de reduzir a massa de combustível no baldio, pretendeu-se dar um contributo para uma melhor gestão dos habitats naturais da região, e para o equilíbrio da situação despoletada pelas políticas erradas do passado e pelo consequente abandono das actividades tradicionais. Assim, a criação de uma unidade de pastoreio extensivo visou a redução

da biomassa florestal numa área de 250 hectares. Actualmente encontra-se no activo com 190 animais de raça autóctone, caprinos de raça Serrana (Associação Compartes do Piódão, 2010).

1.1.2. Aldeias de Portugal

A informação presente neste ponto foi recolhida através de um inquérito realizado à Coordenadora do projecto “Aldeias de Portugal” (Anexo A), a Dr.^a Clotilde Rio, e com auxílio ao documento por ela facultado, o “Manual de Boas Práticas das Aldeias de Portugal”.

Introduzindo um pouco a rede Aldeias de Portugal, a área operacional integra todo o Norte do país e é actualmente constituída por 83 aldeias. Essas aldeias partilham como identidade comum, um de três critérios: a existência de habitantes (aldeia demográfica), a vivência social (se são socialmente activas, não implicando que sejam demográficas) ou serem *brandas*². Actualmente, a rede concluiu a entrada de mais aldeias e encontra-se num processo de revisão da evolução das que já fazem parte.

A rede “Aldeias de Portugal” opera de modo muito direccionado para o turismo de aldeia e de natureza. A oferta turística é composta pelas tradições, gastronomia, cultura, alojamento típico, e também explora as paisagens naturais e o contacto do homem e a natureza.

i) Financiamento: o forte contributo das políticas rurais

A par do que ocorreu com a rede Aldeias Históricas de Portugal, as Aldeias de Portugal também tiveram início na recuperação do seu património edificado. As recuperações decorreram ao abrigo de iniciativas como AGRIS e LEADER (I, II e +) e outras ao abrigo do PRODER.

- Os primeiros fundos da medida AGRIS, os primeiros que monetariamente contribuíram para a rede, foram vocacionados para a recuperação arquitectónica e de espaços públicos das aldeias, como a criação de serviços, investimento em infra-estruturas públicas, criação de alojamento turístico e percursos pedestres. Em paralelo com o decorrer desta iniciativa surge em 1999, com a necessidade de conjugação de esforços para a representação dos territórios, a Associação do Turismo de Aldeia (ATA).

- Posteriormente, as iniciativas ao abrigo dos programas LEADER e PRODER possibilitaram intervenções no âmbito do desenvolvimento das aldeias, como a criação de alternativas à produção agrícola e à valorização turística. Foram provenientes da abordagem LEADER (I, II, +) os Grupos de Acção Local (GAL). O seu papel tem sido essencialmente o de cumprir a missão de persistência e coordenação dos processos a nível local, que têm apresentado níveis mais elevados de eficiência e eficácia. Actualmente, as Associações de Desenvolvimento Local (ADL's) continuam a apoiar o desenvolvimento e requalificação das aldeias através do financiamento para oficinas de artes e ofícios, postos de venda, tabernas, restaurantes e para a formação/sensibilização da população e agentes económicos.

² Aglomerados habitacionais sazonais que detêm campos férteis destinados ao pastoreio de gado.

ii) Princípios orientadores, estratégias e factores de sucesso

- Um dos princípios que se encontram patentes no modo de actuação da ATA é a “linha de actuação desenvolvida de forma coerente ao longo do tempo” (Portugal, Quarternaire, p. 18). Nenhuma intervenção é realizada de forma desconexa e pontual.
- O esforço em envolver a população e as associações tem permitido chegar mais próximo da comunidade, estabelecer diálogo e isso, tem-se reflectido no reconhecimento dos locais da importância da preservação das aldeias.
- Divulgação das actividades e serviços que as aldeias dinamizam e dispõem. A ATA comprometeu-se a fazer a divulgação das actividades por meio físico, através da fixação de cartazes na Sede e digitalmente. A eficácia desta última deve-se principalmente à plataforma *online* que foi criada – a CENTER – que permite obter informação e efectuar reservas nos alojamentos rurais.
- Os trabalhos de comunicação e imagem têm possibilitado a integração em redes e no desenvolvimento de parcerias, que têm contribuído favoravelmente para os ganhos, estímulo criativo e partilha de boas práticas.

iii) Actividades desenvolvidas

As actividades/intervenções desenvolvidas nas aldeias ao longo dos anos têm sido incalculáveis. De tal forma que serão aqui referidas algumas, as consideradas como mais importantes relativamente às componentes anteriormente abordadas.

- Em coerência com as Políticas Públicas, ressalta a aldeia *de Santa Isabel do Monte*, onde foram realizados diversos projectos entre os quais a recuperação do património arquitectónico (apoiados pelo AGRIS e LEADER II), a criação de alojamento turístico (LEADER e LEADER+), a criação de trilhos pedestres e serviços de animação turística (LEADER+ e PRODER).
- O projecto da aldeia *de Quintandona* (Penafiel) exemplifica as intervenções que estiveram na origem do robustecimento demográfico e da capacidade empreendedora da população. A existência de um grupo de teatro muito peculiar – como DEantes - tem vindo a dinamizar a aldeia (como é exemplo a “Festa do Caldo”) e a contribuir para a fixação da população local.
- São vários os projectos que têm contribuído para a injeção de rendimento e criação de emprego, no caso da aldeia *de Campos* foram criadas unidades de alojamento – 4 das iniciativas foram apoiadas pelo LEADER+ - e foi instalada uma padaria. O facto da aldeia de situar junto ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, tem-se repercutido nas interessantes taxas de ocupação (Portugal, Quarternaire, p. 24). Relativamente à integração em redes e desenvolvimento de parcerias, a aldeia *de Picote* é um excelente exemplo dos benefícios resultantes de parcerias institucionais, como a EDP, que tem contribuído para preservação e recuperação das tradições da aldeia (Portugal, Quarternaire, p. 30).

- A certificação do cão de caça Castro Laboreiro, uma raça autóctone, permitiu a preservação da sua autenticidade e garantia de que a comercialização decorre dentro dos parâmetros consignados.

iv) Contributo para a valorização da paisagem envolvente

A rede Aldeias de Portugal tem o reconhecimento e sensibilidade pelo património ambiental e paisagístico muito patente nas intervenções.

- A aldeia de *Lugar da Rua* tem sido intervencionada tendo em vista a valorização do ambiente e da paisagem a partir da requalificação de espaços de lazer, como é exemplo a praia fluvial e da criação e exploração de percursos pedestres (Portugal, Quaternaire, p. 27).
- A aldeia de *Matosinho* encontra-se numa área protegida em Bragança. A proximidade com o Parque Natural de Montesinho tem contribuído para o elevado número de visitantes que são atraídos pelas mais recentes intervenções de reabilitação, financiadas pelo próprio Parque graças a uma relação de partilha e entreajuda.
- O caso da *branda da Aveleira*, uma aldeia abandonada, sem vestígios de habitantes, foi turisticamente reconvertida, oferecendo alojamento rural e gastronomia local. De facto, a única actividade desta branda são os pastores que no terreno agrícola envolvente pastam as suas cabras, possibilitando aos visitantes desta aldeia desfrutar o percorrer dos seus trilhos ao longo de paisagens cénicas (Portugal, Quaternaire, p. 27).

1.1.3. Casas Brancas

Criada em 2002, a Associação Casas Brancas teve origem na criação de uma rede de oferta turística na região do Sudoeste português. Sem fins lucrativos, nasceu a partir de um grupo de proprietários de habitações de turismo rural, “que se uniram como forma de melhor promoverem o desenvolvimento económico numa base sustentável da região, passando a trabalhar numa só voz” (CURTO & FALCÃO, 2015, p. 8).

i) Evolução ao longo dos anos

- Em 2005, as Casas Brancas estiveram envolvidas na criação do “Manual para o Investidor em Turismo de Natureza” que, mais tarde, esteve na origem de investimentos privados em novos projectos debruçados sobre o património natural, arquitectónico, paisagístico e cultural.

- Em 2008 a rede procurou expandir-se, aumentando o número de associados. Foi nesta fase que as Casas Brancas começaram a expandir o seu olhar para outras vertentes para além do alojamento integrando, reflectindo acerca da inclusão de membros das áreas da restauração e de actividades de animação turística. Ainda no mesmo ano, é lançado o projecto “Rota Vicentina”, “que tinha por base o desenvolvimento de uma rota pedestre, recuperando um troço histórico-religioso, suportada pela sua riqueza paisagística” (CURTO &

FALCÃO, 2015, p. 10). Abrangendo o Alentejo e o Algarve, em Julho de 2013, este projecto tornou-se uma associação independente.

- Após dez anos da sua criação, a Associação Casas Brancas implementa um projecto de turismo criativo que veio trazer consistência a uma nova economia de experiências.

ii) Princípios orientadores

A rede Casas Brancas aposta no “trinómio Qualidade, Natureza e Autenticidade” (CURTO & FALCÃO, 2015, p. 35). Regida pela garantia de qualidade, e, distingue-se por ser um produto turístico integrado, diversificado e de qualidade. Esta rede definiu quatro princípios basilares, são eles: a “Responsabilidade Social e Ambiental”, “Relação com o Património e a Cultura Local”, “Orientação para o Cliente” e “Relação com a rede Casas Brancas”. São todos estes princípios que, em conjunto, garantem que o cliente fica satisfeito com a experiência vivida, aliás, esta é a maior preocupação da rede (IDEM).

Um outro princípio da rede Casas Brancas são os seus associados, que surgiam mais recentemente, após a integração de associações de restauração e animação turística. A sua mais valia é a capacidade de promoção e o benefício na criação de laços com outros associados, permitindo trocas de conhecimentos, potenciando sinergias, fomentado uma parceria mais forte, melhorando as ofertas turísticas, tanto a nível das actividades como da sua divulgação. A entrada de novos associados é orientada segundo as directrizes e indicadores que constam na “Carta de Qualidade”. De uma forma genérica, “devem representar uma clara mais-valia face à oferta das Casas Brancas existente (CURTO & FALCÃO, 2015, p. 38).

iii) Actividades desenvolvidas

Os sectores de actividade que estão na génese do projecto são alojamentos, restaurantes e actividades turísticas. As actividades desenvolvidas são inúmeras, na incapacidade de retractor todas, seguem-se algumas que pela criatividade e importância mais se destacam.

— *Cerro da Borrega, São Teotónio*

Um alojamento totalmente construído em taipa, projectado de raiz, detém um sobreiro centenário e uma vasta plantação de vinhas e medronheiros na sua propriedade.

— *Sacas, Zambujeira do Mar*

É um restaurante onde 90% da ementa vem directamente do porto de pesca. O peixe consumido é de espécies controladas.

— *Herdade de Matinha, Cercal*

Detém uma montra de produtos gastronómicos da região, cria toalhas e mantas tradicionais e as matérias-primas, recursos naturais e decoração encontram-se totalmente integrados com a cultura local num ambiente contemporâneo e artístico.

Relativamente à divulgação das suas actividades e ofertas turísticas, a rede Casas Brancas dispõe de uma página *online*, uma plataforma que serve como veículo principal da promoção destes serviços e que o cliente pode consultar e fazer as suas reservas.

iv) Contributo para a valorização da paisagem envolvente

O turismo de natureza representa um dos mais importantes sectores em desenvolvimento da região (CURTO & FALCÃO, 2015, p. 21). O contributo deste tipo de turismo para a paisagem passa pelas boas práticas ecológicas, tais como respeitar o princípio de usufruto da natureza de forma respeitadora sem danificar os seus recursos. Opcionalmente, existem algumas entidades promotoras de actividades que contribuem de forma criativa e inovadora para a valorização da paisagem:

- *Stress Free Zone*, Vila Nova de Milfontes

As plantas endémicas do sudoeste alentejano são utilizadas para terapia floral sem recurso a meios industrializados.

- *Ecoalga*, Porto Covo

É uma actividade que oferece saídas científicas para observação de espécies particulares, mergulhos arqueológicos e fotográficos.

- *Surfmilfontes*, Vila Nova de Milfontes

Uma entidade pioneira e promotora da limpeza das praias da faixa costeira de Vila Nova de Milfontes, usufrui da política de transportes partilhados e partilha atitudes ambientalistas pelas camadas mais jovens.

Mas as boas práticas ecológicas não são aplicadas apenas no turismo de natureza. Os proprietários dos alojamentos também são levados a utilizar energias renováveis, a fazer a reciclagem e a instalar sistemas de poupança de energia. Outros, de forma voluntária, implementam medidas ambientalmente responsáveis nas suas propriedades:

- *Herdade do Freixal*, Vila Nova de Milfontes

Através do projecto *Life Charcos* contribui para a conservação de um charco situado na herdade, um habitat prioritário com espécies em extinção.

- *Muxima*, Aljezur

Para além do uso de energias alternativas e limpas e da reciclagem, este alojamento faz o tratamento de esgotos através de plantas, dispõe de uma piscina ecológica e utiliza materiais naturais não industrializados como matéria-prima de construção.

- *Quinta do Barranco da Estrada*, Santa-Clara-a-Velha

A ligação com a natureza é despertada através de excursões de *birdwatching*.

- *L-Colestrol*, Carrapateira

Este estabelecimento não só detém uma horta biológica, como estabelece parcerias directas para o consumo de produtos locais.

1.2. Projectos de valorização paisagística

Nota introdutória

Muitos outros projectos constituem pólos de atracção para turistas que apreciam actividades que fomentam o contacto com a natureza e a paisagem. Contrariamente aos casos em rede acima expostos, os projectos apresentados nesta secção são de origem institucional, na maioria dos casos, apenas financiados nos dois anos iniciais. Findo este período o desenvolvimento destes projectos dependem de um plano de sustentabilidade económica coeso que permita a sua continuidade. Serão, portanto, apresentados projectos que embora não sejam assumidamente em rede, reuniram agentes do território para a criação de parcerias que asseguram um modelo sustentável de manutenção e promoção.

1.2.1. Percurso pedestre: Grande Rota do Vale do Côa (Côa, 2014)

A Grande Rota do Vale do Côa (GRVC) é um trilho de 200 quilómetros, linear, que acompanha o percurso do rio Côa, desde a nascente (em Fóios, Sabugal) à foz (Vila Nova de Foz Côa). Este percurso pode ser percorrido a pé, de bicicleta – com a duração de 10 a 15 dias e 3 a 6 dias respectivamente – ou a cavalo (existem desvios exclusivos para os dois últimos).

Para além deste percurso possibilitar o usufruto do melhor que existe na região – património arqueológico, duas áreas protegidas, termas, museus – várias empresas têm vindo ao longo dos anos a implementar programas de animação turística, possibilitando inúmeras actividades como canoagem, observação de aves e permanecer no interior de um abrigo fotográfico no campo de alimentação de aves necrófagas da Reserva da Faia Brava. Também é possível usufruir das águas do Côa através de muitas praias fluviais existentes ao longo da Grande Rota.

Relativamente ao alojamento, existe a possibilidade de contactar proprietários de alojamentos rurais mais próximos. No entanto, função da baixa densidade populacional que caracteriza o território que a GRVC atravessa, nalgumas etapas o alojamento não é organizado, existindo a necessidade de contactar a Junta de Freguesia e pernoitar num espaço cedido para o efeito.

Nas alterações efectuadas para a implementação deste percurso, foi sempre tomada em consideração o singular modo de vivência com o rio uma vez que as aldeias e vilas têm a sua origem na Baixa Idade Média. Existem, portanto, no território e na paisagem exemplos de modos únicos de construir e moldar, patentes na paisagem pelas inúmeras ruínas deixadas – noras, moinhos, poldras e travessias – que relembram os seus usos e foram pertinentemente incluídas no percurso como locais obrigatórios de passagem.

Embora tenham sido executados alguns trabalhos de reabilitação das margens, o instável caudal do rio Côa ainda permite a ocorrência de cheias nos períodos de chuva, existindo várias zonas alagadas durante o inverno. Estas etapas encontram-se devidamente assinaladas no mapa.

É a Associação Transumância e Natureza a actual responsável pelo levantamento, limpeza, marcação e manutenção do trilho, assim como pelo Plano de Promoção da GRVC. Tendo em consideração o seu carácter institucional, estas acções de manutenção são realizadas pela participação dos “Vizinhos da Terra”³, ficando responsáveis pela manutenção do troço da rota que adoptam, bem como alertar regularmente a organização acerca da existência de alagamentos ou outros avisos importantes. O apoio a actividades de desmatção e remarcação é cedido por voluntários (Rota Vale do Côa, 2014).

A Grande Rota do Vale do Côa é um projecto promovido pela Associação de Desenvolvimento Territórios do Côa, no âmbito do PROVERE Turismo e Património do Vale do Côa, financiado pelo Programa Operacional Regional do Centro.

1.2.2. Observação de Aves: Espaço de Visitação de Aves (EVOA) (Terra das Ideias, s.d.)

Portugal é um dos mais interessantes destinos europeus para a observação de aves pois detém algumas centenas de espécies de aves, tanto endémicas como ameaçadas, que podem ser observadas a partir do fenómeno do *birdwatching*.

Localizado no coração da mais importante zona húmida de Portugal, o Estuário do Tejo, o Espaço de Visitação e Observação de Aves (EVOA) permite que os visitantes desfrutem deste património único. Uma vez que este espaço se localiza numa zona que, por si só, é um local privilegiado para a nidificação e passagem de aves, considerou-se a criação de um espaço onde, a partir do enquadramento paisagístico natural, se instalasse um local de visitação e divulgação do estudo das aves. Neste âmbito, numa área com cerca de 80 hectares, implementaram-se três zonas húmidas de água doce, com profundidade variável e ilhas no interior. Estas lagoas configuram variados tipos de habitats adequados a diferentes grupos de aves, criando-se condições para a sua fixação e consequente observação e estudo. Complementarmente a estas lagoas foi criada uma rede de caminhos e locais de observação, concebidos a partir de intensos trabalhos de modelação do terreno, são camuflados por barreiras de terra, vegetação e paliçadas. Estes passadiços culminam com a instalação de três abrigos para a observação da fauna. Os observatórios são em madeira e estão suficientemente dissimulados de forma a não perturbarem ou afugentarem as espécies a serem observadas.

De modo a garantir a atractividade dos habitats, foram replantadas espécies autóctones, originárias da zona do projecto, como a tamargueira (*Tamarix* sp.) – muito útil na fixação das margens – o junquilha-dos-salgados (*Bolboschoenus maritimus*) e o bunho (*Schoenoplectus* sp). Os caniços, espécie dominante na região, foram estrategicamente plantados na margem norte do lago principal, local de entrada de água, para assim

³ Os Vizinhos da GRVC são individuais, juntas de freguesia, associações locais, fundações, agrupamentos de escolas ou empresas que possam dar o seu contributo à GRVC através do projecto "Adopção de um troço da GRVC".

desempenhar um papel de tratamento dos afluentes. Noutras áreas, a mesma espécie permite resguardar áreas sensíveis.

Outra intervenção realizada na paisagem decorreu na Salina de Saragoça, muito procurada por ser um habitat de refúgio de espécies invernantes e uma zona de nidificação, onde as suas comportas foram reabilitadas.

Todas as intervenções realizadas, incluindo o próprio projecto EVOA, nasceram de um protocolo, iniciado em 2007, entre a Brisa e a Companhia das Lezírias, dona dos terrenos, no âmbito do Programa Brisa pela Biodiversidade. Os restantes fundos provieram do QREN. Mais tarde, também o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), a Câmara de Vila Franca, da Aquaves, a Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira e a Liga para a Protecção da Natureza se juntaram ao projecto.

1.2.3. BioRia (Digitalmente, s.d.)

BioRia é um projecto pioneiro de conservação da natureza e biodiversidade de Estarreja. O património natural deste município, fruto da privilegiada localização geográfica – Ria de Aveiro – nem sempre foi reconhecido pela sua riqueza. Foi o BioRia que acolheu o desafio de reavivar a sua identidade, valorizando este ecossistema natural.

O facto da Ria de Aveiro ser reconhecida por diversos estudos de natureza atribuídos, como a Zona de Protecção Especial (ZPE) e vários Sítios de Importância Comunitária (SIC), demonstra a necessidade de valorizar, conservar e promover o património natural da região.

Em consonância com a Câmara Municipal foi traçado o objectivo intitulado “Virar o Concelho para a Ria” que serviu de mote para o projecto segundo o princípio de aprender a valorizar e a conservar. O projecto cumpriu este objectivo através da requalificação de zonas ambientalmente degradadas, a criação de uma Rede de Percursos Pedestres e Cicláveis, despertando um contacto mais directo com a natureza. Foi em 2005 que surgiu o primeiro percurso, o de Salreu. Em 2009 os objectivos foram alargados com a criação de três novos percursos (do rio Antuã, Jardim, Gonde e campos de Bocage) que, mais tarde permitiram a ligação de Norte a Sul das 7 freguesias do Concelho. A implementação destes percursos pressupôs o recorte da frente lagunar em alguns troços de modo a vencer os rios, a instalação de mobiliário de apoio (mesas, bancos, papeleiras, painéis informativos, alpendres) e de torres de observação (uma onde o percurso termina, na Ribeira das Teixugeurias e outra na Ribeira da Moita). Dali consegue-se aproveitar a vista panorâmica e contactar com outro tipo de habitats e espécies.

Para além da criação destes percursos, outras intervenções foram realizadas na paisagem, em particular, na região do Baixo Vouga Lagunar, um complexo sistema lagunar. A riqueza dos seus recursos naturais motivaram a exploração antrópica criando mecanismos peculiares para controlar a água no delicado equilíbrio entre a água salgada e a doce. Os campos de Bocage são exemplo desta harmonia com habitats de transição como sapais,

caniçais e juncais, que através do controlo dos habitats dulçaquícolas foram criadas condições para a prática agrícola, onde actualmente se encontram arrozais e pastagens.

O Centro de Interpretação Ambiental (CIA) foi mais uma das intervenções que o projecto BioRia levou a cabo. Situado no início do percurso de Salreu, é um espaço que pretende criar um mecanismo orientador ao visitante, contribuir para a sustentabilidade do património natural e tornar o Concelho de Estarreja um destino de referência para o ecoturismo e turismo de natureza. Outro importante objectivo associado à construção do CIA é a sua contribuição para a sustentabilidade económica do projecto a partir da dinamização de diversas actividades.

Conclusões

De forma generalizada, as experiências descritas assentam o desenvolvimento rural nos **recursos endógenos**, promovendo-os e reinventando-os. Todas mostraram a mobilização e exploração das potencialidades locais. O sucesso associado incidiu sobre as **iniciativas inovadoras** que favoreceram a procura e implementação de alternativas, atribuindo vantagem competitiva a uma determinada região. O importante neste contexto, é a capacidade de olhar para um recurso ou produto intrínseco, avaliar as suas potencialidades e redefinir os seus objectivos, como aliás, aconteceu com o bracejo nas Aldeias Históricas de Portugal, uma simples planta infestante sem aparente valor comercial (CASTELLS, 1996, p. 45). Esta componente visionária que surge perante uma valência intrínseca, entre outros aspectos, revela acima de tudo, um respeito e valorização da cultura, tradições do território e pela herança histórica dos territórios.

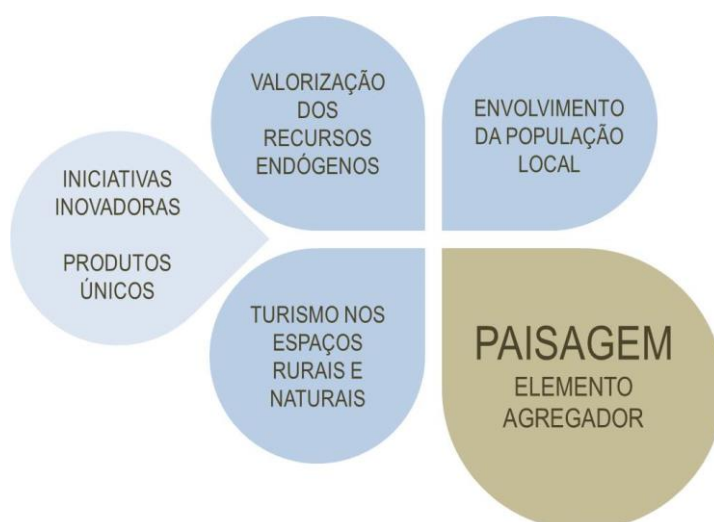
O empreendedorismo endógeno requereu em muitos casos um movimento de mobilização e **organização da sociedade local**, explorando as suas capacidades, potencialidades e o seu conhecimento, de modo a criar raízes na socio-economia e cultura da localidade. Representam o resultado de uma vontade conjunta e dominante da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e acções (CASTELLS, 1996, p. 45). Por isso, o desenvolvimento local depende da capacidade dos actores e da sociedade local de se estruturarem e mobilizarem, com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural, para definir e explorar as suas singularidades e daí advir um **produto único**.

De outro lado, as medidas implementadas para estimular o desenvolvimento local e despertar ideias inovadoras resultaram maioritariamente e quase sempre na criação de um produto ou **oferta turística**. Medidas como a criação de alojamento, criação de percursos pedestres pelas aldeias e pela natureza, novas actividades exploradas em torno de tradições, de retorno às origens e aos autênticos modos de vida, têm revelado ser uma efectiva alternativa turística. Turismo em espaço rural, turismo de natureza, turismo sustentável, turismo activo, de aventura, cultural, ecoturismo, numa expressão: **turismo em espaços rurais e naturais**. Através das novas modalidades de turismo, exploradas em torno das potencialidades do meio rural, os espaços têm vindo a ser revalorizados e objecto de procura crescente. Posto isto, o turismo tem a capacidade de criar um enorme

impacto na criação de emprego e no processo de desenvolvimento regional. Diversas acções neste contexto surgiram com o intuito de explorar o contacto com a natureza e a paisagem, com efeito, as abordagens analisadas demonstram uma nova visão perante a paisagem, em especial, o seu potencial e importância.

A **criação de parcerias**, um trabalho conjunto, de cooperação e interajuda que proporciona benefícios mútuos entre as partes envolvidas, revelou muitos benefícios sob o ponto de vista da valorização do potencial de um produto/actividade. Não obstante, também o território é privilegiado a partir do desenvolvimento integrado que se faz despertar, revelando as parcerias como um instrumento para alcançar um objectivo comum ao desenvolvimento rural. Desde parcerias entre agentes, entre agentes e entidades privadas, entre associações e entidades privadas, todas possibilitam um acrescente de valor ao produto/actividade e a possibilidade de entrar num mercado/âmbito diferente.

Em suma, em grande parte das medidas, a **paisagem** surge implícita, como um elemento unificador, nem sempre exposta directamente, mas permanece sempre, ora ligada ao local, ora à arquitectura ou mais fortemente aos recursos naturais. Da paisagem fazem parte os rios, as serras, as florestas, todos eles repletos de fauna e flora; as propriedades agrícolas onde são produzidos este ou aquele produto típico; a arquitectura: as formas particulares de construção das habitações, os monumentos; as marcas que testemunham o passado e história do território. À vista disso, é na paisagem que se encontram os recursos endógenos, é da paisagem que partem muitas das actividades turísticas associadas ao rural – turismo de natureza -, é a paisagem que atribuiu a singularidade a um território. Por conseguinte, é na paisagem que se encontra o desenvolvimento rural.



Esquema 7 - Valorização da paisagem no contexto do desenvolvimento rural

Fonte: Autora

Capítulo III

ESTUDO DE CASO



Nota introdutória

Após terem sido apresentadas as linhas de orientação e os princípios segundo os quais o presente trabalho se irá reger, passa-se agora a apresentar e analisar o estudo de caso escolhido, o Concelho do Cartaxo, no geral, e as aldeias de Porto de Muge, Valada e Palhota, em particular.

Importante reforçar a justificação na escolha do estudo de caso, que foi imediata após visita ao local e à constatação da potencialidade de uma paisagem cujo factor dominante é o rio Tejo que, aliado à sua riqueza florística, avifaunística e piscícola, constatou que se reuniam condições para demonstrar a teoria de desenvolvimento rural assente na valorização paisagística.

Outro factor, inerente à riqueza paisagística que aclamou esta decisão, foi detectado após ter sido estabelecido contacto com a Câmara Municipal do Cartaxo. Após exposição do contexto e objectivos do trabalho, a receptividade do mesmo foi imediata, de tal forma que foi demonstrada uma predisposição para colaborar, fomentando o travar de conhecimentos com as mais importantes associações e entidades da região.

Foi a partir destes conhecimentos que grande parte deste capítulo foi construído, onde proceder-se-á à descrição do território em questão, nas suas componentes biofísicas e antrópicas, bem como uma apresentação e estudo acerca da paisagem das aldeias de Porto de Muge, Valada e Palhota. O conhecimento vigente de todos estes factores no contexto do presente trabalho é fundamental, aliás, como o é num qualquer projecto de arquitectura paisagista. É primordial inserir numa intervenção os contextos culturais existentes com o objectivo de ir ao encontro de identidades e significados que despertem e construam memórias. Não obstante, numa conjuntura em que o Desenvolvimento Rural encontra muitas soluções de inovação no turismo, a cultura Avieira e as suas tradições surgem como um factor de singularidade geradora de vantagem competitiva para o sector.

Com o intuito de associar as tradições do presente ao passado, ou apenas relembrar as tradições de outrora, ao longo deste ponto serão transcritas citações de Alves Redol.

Serve, portanto, este capítulo de análise S.W.O.T./diagnóstico do território enquanto potencial área de intervenção para o desenvolvimento rural através da valorização paisagística. A partir dos resultados obtidos pretende-se chegar à criação de um conjunto de projectos principais, que estarão na base de uma série de sugestões para o desenvolvimento de “sítios” rurais segundo a sua paisagem.

1. Caracterização do território

Situado na margem direita do rio Tejo, o concelho do Cartaxo é uma região de contrastes onde o rural e o urbano harmoniosamente se confundem. A região do Cartaxo oferece uma agradável viagem pelas produções vinícolas que, de resto, contribuem fortemente para os afamados Vinhos do Cartaxo, não fosse esta região intitulada como a “Capital do Vinho”, como indicam os cartazes ao longo da estrada nacional. O desenvolvimento destas regiões vinhateiras está ligado à construção das vias férreas (1880-89) em que a crise da filoxera atingia em pleno a França, poupando provisoriamente Portugal.” (DAVEAU, 1995, p. 163). Mas, o tomate é de longe o

produto hortícola de maior importância em terras ribatejanas. No concelho do Cartaxo são vastas as paisagens de vinha que alternam com o tomate nas margens dos principais rios afluentes do Tejo.

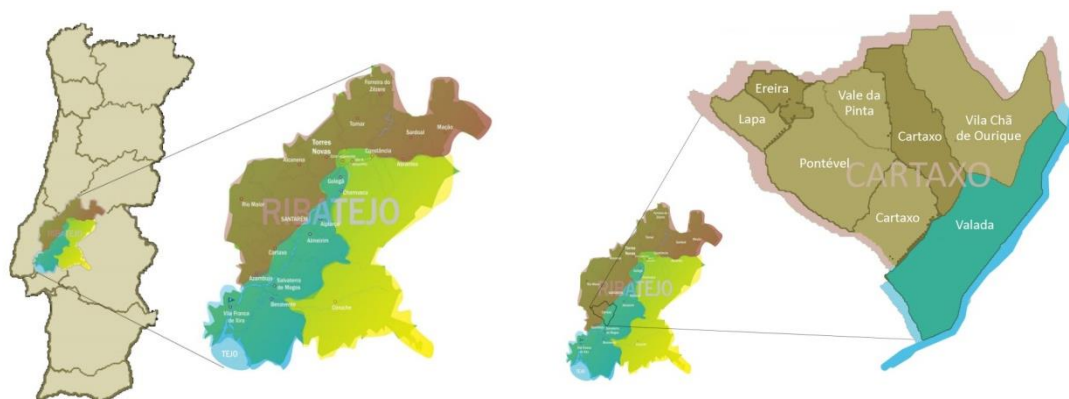


Ilustração 1- Localização Geográfica do Concelho do Cartaxo

Fonte: adaptado pela autora

1.1. Factores biofísicos

i) Geologia

Geologicamente o Cartaxo inclui-se na vasta bacia sedimentar do Tejo, contendo as largas bacias aluviais que se desenvolvem ao longo do rio. Genericamente, o concelho do Cartaxo abrange duas partes topograficamente distintas: a planície aluvial e a peneplanície. É na primeira que se encontram as aldeias ribeirinhas que bordejam o Tejo, sulcadas por valas de rega e drenagem definidas por um sistema de diques, estrategicamente posicionados para a defesa de cheias. As aldeias são assim constituídas por aluviões modernas (detritos minerais e orgânicos, enriquecidos pelos nateiros das cheias), naturalmente húmidos, sobre camadas de calhaus rolados, saibros, areias e argilas onde imperam as culturas de tomate, trigo, milho e vinha.

ii) Clima

O clima da região caracteriza-se por um regime pluviométrico de características mediterrâneas e atlânticas (amplitudes térmicas anuais de 12,9 a 13,6 °C) com uma temperatura média anual do ar na ordem dos 16,5 °C, moderadamente chuvoso (precipitação média anual de 766 mm) com Verões prolongados e secos e Invernos curtos. Caracteriza-se também por um longo período de secura estival, particularmente prejudicial para a economia agrícola e para a vegetação provocando um elevado *stress* hídrico. Outro factor climático também muito prejudicial para a agricultura é o vento, especialmente no inverno, dificulta o cultivo de produtos agrícolas e deforma árvores, com predominância do quadrante Sul, dominam os de Sul/Oeste, com velocidades médias mais elevadas de Março a Maio.

A temperatura média anual corresponde a 16°C.

iii) **Relevo: variações altimétricas**

Esta paisagem é dominada pelas baixas altitudes e pela presença determinante do Vale do Tejo, o factor dominante na construção destas paisagens.

É possível distinguir duas grandes unidades diferenciadas: uma intitulada por "Campo", onde dominam os terrenos aluviais inundados pelas cheias de Inverno, sendo naturalmente onde se encontram as aldeias ribeirinhas de Porto de Muge, Valada e Palhota; a outra, denominada de "Bairro" que apresenta maior densidade humana e é onde se situa nomeadamente a sede do Concelho, a cidade do Cartaxo.

iv) **Flora**

a. **Espécies arbóreas e arbustivas**



Imagem 1 – *Fraxinus angustifolia* Vahl

Fonte: (Flickriver, 2007)

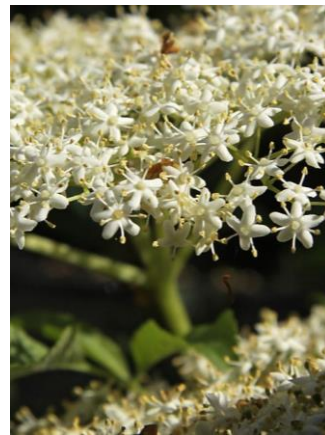


Imagem 2 - *Sambucus nigra*

Fonte: (WISBORG, s. d.)



Imagem 3 - *Salix alba*

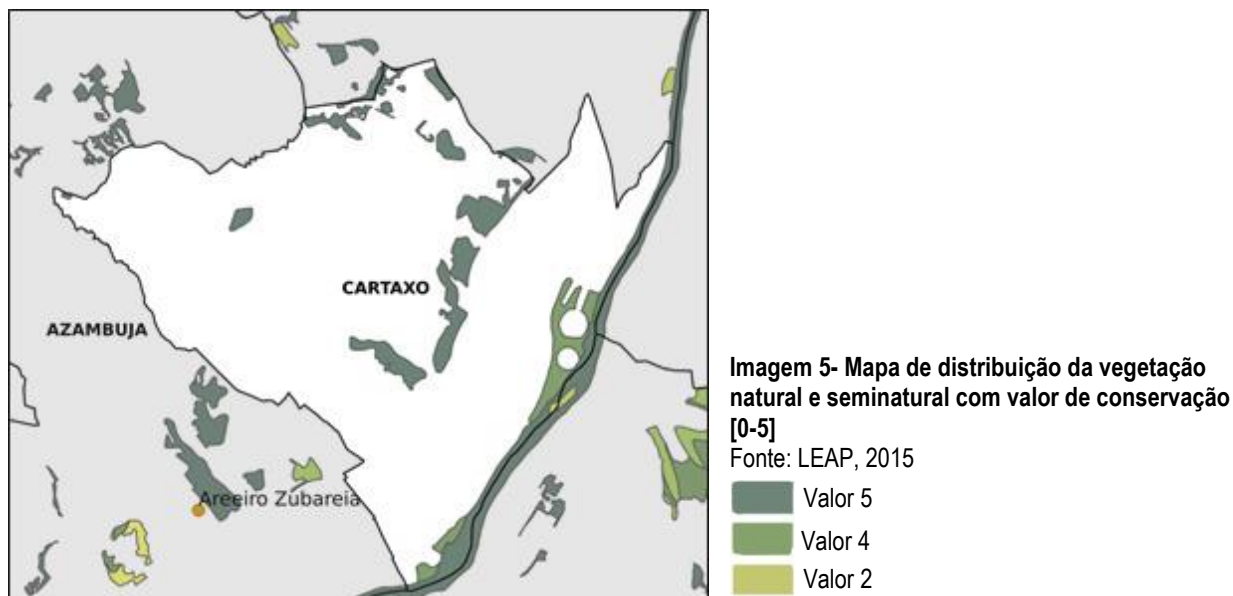
Fonte: (PFAF, 1996)



Imagem 4 - *Tamarix africana* Poiret

Fonte: (O Meu Jardim, 2010)

A vegetação dominante nas aldeias ribeirinhas encontra-se junto às margens, nos mouchões e terrenos agrícolas adjacentes. As espécies arbustivas e arbóreas, desenvolvem-se numa estreita faixa arenosa, assim como a sebe semi-natural que delimita os terraços plistocénicos (ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, s. d.).



Neste ponto encontram-se descritas de forma sucinta as espécies mais comuns de encontrar e, serão acompanhadas por citações do romance de Alves Redol que teve como cenário uma das aldeias em estudo.

*Pelo salgueiral fora havia mais manchas de boninas e **malmequeres** que lagoas de sol. A luz mal entrava no emaranhado dos troncos e das folhagens. Lá adiante, uma égua ruça badalava um chocalho, quando pulava a querer mudar de sítio (ALVES REDOL, 1942 p. 23).*

*As **faias**, os **salgueiros** e os **chorões** tinham vestido as melhores folhagens para o verem passar. A um palmo do chão, flores garrulavam. E os pássaros só sabiam pipilar, com receio de ofender o silêncio (ALVES REDOL, 1942 p. 89).*

Por ser muito comum ao longo dos cursos de água, o *Salix alba* L. (Salgueiro-branco – Imagem 3) é uma árvore robusta com copa muito irregular, frequentemente encontrada nas aldeias estudadas. A caducidade do seu regime deixa a descoberto a singularidade dos seus ramos longos e pendentes de cor cinzenta-prateada no inverno, facilitando a contemplação visual entre margens. A floração ocorre entre Maio e Junho (HUMPHRIES & SUTTON, 2005, p. 92).

Também é recorrente na paisagem o *Salix babylonica* L. (Salgueiro-chorão), uma árvore extremamente graciosa, de ramos longos e pendentes quase até ao chão. A floração ocorre em Maio (HUMPHRIES & SUTTON, 2005, p. 92).

Embora vulgarmente encontrada em bosques, a *Fagus sylvatica* L. (Faia) surge neste território por causa da fertilidade e boa drenagem dos solos. É uma árvore de folha caduca de copa ampla abobadada que pode atingir os 40 metros. A época de floração ocorre entre Abril e Maio, a maturação dos frutos decorre em Setembro-Outubro.

*“Moitas verdes de **tramaga** como oásis; flores amarelas de **margaça** [ponto 5.1.2.2], de companhia com **malmequeres** [ponto 5.1.2.2] de cardos; e campainhas brancas das figueiras do inferno a disputarem o solo com os rebentos lilases da sigurelha brava.”* (ALVES REDOL, 1942 p. 41)

A *Tamarix africana* Poiret (Tamargueira, Tamariz, Tramaga – Imagem 4) é uma árvore esbelta que consegue atingir os 8 metros de altura muito frequente encontrada nos matagais das margens do rio Tejo, sendo muito útil para a fixação das mesmas. As flores são brancas ou pálido-rosadas e florescem na Primavera e no Verão (HUMPHRIES & SUTTON, 2005, p. 264).

*A galgar tudo os **freixos** e os eucaliptos das Obras, como um vulcão de lava verde-escuro, numa ânsia de manchar o céu. Parece que as outras árvores se mirram para as deixar subir, acanhadas de tanta pujança* (ALVES REDOL, 1942 p. 202).

Também muito frequente de encontrar nas margens do Tejo, o *Fraxinus angustifolia* Vahl (Freixo, Freixo-de-folhas-estreitas – Imagem 1) é uma árvore de copa caduca, alta e irregular que pode atingir os 25 metros de altura. A floração ocorre em Maio e a maturação dos frutos no final do Verão (HUMPHRIES & SUTTON, 2005, p. 288).

O *Sambucus nigra* L. (Sabugueiro – Imagem 2) por sua vez é muito encontrado junto às explorações agrícolas em forma de sebe, ao longo das estradas e terrenos abandonados. É uma pequena árvore/arbusto de folha caduca muito ramificada com desenvoltura a partir da base do fuste. As flores são de cor branca e surgem nos meses de Junho e Julho. O Sabugueiro é, desde sempre, conhecido como o guardião da saúde pelas suas inúmeras aplicabilidades terapêuticas.

b. Espécies herbáceas

Relativamente à vegetação natural, esta é maioritariamente constituída por espécies herbáceas, originando pastagens naturais, crescem de forma espontânea nas orlas dos campos agrícolas ou junto às margens:

“Ariçou o garoto a ir colhêr flores, crescidas por ali à vontade, de mistura com erva viçosa amimada pela frescura do Tejo. Por um rêgo empapado de lôdo um fio de água corria.

-Das brancas, pai?

-De tôdas. Não te chegues à borda” (ALVES REDOL, 1942 p. 25)



Imagem 6 - *Chamaemelum fuscatum* Brot

Fonte: (RAMALHO, 2014)



Imagem 7 - *Lepidophorum repandum* L.

Fonte: (PEREIRA A. J., 2014)



Imagem 8 - *Phragmites australis* Cav.

Fonte: (PEREIRA A. J., 2014)

Margens acima e abaixo, as árvores enleiam-se com os silvedos, os lírios encontram-se com malmequeres e papoilas (ALVES REDOL, 1942 p. 201).

Os *Iris pseudacorus* L. (Lírio-amarelo) são vulgares nas margens do rio Tejo, não só junto ao curso de água mas muitas vezes associado a juncais. A floração amarela ocorre entre Março e Junho (Botânica, 2014).

Os Malmequeres (também conhecidos por margaça-de-inverno ou margaça-fusca – Imagem 6) citados por Alves Redol são o *Chamaemelum fuscatum* Brot.. São vulgarmente encontrados nos campos cultivados ou junto às margens de linhas de água, a floração de cor branca, ocorre de Janeiro até meados de Abril. Uma forma particular de a distinguir, contrariando eventuais despistes provocados por plantas muito idênticas, é pelo seu forte aroma quando esfregada (Sociedade Portuguesa de Botânica, 2014).

As “flores amarelas de margaça” (ALVES REDOL, 1942 p. 41) supracitadas é possível que sejam uma referência ao *Lepidophorum repandum* L. (Imagem 7), também muito frequente em sítios húmidos e sombrios, é uma espécie autóctone, endémica da Península Ibérica. A floração ocorre entre Março e Julho (Sociedade Portuguesa de Botânica, 2014).

“Um bando de estorninhos passou em revoada e foi poisar perto, acolhendo-se no emaranhado do caniço espeço. Uma brisa breve fazia-o ondular como uma seara, ensinando-lhe um sussurro brando que se confundia com as carícias do rio nas margens. Pintalgado de côres várias, o Tejo era como um lago adormecido pela canção do caniçal, que nem as proas ligeiras, em demanda de pôrto, eram capazes de acordar” (ALVES REDOL, 1942 p. 174).

O *Phragmites australis* Cav. (Imagem 8), conhecido na gíria como Caniço, é uma planta autóctone muito comum nas margens dos cursos de água. É frequentemente utilizada no tratamento de águas residuais devido à sua capacidade fito regeneradora. Tal como remete a citação supramencionada, o caniçal constitui um habitat de grande importância para a avifauna fornecendo abrigo, alimento e local de nidificação.

v) Fauna

No que diz respeito à fauna dominante, é imprescindível destacar a avifauna. Esta “é constituída essencialmente por espécies migradoras, que aqui nidificam ou permanecem temporariamente, durante os seus períodos de migração para a Europa setentrional (onde nidificam) e para as regiões de África (onde invernam)” (Cartaxo, 2004, p. 15). O critério de escolha das aves aqui descritas baseou-se num cruzeiro realizado pela *Ollem Turismo*, constando as espécies nele observadas inumeradas por ordem de observação.

- a. *Ardea cinérea* (Garça-Real), uma enorme ave aquática, facilmente observada no Tejo, é detentora de um pescoço longuíssimo, proporcional à sua altura, com quase 1 metro. É uma ave cinzenta e distingue-se da cegonha branca pelo facto de recolher o pescoço aquando do seu voo.

Pousadas na areia, três garças olhavam-nos, correndo as penas com o bico. Aos bordos, barcos grandes passavam na faina dos carregos” (REDOL, 1942, p. 101).

- b. *Ciconia ciconia* (cegonha branca) é uma das aves mais conhecidas da fauna ribatejana. Facilmente observada na Primavera na época de cria, quando os ninhos se encontram ocupados, como nas concentrações que efectua durante o Verão o início do Outono nos mouchões. A sua identificação é inconfundível – silhueta branca e preta, constituída pelo pescoço e patas compridas e a cor encarnada do bico e das patas (Aves de Portugal Info).
- c. *Plegadis falcinellus* (Íbis-preta) é inconfundível pelo tom uniforme castanho-escuro, pela forma curvada e longa do bico, pescoço comprido e patas compridas escuras que lhes permitem caminhar sobre a vegetação e sobre a água (Aves de Portugal Info). Em condições ideais de luz, os reflexos esverdeados nas asas assemelham-se às cores do arco-íris, produzem imagens magníficas. Como nidificante, apenas são conhecidas duas tentativas e as mais recentes têm sido registadas no mouchão de Escaroupim, situado entre Valada e a Palhota.
- d. *Riparia riparia* (Andorinha-das-barreiras) é a mais pequenas das que se encontram aqui descritas. Ao invés de os construir, esta ave tem a curiosa particularidade de escavar os seus ninhos (imagem 11) muito observados ao longo do rio quase sempre escavadas em taludes ou barreiras de terra. Esta ave é caracterizada pela sua plumagem castanha e branca, pela curta cauda e pela banda castanha no peito (Aves de Portugal Info)
- e. *Pandion haliaetus* (Águia-pesqueira) é uma enorme ave de rapina observada nas frequentes descidas a pique sobre a água para capturar peixe. Uma imagem singular e imperdível que foi possível observar num cruzeiro realizado na *Ollem Turismo*. As partes superiores desta ave são castanhas mas observada de baixo é evidente a brancura da sua plumagem. Apesar de ser considerada uma espécie pouco comum e estar extinta como nidificante, no ano passado, a *Ollem Turismo* conseguiu contabilizar 14 ao longo do percurso Valada – Azambuja, a maior concentração do país (Aves de Portugal Info).

- f. *Phalacrocorax carbo* (Corvo-marinho-de-faces-brancas) esta aves preta e bico contrastante de cor amarela, tem o pescoço e as asas longas. Tal como a Águia-pesqueira, esta ave é frequentemente observada a mergulhar no rio (um exímio nadador) para apanhar peixe, do qual se alimenta (Aves de Portugal Info).



Imagem 9 - *Ardea cinerea*

Fonte: (OLIVENÇA, s.d.)



Imagem 10 - *Plegadis falcinellus*

Fonte: (OLIVENÇA, s.d.)



Imagem 11- *Riparia riparia*

Fonte: (SOUSA, s.d.)



Imagem 12 - Ilha das Garças

Fonte: Autora



Imagem 13 - Ninhos escavados pela *Riparia riparia* nos taludes dos mouchões

Fonte: Autora

Outra riqueza de extrema importância é a fauna piscícola existente em abundância ao longo do Rio Tejo, destacam-se a enguia, o sável, o barba e a fataça ou tainha.

“(…) o rio fazia uma curva, como a esconder-se das vistas do mouchão de cima. Uma **fataça** saltou na água e as palhetas do seu corpo riscaram o espaço” (REDOL, 1942, p. 23).

*“Na areia, os **sáveis** saracoteavam , manchando de sangue a reia suja da praia. Erguiam-se na cabeça e o rabo agitava-se em convulsões de morte. Logo tombavam e torciam-se, rostros abertos, barbatanas em leque”*
(REDOL, 1942, p. 153)

Destaque também para as abundantes áreas de pastagem e criação de gado cavalar e bovino não só junto às margens, como também nos mouchões do Rio Tejo.

vi) O Rio e as cheias

Face à sua navegabilidade, o rio desempenhou um importante papel do ponto de vista económico, até ao primeiro quarto do século XX, nomeadamente na circulação económica, irrigação dos campos e pela riqueza piscatória. No Concelho do Cartaxo, o rio Tejo era detentor de portos em Valada e no Canal da Azambuja, permitindo ao longo dos séculos o escoamento dos produtos agrícolas da região. Era daqui que saíam todos os cereais para o abastecimento da Capital (Cartaxo, 2004, p. 13). O porto de Valada foi de tal modo estratégico no envio de produtos para a Capital que em 1821 foi concedida “licença da criação da carreira de falua do porto de Valada para Lisboa” (IDEM).

Não sendo uma excepção relativamente aos outros rios, o Tejo tem uma grande variação de escoamento ao longo do ano, encontra-se durante um longo período seco, adquirindo maior poder erosivo e de transporte de sedimentos quando alimentado por chuvas intensas. Inundados periodicamente, os terrenos foram protegidos por um complexo sistema de diques, estando “actualmente menos sujeitos a cheias com período de retorno mais reduzido devido à relativa regularização dos caudais conseguido com a construção de barragens a montante” (ABREU, CORREIA, & OLIVEIRA, 2004). De resto, esta imagem das cheias sobressai também na prosa de Raúl Brandão e no romance de Alves Redol:



Imagem 14 - Cheias de 1979

Fonte: (CERA, s.d.)

“A cheia encheu as valas e transbordou, encheu as poças que são a continuação do Tejo que fica longe e não tem margens (...). O Tejo tomou conta dos campos, das lezírias, dos olivais, das hortas, numa extensão de muitas léguas (...). As estradas desapareceram, os tabuleiros de vegetação sumiram-se sob a toalha líquida. Só emergem as pontas das árvores que limitavam os campos ou os eucaliptos que bordavam os caminhos, as fruteiras dos pomares, as macieiras e pereiras em flor, saindo da água barrenta que se não vê correr (...). Uma amplidão extraordinária da água até onde a vista alcança. Mais longe ainda águas paradas, águas móveis (...). E mais longe, outra água, todo o mundo feito de água” (BRANDÃO, 1923, p. 117).

“É que não há caminhos nêle, quando tudo é um só caminho. Quando galga as margens e inunda o infinito. Só ele ali manda. O telhado do barracão cá no alto é uma ilha – uma ilha perdida num oceano. Copas de árvores como mouchões boiando naquele mar de angústia. Seivas perdidas no turbilhão das suas águas.” (REDOL, 1942, p. 42).

A influência das marés faz-se sentir de forma significativa, levando a nítidas mudanças das cores e dos cheiros que acompanham a sua alternância.

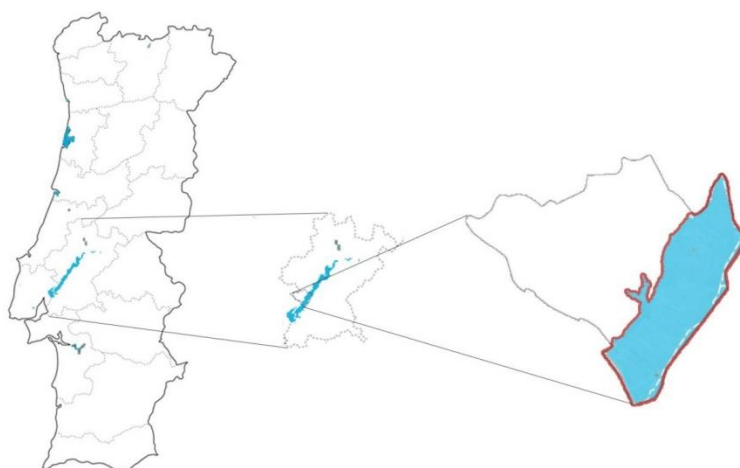


Ilustração 2 - Delimitação das zonas inundáveis em Portugal continental, na região do Ribatejo e no concelho do Cartaxo.

Fonte: adaptado de SNIAmb, 2016

1.2. As aldeias e a paisagem

Nota Introdutória

Inserida no Ribatejo, a paisagem do concelho do Cartaxo consiste no domínio da baixa altitude, na suavidade do relevo e está fortemente associada ao rio e à sua grandeza. Conjuga-se a terra e a água. Uma marcante particularidade é a quase ausência de edifícios, para além dos estritamente necessários, muitas vezes coligados à actividade agrícola, as denominadas Quintas. A sensação de fertilidade é constante, “associada a uma cultura intensiva e especializada, de que resulta de um padrão geométrico constituído pelas parcelas (tanto rectilíneas como circulares, devido à presença cada vez mais frequente dos “pivots” de rega” (ABREU, CORREIA, & OLIVEIRA, 2004) (DAVEAU, 1995). Sendo a rega, no caso do Tejo, de origem fluvial (um dos celeiros do país), mantém um ritmo natural, “(...) cobrindo a enchente os campos fluviais das margens, que se cultivam a seguir, no fim do Inverno ou na Primavera, para aproveitar tanto a humidade que impregnou o solo como o nateiro que o cobriu” (DAVEAU, 1995, p. 150). São, aliás, todos estes elementos que juntos criam esta paisagem rural.

Neste contexto, surge o presente capítulo para efectuar o estudo da paisagem envolvente às aldeias, retractado nas tipologias de paisagem existentes. Não sem antes, conhecer de forma mais detalhada cada uma das aldeias e a paisagem onde estão enquadradas.

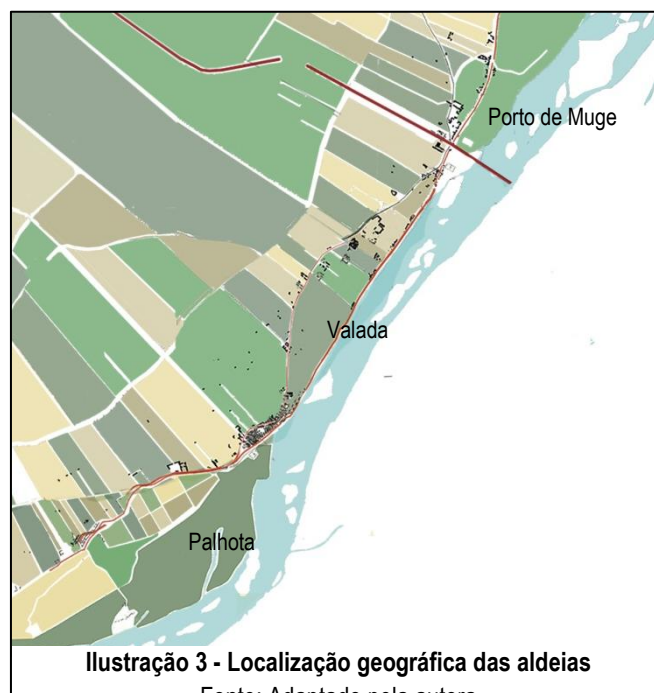


Ilustração 3 - Localização geográfica das aldeias

Fonte: Adaptado pela autora

i) As Aldeias
a. Porto de Muge

A designação desta povoação deve-se à outrora existência de um porto fluvial e à proximidade do povoado de Muge. Este porto garantia a ligação fluvial das margens Norte e Sul, assegurando o envio de produtos agrícolas ora rio abaixo, ora rio acima. Curiosamente, a origem da palavra “Muge” provém do peixe também designado por fataça ou tainha. O que só comprova que o factor piscatório é, em grande parte, o responsável pela importância desta povoação, em particular o Porto onde, segundo os registos do termo de Santarém, já em 1552 contabilizavam-se 30 embarcações. (Agenda Comercial do Concelho do Cartaxo, 2005).

Não obstante, outros factores, ao longo da história de Porto de Muge, foram tornando-o reconhecido: como a ligação ferroviária, assegurada pela ponte Rainha D. Amélia, com uma extrema presença visual (Imagem 18), que permitia a comunicação de Porto de Muge a outras províncias do Alentejo e Algarve com as restantes linhas do País e do resto da Europa; e o trajecto entre Azambuja e Santarém que passava por Porto de Muge existiria já na época romana, segundo Mário Saa (SAA, 1967).

As habitações, também elas construídas sobre estacas, encontram-se maioritariamente desprotegidas, à frente do dique, voltadas para o Tejo. No enorme prado que separa estas habitações do rio observam-se ovelhas a pastar e um sem número de barracas habitadas, onde os gigantescos pedaços de latão manifestam a sua construção de improviso. Actualmente, o Porto é uma margem do rio que se encontra recôndito, após o parque de merendas. Os barcos Avieiros e os pequenos cais improvisados de acostagem, localizados nas traseiras das habitações (imagem 16), encontram-se deveras degradados. Mas é exactamente aqui, junto deste testemunho de abandono que se observam inebriantes paisagens sobre a outra margem e a ponte Rainha D. Amélia. Junto a eles, embora passem despercebidos, encontram-se antiquíssimos hidrómetros (imagem 15).



Imagem 15 – Hidrómetro

Fonte: (Gato Bravo, s.d.)



Imagem 16 - Estado de conservação dos portos palafíticos

Fonte: Autora



Imagem 17 - Vista a partir do Cais de Porto de Muge

Fonte: Autora



Imagem 18 - Entre pontes

Fonte: Autora



Imagem 19 - Dique

Fonte: Autora

b. Valada

Diz-se que Valada deriva a sua designação à herança árabe que, ainda que sem o artigo *al*, os árabes adaptaram o nome à sua voz e chamaram-lhe Balata. Segundo Leite de Vasconcelos (Cartaxo, 2004, p. 176), este Campo chamava-se antes do século XII *Vallada* (Valata). Deveria ter existido um núcleo demográfico urbano notável ao tempo da dominação árabe. Vasconcelos olha ainda para o aspecto topónimo do termo por ter notado a menção de um “*vallo*” num documento do século XIV, termo designado o “sulco em volta de um terreno para o guardar e defender dos animais” (IDEM).

Vista do rio é uma Vila encantadora, pode-se atracar no cais, subir ao dique, que separa estrategicamente a vila do Tejo. Pode-se caminhar ao longo do paredão em pedra, bem cuidado, ficando ao nível dos telhados das casas (imagem 23).

Algumas das ruas de Valada detêm uma toponímia interessante como é exemplo a Rua Alfredo Trindade em memória do ciclista, vencedor de duas Voltas a Portugal em Bicicleta, nomeadamente em 1932 e 1933, que nasceu a 3 de Janeiro de 1908 em Valada.

Junto ao campo de futebol, a presença da praia fluvial, do cais de acostagem e do parque de merendas permitem apreciar o Tejo e justificam o porquê de ser o principal ex-libris de Valada (imagens 20, 21 e 22).

À medida que se percorre o caminho pela Estrada Nacional 3 (EN 3), no horizonte desenham-se grandes extensões de vinhas, fisicamente separadas pelos muros que distinguem as diferentes quintas. Depois, surgem as produções de tomate, aquelas que melhor retransmitem a substituição dos pequenos agricultores pela indústria do sector.



Imagem 20 - O Tejo a partir de Valada

Fonte: Autora



Imagem 21 - Marina Fluvial

Fonte: (Gato Bravo, Produções Digitais)



Imagem 22 - Praia Fluvial

Fonte: Autora



Imagem 23 - Rua 1º de Maio

Fonte: (Gato Bravo, Produções Digitais)

c. Palhota

Das três, a aldeia da Palhota é a que possui uma herança avieira mais vincada. O seu nome deriva do facto de na margem oposta se encontrar a Quinta da Palhota. A aldeia é pequena, e as casas encontram-se dispostas de frente para o Tejo, alinhadas dum e outro lado da rua relativamente larga. Embora algumas tenham sido recentemente destruídas, as cozinhas (actuais edifícios para arrumos ou quartos de hóspedes) eram anexas às casas. Uma particularidade que outrora caracterizava as casas desta aldeia e que ainda hoje é visível, é o aproveitamento do espaçamento entre as estacas e a própria casa como cave para guardar lenha e redes de pesca. O exemplo que melhor retransmite as habitações de outrora é a “Casa do Avieiro” (imagem 24). Diz-se que foi ali que o escritor Alves Redol (1911-1969) ficou instalado quando se deslocou permanentemente para

escrever o seu romance “Os Avieiros”. Actualmente, esta casa pertence à Associação Palhota Viva⁴, o seu interior recria quase na perfeição a disposição tradicional de uma habitação avieira. Embora exista a possibilidade de alugar, apenas pode ser visitada mediante marcação.



Imagem 24 - Casa do Avieiro

Fonte: Autora



Imagem 25 - Cais Fluvial da Palhota

Fonte: Autora



Imagem 26 - "O Cantinho do Fragateiro" vista Sul

Fonte: Autora



Imagem 27 - "O Cantinho do Fragateiro" vista Norte

Fonte: Autora



Imagem 28 - Barco Tradicional Avieiro

Fonte: Autora

⁴ Associação de preservação e dinamização do Património Ambiental e da Cultura Avieira na Aldeia da Palhota.

Quadro 1 - A Palhota e as gentes

- *D. Emília, uma emigrante que visita a Palhota durante temporadas sazonais, tomou conhecimento do presente trabalho numa das visitas realizadas ao local. Foi na Palhota que viveu a sua infância e juventude. Encontrava-se a varrer o restaurante que outrora pertenceu ao seu pai, o famoso “Zé Broa” como anuncia uma placa à entrada da aldeia: “Sável. Lampreia. No café Zé Broa”. Infelizmente, e embora a procura de um ou outro turista, o café que servia refeições acabou por fechar pouco tempo após o falecimento do Sr. Zé.*
- *D. Emília recorda-se da época em que o rio invadia a aldeia e relata a cheia (1979) na qual se lembra que foi possível navegar de barco até à ao Reguengo (o aglomerado habitacional mais a norte). Desabafa também a pena que tem das mais recentes acções de restauro das casas da aldeia, por em nada terem a ver com o antigamente, teme que o património esteja a ser desvalorizado, e, acima de tudo, destruído. Com o mesmo ar desiludido falou acerca da falta de barcos Avieiros acostados ao cais de madeira, que une a aldeia ao rio através de uma série de escadinhas. Apenas o dela e da irmã ainda o são, todos os outros são simples traineiras. Mas embora muitos deles não representem tradicionalmente a cultura Avieira, os seus donos mantêm vivo o costume da pesca.*
- *Um outro habitante, apesar de manter a sua casa na Palhota vive no Reguengo, é o artesão João Pita. “Cantinho do Fragateiro”, como baptizou a sua “barraquinha”, foi construída pelo próprio de raiz há cerca de vinte anos, é a que mais se destaca quando se chega à aldeia. Trata-se de um autêntico museu da cultura avieira. No seu interior, destacam-se as suas criações em miniatura de casas e barcos Avieiros. O Sr. João revelou ter o sonho de construir a Palhota em miniatura.*

ii) Tipologias de Paisagem

De modo a conseguir uma percepção da envolvente das aldeias ribeirinhas, elaboraram-se cortes transversais relativamente ao rio Tejo de forma a concretizar quais os elementos constituintes da paisagem existente em cada uma delas.

O Rio Tejo é o principal elemento unificador destas aldeias, não obstante, o seu enquadramento na paisagem ser muito diverso, graças aos diferentes elementos que a constituem. Porto de Muge tem a fascínio de criar um factor de surpresa, escondendo o rio por detrás das habitações sobreelevadas, podendo ainda assim ser, de certa forma, contemplado aquando a subida ao dique que exacerba a imponência da ponte Rainha D. Amélia. Por outro lado, na Palhota e em Valada é a vegetação quem tenta encobrir a paisagem ribeirinha. Um pouco mais descoberto nesta, graças à sua praia fluvial.

Os cortes realizados (abaixo apresentados, da ilustrações 3 à 8) demonstram que a **zona de recreio** é comum às três aldeias. Embora em Porto de Muge e Valada mais equipadas, tendo Parque de Merendas repleto de sombra e campo de futebol, do que na Palhota que não possui qualquer equipamento colectivo e apenas detém uma singela mesa de merendas junto a uma árvore.

No que respeita às construções habitacionais, em Porto de Muge (imagem 30) e Palhota, boa parte das mesmas, encontram-se reconstituídas não respeitando a traça e as materiais originais. Em Valada, o aglomerado é muito mais extenso e as **habitações** bem mais antigas e com carácter permanente, não existindo portanto construções palafitas. Estas, outrora representaram o estatuto social dos moradores, os edifícios com dois andares, caracterizados pelas fachadas decoradas em azulejos pertenciam às “famílias de lavradores” (imagem 29), contrastantes com as térreas, habitadas por trabalhadores.

O **Dique** ou Tapada (imagem 31) é o elemento terrestre unificador das aldeias. Sob o ponto de vista estratégico tem a função de as proteger, a Porto de Muge e Valada, das cheias do rio Tejo e, sob o ponto de vista paisagístico, tem inúmeras funções ainda por explorar. Esta estrutura extensa permite uma observação privilegiada em altura, elevando o ponto de observação acima da galeria ripícola, conduzindo a uma observação aprimorada do rio Tejo. Para cada uma das aldeias, o posicionamento do dique relativamente às habitações difere, de acordo com a cota da área inundável.

Em todos os casos, a **estrada nacional** (EN) surge sempre como divisão entre o dique e as zonas de exploração agrícola. As explorações agrícolas estão associadas à grande propriedade e o seu casario posiciona-se invariavelmente ao longo da estrada, via natural de escoamento de pessoas e bens.

Muitas destas explorações são constituídas por belíssimos exemplos da **arquitectura tradicional** portuguesa (como é exemplo a Quinta da Marchanta, Porto de Muge) que remontam ao século XIX.



Imagem 29 - Habitação de dois andares com fachada decorada em azulejo, Valada
Fonte: Autora



Imagem 30 - Vinhedos
Fonte: (Gato Bravo, Produções Digitais)



Porto de Muge

Ilustração 4 – Morfologia rural da Aldeia de Porto de Muge

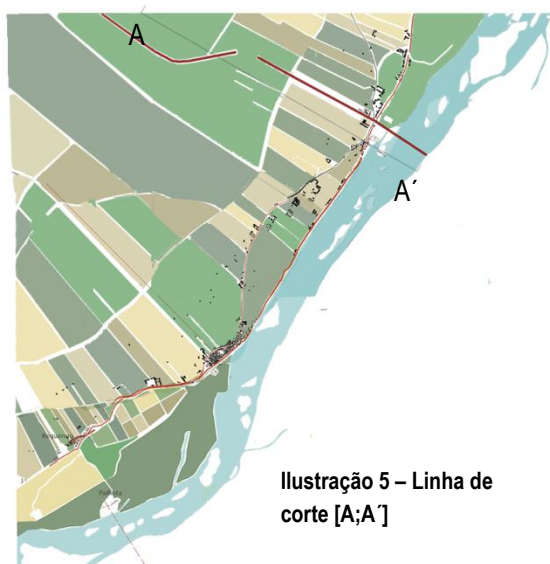
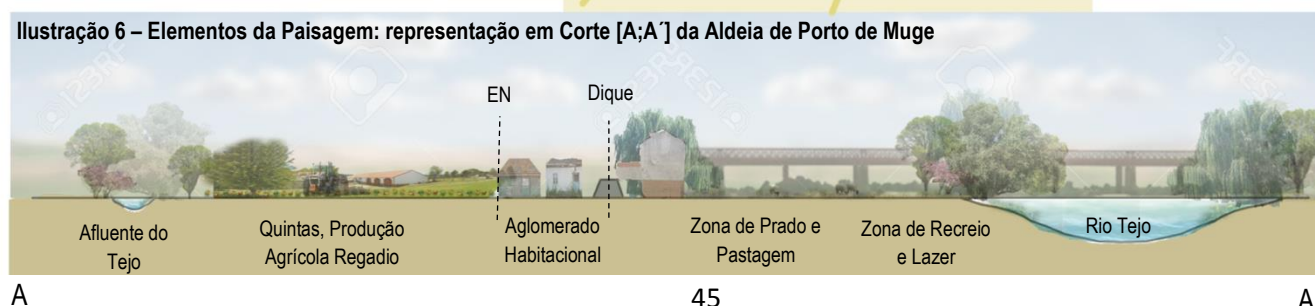


Ilustração 6 – Elementos da Paisagem: representação em Corte [A;A'] da Aldeia de Porto de Muge



A

45

A'



Imagem 36 – Cais fluvial



Imagem 37 – Praia fluvial



Imagem 38 – Dique



Imagem 39 – Aglomerado Populacional



Imagem 40 – Exploração Agrícola

Valada

Ilustração 7 – Linha de corte [B;B']

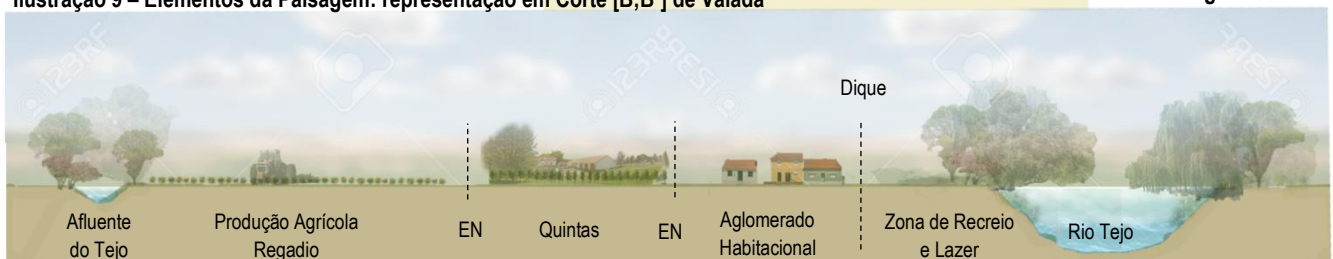


Legenda

- Dique
- Espaço Público
- Habitacões
- Habitacões térreas
- Habitacões de dois andares
- Quintal

Ilustração 8 – Morfologia rural de Valada

Ilustração 9 – Elementos da Paisagem: representação em Corte [B;B'] de Valada



B

46

B'



Ilustração 10 – Morfologia rural de Valada

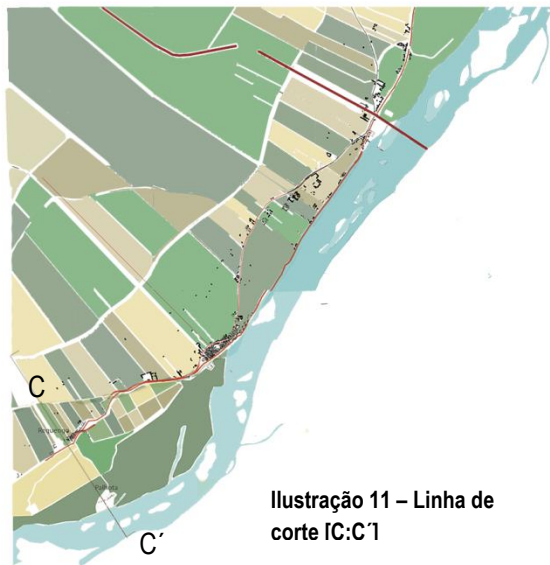


Ilustração 12 – Elementos da Paisagem: representação em Corte [CC'] da Aldeia da Palhota

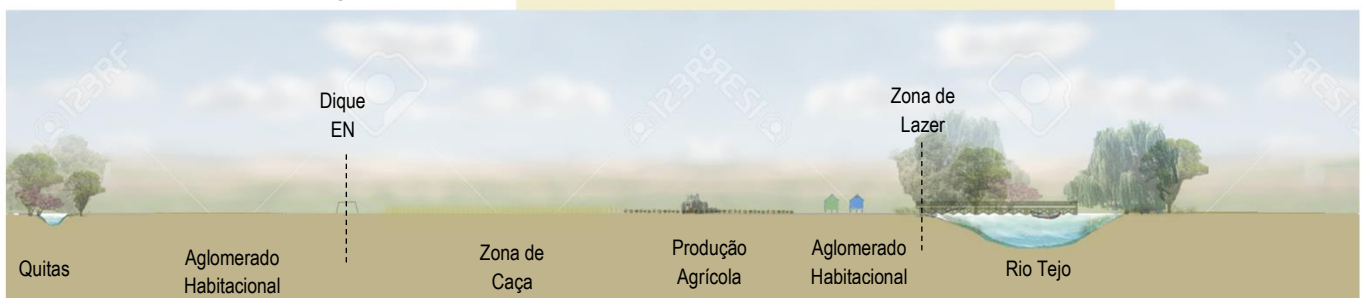


Imagem 41 – Cais palafítico



Imagem 42 – Aglomerado Populacional



Imagem 43 – Exploração Agrícola



Imagem 44 – Zona de Caça



Imagem 45 – Dique

2. Caracterização do território: factores antrópicos

2.1. Ocupação do solo: estrutura produtiva do concelho

Em 1970 (CAMPOS, 1975, p. 41) cerca de 40% do P.I.B. do Concelho provinha do Sector Primário (agricultura). Se por um lado confirma que a agricultura é a actividade dominante, por outro, justifica a condicionante de toda a problemática socioeconómica em que o concelho se insere. Segundo os bens produzidos, o produto do sector distribuía-se da seguinte maneira: vinhos e aguardentes (84.4%), cereais (8%), plantas industriais (4.3%), azeite e azeitonas (2%) e, por fim, legumes e tubérculos (1%). No ramo da pecuária a carne representava cerca de 74% dos lucros e, na silvicultura a madeira e a cortiça representavam as actividades mais lucrativas detendo 85% dos rendimentos totais. Contas feitas, o sector vinícola representava na década de 1970, 1/3 de toda a riqueza criada na região. (CAMPOS, 1975, p. 42 e 43). Estes dados sustentam a justificação da atribuição da Carta Floral concedida por D. Dinis em 1312 que, entre as cláusulas estabelecidas no aforamento, destacou-se a isenção do pagamento de contribuições durante os cinco primeiros anos, a todos os que plantassem vinhas” (Cartaxo, 2004, p. 15 e 16).

Talvez por essa razão, as vinhas continuam a perfilar estas paisagens, no entanto, com o crescimento do sector vinícola de grande qualidade no nosso país e a implementação de sucesso da cultura do tomate, a produção vinícola perdeu importância tanto a nível nacional como regional.

i) Colonização: O uso do rio através dos tempos

A história da humanidade está ligada à história dos rios, não se reflectindo apenas na sua utilização, como também nos mitos, valores e metáforas associadas à água (SARAIVA, 1999, p. 49).

O Tejo com um rio polarizador, o sítio de foco urbano que se tornou bastante cedo um dos mais populosos e activos do País, por polarizar vastas e ricas áreas de influência. O “ (...) Tejo oferece um excelente abrigo natural, num calmo mar interior (...)” (DAVEAU, 1995, p. 59).

Quer através do Rio Tejo (via fluvial), quer através de uma via Romana que atravessava o Concelho (via terrestre) que partia de Lisboa (Olisipo) e passava por Alenquer (Lerabriga), seguindo para Santarém (Scallabis), o Cartaxo foi um importante ponto de passagem para o interior do país. De facto, chegou mesmo a fixar populações e em meados do século XIX, já contava com mais de duas centenas de vizinhos, constituindo-se como um dos lugares mais populosos da Estremadura. No final do mesmo século, as inovações tecnológicas permitiram que o Cartaxo se tornasse no centro da produção vinícola e que os seus vinhos fossem transportados para Lisboa. (Cartaxo, Município do, 2012).

Outros factos confirmam a importância histórica do Concelho, como a existência dos célebres Paços Reais em Valada entre 1361 e 1365, que são o testemunho da presença da Coroa nestas terras, designadamente nos reinados de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I. Em Valada existiu também a Comenda de Santa Maria de Valada, instituída no século XVI e cujo primeiro comendador foi D. Diogo de Meneses; ou em 1312 quando o

Cartaxo recebeu a Carta Floral pelo Rei D. Dinis, confirmada por D. João II e D. Manuel em 1487 e 1496, respectivamente.

O Concelho do Cartaxo também é testemunho da ocupação dos pescadores da Praia da Vieira, os Avieiros. Os assentamentos Avieiros estenderam-se por um vasto território, desde a Póvoa de Santa Iria até Abrantes, e ainda a foz do rio Sado. A aldeia da Palhota ofereceu sustento a muitas famílias que encontravam no rio Tejo um “jardim de peixes”, trocando a pesca do mar pela do rio no Inverno. Primeiramente, este fenómeno realizava-se apenas sazonalmente, depois foram ficando, vivendo nos barcos como “ciganos do rio”. Mais tarde, os donos das terras junto às margens permitiram que estas famílias de Avieiros aí se estabelecessem, onde começaram a construir as primeiras barracas. Sabe-se que estes movimentos migratórios tiveram origem em meados do século XIX.

“O declínio da população Avieira dá-se em meados do século XX, com o início da escassez do sável, alegadamente devido à construção das barragens do Tejo que se construíram como barreira para o movimento deste peixe.” (GASPAR & PALLA, s.d., p. 3). Nessa época, muitos Avieiros, sentiram a obrigação de diversificar as suas fontes de rendimento, dedicando-se à agricultura nos terrenos adjacentes.

Foram várias as aldeias construídas ao longo do Tejo, segundo a tradição dos pescadores da Praia da Vieira. Hoje poucas resistem. A Palhota (uma das aldeias em estudo) é uma das mais bem conservadas e que melhor mantém algumas características arquitectónicas originais.

ii) Evolução da população

Segundo o estudo efectuado por Campos (1975, p. 17 e 18), compilado na Tabela 2, em 1970 a freguesia de Valada detinha apenas 9% da população total do Concelho do Cartaxo e no espaço de vinte anos (entre 1950 e 1970) perdeu 389 habitantes. Na verdade, na década de 1960/70, todas as freguesias do concelho diminuíram a sua população, sendo Valada o maior decréscimo, correspondendo a cerca de 78% da perda total. Foi nesta região que mais se agravaram as “relações de produção de uma sociedade capitalista, dominada por uma classe agrária semi-latifundiária, com características repulsivas para a fixação das populações.” (IDEM, p.19). Assim, o Concelho em geral e a freguesia em particular, viram “deteriorar-se ao longo dos anos a sua maior riqueza potencial: a força de trabalho, único factor capaz de acrescentar valor ao seu produto regional.” (IDEM).

Em 2001, Valada detinha apenas 4 por cento da população residente no Concelho do Cartaxo, fenómeno que reflecte o envelhecimento demográfico.

“Os que tiveram dinheiro para ir aos meloais carregar barco, partiram rio abaixo a vender fruta. Sempre era melhor que andar na vagabundagem do Tejo, a adivinhar peixe cada vez mais arredo. Parecia que alguém lhe ensinava o sítio das rêdes. Pôr nassas e botirões às marés, largar a arte do tremalho à sorte, e só os peguilhos fecundavam as malhas” (REDOL, 1942, p. 155)

Tabela 1 - Evolução da População na Freguesia de Valada

Ano	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Nº Hab	2.027	2.057	2.027	1.967	1.720	1399	1116	903	822

Fonte: Censos de População (CAMPOS, 1975, p. 14); e; (ESTATÍSTICA, 2000)

2.2. Património arquitectónico

i) Dique/ Tapada

A freguesia de Valada encontra-se “protegida” por um dique, o dique de Valada, com uma extensão de cerca 23 quilómetros, que percorre o distrito de Santarém desde o dique de Ómnias até à Casa Branca. Embora sem dados que o comprovem, prevê-se que esta magnífica obra hidráulica tenha tido origem na época árabe, tendo mais tarde sido restaurada e melhorada nos reinados de D. Dinis e D. José, respectivamente.

Actualmente existe um percurso pedestre, realizado quase na sua totalidade sobre o dique, denominado “Rota da Tapada”. Com o objectivo de dar a conhecer a zona ribeirinha e pontos de observação privilegiados sobre o rio Tejo, atravessa Porto de Muge e Palhota, passando por Valada e Reguengo, numa extensão de 7,5 quilómetros. A impossibilidade de percorrer a totalidade do troço sobre a tapada deve-se ao facto da falta de manutenção/total abandono de algumas porções do percurso, onde a vegetação impossibilita a passagem.

ii) Igreja Matriz de Valada

A Igreja Matriz de Valada (imagem 46) encontra-se localizada no limite da povoação, junto ao rio Tejo e à praia fluvial. Embora date de 1211, apenas foi consagrada pelo bispo de Rossionia, D. Ambrósio Pereira Brandão em 1528, segundo a lápide sobre o portal principal:

“Era de 1528 annos os 6 dias do mes de Janeiro o bispo da cidade de resione Dom Ambrozio consagrou esta igreja e altar-mor e o da conceiçam e adro em louvor de Nossa Senhora e sempre virgem e no seu dia se ganham corenta dias de perdam o qual he 8 dias ante natal”

Apesar das inúmeras remodelações que ao longo do tempo foram alterando a sua estrutura inicial, a igreja ainda exhibe uma arquitectura religiosa maneirista, notória na fachada. O coro é de madeira e as paredes da sua única nave estão decoradas com azulejos de padrão oitocentista. O seu interior preserva uma “pia baptismal quinhentista, sem base nem fuste” (Cartaxo, Município do:, s.d.). Do mesmo lado, enquadrado por colunas e pinturas do mestre lisboeta Diogo Teixeira, surge um retábulo renascentista.

Tem como padroeira a Nossa Senhora do Ó, também conhecida por Nossa Senhora da Expectação. Tal como as Virgens Negras, representa a Deusa-Mãe vestida de Sol e é apresentada com a imagem do ventre da Virgem.

iii) Ponte Rainha D. Amélia

Já em 1860, quando as margens do alto Tejo ainda eram inacessíveis a todo o tipo de viaturas por nenhuma ponte ter sido até então erguida em território português, o Engenheiro Júlio Guerra (GUERRA, 1801-1869, p. 85) alertava para a necessidade de alternativas sucessoras à passagem do rio de uma margem para a outra. A comunicação entre estes dois pontos por meio de barcas era demarcada por uma extrema irregularidade por ser cara e pela frequente interrupção em ocasião das cheias (IDEM).

Foi no dia 14 de Janeiro de 1904 em Porto de Muge, que o rei D. Carlos inaugurou a ponte rainha D. Amélia (imagem 47) que permitiu assegurar a ligação ferroviária entre as duas margens do rio Tejo. Esta ponte deve seu nome à passagem da rainha 14 dias após a inauguração, quando se deslocava com o marido para Vila Viçosa. (Cartaxo, 2004).

A montagem da ponte foi dirigida pelo engenheiro Andouard, a sua parte metálica foi executada pela casa *Fives Lille* e todos os restantes trabalhos foram da responsabilidade do engenheiro Vasconcellos Porto (Cartaxo, 2004). A ponte detém 840 metros de comprimento e 5 metros de largura, possuindo, durante muito tempo, o título da ponte ferroviária mais extensa da Península Ibérica, em via única.

A ponte foi encerrada em 2001 ao tráfego ferroviário tendo de seguida sido alvo de obras que permitiram a sua abertura para circulação de veículos ligeiros. Devido à reduzida largura do tabuleiro, actualmente, a travessia do tráfego automóvel é feita alternadamente, regulada por semáforos, ligando desta forma os concelhos de Salvaterra de Magos e do Cartaxo.



Imagem 46 - Igreja Matriz
Fonte: Autora



Imagem 47 - Ponte Rainha D. Amélia
Fonte: (Tejo Rádio Jornal, s.d.)

iv) **Arquitectura dos Avieiros**

“As casas são todas iguais. Quatro prumos aos cantos, varas no telhado, e à volta e por cima carroçil das abertas, que é a melhor palha que a lezíria dá. Como o vento do norte é rijo e os homens temem a sua voz de tirano, põem daquela banda latas velhas gretadas de ferrugem e pedaços de madeira que acham nos valados ou as enxurradas trazem” (REDOL, 1942, p. 203).

“São todas acachapadas, vergonhosas de estarem ali. Entra-se para elas como numa toca – de cabeça baixa. A porta, as paredes e o telhado deixam passar o frio e a chuva – mas menos ainda que o toldo do saveiro. Na parede do fundo uma tarimba para todos – e corpos com corpos agasalham-se do frio e refrescam-se do calor. Dois tijolos por cozinha e chão varrido por assento e mesa” (REDOL, 1942, p. 203)

“São tôdas iguais. Não há telhado mais alto a dominar. A rasoira da sorte nivela as vidas, nivelou as choupanas” (REDOL, 1942, p. 204)

Dada a permanência sazonal dos Avieiros no Tejo, inicialmente, estas famílias viviam em permanência nos barcos, os “saveiros”, “de acordo com uma lógica de racionalização do espaço muito clara: zona de dormir à proa (protegida por um oleado), que, durante o dia, funcionava como zona de trabalho (...).” No centro o espaço destinava-se à “preparação e partilha de refeições. Por fim, na popa, localizavam-se os espaços de arrumos do material de pesca.” (GASPAR & PALLA, s.d., p. 3).

Mais tarde, e embora de natureza muito precária, os Avieiros começaram a erguer construções permanentes. Ao abrigo das inundações periódicas do Tejo, os abrigos estavam localizados nas cotas mais elevadas das margens do rio. Geralmente estavam assentes sobre um estrato de madeira apoiado sobre estacas do mesmo material e as paredes eram constituídas por caniço entrelaçado. Segundo relatos, era comum os Avieiros transportarem as suas “barracas” (modo como denominam as suas construções) da localização original para outra mais abrigada (PEREIRA, FREITAS, & DIAS, s.d., p. 4) e (OLIVEIRA, GALHANO, & PEREIRA, s.d., p. 4).

2.3. Património cultural

i) Gastronomia

De realçar a importância da gastronomia dentro da comunidade Avieira onde é, geralmente, à volta de uma mesa que se realizam encontros familiares e se consolida o espírito e coesão e de união da comunidade. Regra geral, também os grandes momentos de alegria das famílias Avieiras são acompanhados de eventos gastronómicos: casamentos, nascimentos, baptizados, aniversários e outras datas simbólicas.

A culinária Avieira está repleta de cultura e tradição, aliás, as suas origens cruzam-se com o processo de assentamento desta comunidade, sendo marcada pelos produtos que a natureza, espontaneamente, lhes providenciava. Foi nela que os pescadores Avieiros encontraram a base da sua alimentação, limitando-se a colher, pescar e caçar. Assim, é muito comum na gastronomia Avieira a presença das ervas do campo e de peixes do rio, como o sável, a fataça, a enguia ou o barbo.

Fazem parte das receitas mais conhecidas: sável frito com açorda de ovas; arroz de sável; enguias fritas, grelhadas e de ensopado; fataça na telha e grelhada; arroz de lampreia; lampreia grelhada. Para os dias festivos, ensopado de borrego e assado no espeto; porco no espeto da vara de salgueiro; galináceos corados e de arroz. E na sobremesa destaca-se o arroz doce com canela.

ii) Lendas

Episódio de Pedro Escuro (PACHECO, 2010)

Pedro Escuro, companheiro de D. Afonso Henriques na tomada de Santarém (1147), vigiava a porta de Valada, para impedir que por ali se escapassem mouros. Um deles, mais atrevido, conseguiu sair, dizendo arrogantemente a Pedro Escuro que havia de voltar àquela porta, para experimentar forças com ele. Pedro Escuro respondeu:

"Iredes e viredes e aqui me acharedes ou morto ou vivo."

Não voltou o mouro, mas Pedro Escuro, escravo da sua palavra, ordenou no seu testamento que fosse enterrado junto à porta de Valada. Como recordação deste episódio, Pedro Escuro mandou erguer no local uma ermida e um hospital. No reinado de D. Manuel, os ossos de Pedro Escuro foram trasladados para a Igreja do Hospital de Jesus Cristo, onde, do lado da Epístola do altar-mor, se lê ainda o seguinte leiteiro:

"Sepultura de Pedro Escuro, do Conselho del-Rey D. Afonso Henriques, a quem o dito Senhor para tomar esta Vila aos Mouros, encarregou a porta de Valada, pela qual entrou, e por memória se mandou enterrar junto dela: e depois por haver instituído o Hospital de Reclamador, e Palmeiro, mandou El-Rey D. Manuel trasladar seus ossos a esta Igreja donde tem missa quotidiana."

iii) Festas e Romarias

a. Quinta-feira de Ascensão ou Quinta-feira da Espiga

A denominação deste dia advém da ascensão de Jesus Cristo ao Céu, encerrando os quarenta dias que se procedem à Páscoa. Neste dia também se celebra o "Dia da Espiga", celebra-se a ida de rapazes e raparigas ao campo de manhã cedo. Lá, apanham espiga e flores campestres que guardam, penduradas no interior das suas casas, ao longo de um ano. O povo crê que este ritual proporciona felicidade e abundância no lar. "Aliás, a espiga de trigo propriamente dita representa a abundância de pão, o ramo de oliveira simboliza a paz, as flores amarelas e brancas respectivamente o ouro e a prata que significam a fartura e a prosperidade." (Gato Bravo, s.d.).

b. Travessias de toiros

Até algumas décadas atrás, em vésperas de corridas de touros, era habitual assistir às chamadas "Travessias de Toiros". Comandados por campinos experientes montados a cavalo, as manadas de toiros eram encaminhadas da margem sul (onde pastavam) para a norte do Rio Tejo (onde decorriam as corridas).

Aquando da aproximação da margem, fazia parte da tradição os campinos gritarem para as mulheres “*Fujam! Fujam!...*”. Depois, de acordo com o seu destino corresponder às praças de toiros do Cartaxo, de Santarém ou Vila Franca de Xira, os toiros eram respectivamente encaminhados para Porto de Muge ou Valada.

“- Aquilo deu-me a volta ao miolo. Então aquele danado havia ainda de matar outro?!... Ná!...Fui ao palheiro, peguei na vara de choupo mais rija e montei na faca. O Desertor [o toiro] estava sòzinho a uma banda. Meti a égua a passo, mostrei-lha bem e quando a vi a jeito, para lhe dar a crença p’ra fora, abalei que nem um rabo de vento. Eh toiro!... Eh toiro dum filho da mãe!... Medi-lhe a anca e quando passei por êle ferrei-lhe uma varada capaz de voltar o mundo do avesso. Não sei como aquilo foi. Corre atrás da égua, pega não pega, eu a furtar-me, êle à brida, e zás. Baldeia com a faca e comigo. Não posso dizer como me safei debaixo da égua. Assim que me vi sôlto, medi logo a saída. Depois de dar duas forquilhadas na montada endireitou-se comigo. Valeu-me um moirão. Cortei-lhe as voltas e atirei-lhe co’barrete. Pisou-o todo. Esfrangalhou-o num ar. Era toiro danado!... Tinha um sangue ruim... Quando se foi outra vez à égua até parece que a mordía. Matou-a” (REDOL, 1942, p. 162).



Imagem 48 - Travessia de Touros

Fonte: (Gato Bravo, s.d.)

c. Reguengo – Valada: «Quilómetro Lançado de Valada»

“Na linda estrada macia que da estação do Reguengo segue para Vallada, é guarnecido por filas de choupos, cujas frondes formam um tunnel de verdura, realizaram-se no dia 18 de Março de 1906, com a assistência de toda a Família Real, interessantes corridas de automóveis promovidas pelo Real Automóvel Club” (PIMENTEL, 1908, pp. 239-260).

A 18 de Março de 1906, na estrada que liga Valada à Ponte do Reguengo estreava aquela que foi considerada a primeira prova de velocidade automóvel disputada em Portugal: “Quilómetro Lançado de Vallada”, promovida pelo Real Automóvel Club, com o patrocínio e assistência da família real. Esta primeira edição contou com a inscrição de trinta automobilistas, com destaque para a participação do piloto profissional de nacionalidade francesa, Carlos Bleck. Existiu, inclusive, um comboio especial e rápido que assegurava o trajecto Santa Apolónia – Reguengo, que assegurou o transporte a muita gente para assistir.

Com o intuito de comemorar o centenário da prova, em 2006 a Câmara Municipal do Cartaxo, com o apoio do Automóvel Clube de Portugal (ACP), organizou a I Edição do histórico “Quilómetro de Valada” que contou com a presença de cerca de 30 veículos de fabrico até 1918. Devido ao enorme sucesso, a corrida repetiu-se no ano seguinte naquela que foi a última reedição.

d. Cruzeiro religioso do Tejo

Relativamente recente, a procissão fluvial comemorou este ano sua a III Edição. Esta homenagem à Nossa Senhora dos Avieiros e do Tejo representa o antigo trajecto que os marítimos faziam nos saveiros, desde as Portas de Ródão até ao grande estuário, quando o Tejo era navegável em quase toda a sua extensão. Este cruzeiro fluvial, dividido em 8 etapas, é realizado desde Alvega (Abrantes) até Paço de Arcos (Oeiras), e segue com as embarcações tradicionais taganas, engalanadas, transportando a imagem de Nossa Senhora dos Avieiros e do Tejo. O objectivo do cruzeiro é celebrar a religiosidade das comunidades ribeirinhas do Tejo, promover a Cultura Avieira e evidenciar as potencialidades do Rio Tejo.

Quadro 2 - III Cruzeiro Religioso do Tejo - Testemunho

Graças a um convite da empresa de turismo fluvial Ollem Turismo, no decorrer do presente trabalho foi possível acompanhar a III Edição do Cruzeiro Religioso do Tejo. A imagem da “Nossa Senhora dos Avieiros e do Tejo” foi sempre transportada na embarcação guia, um saveiro Avieiro de seu nome. Durante o percurso de dois dias que foi possível presenciar, sucederam-se diversas paragens e pernoita em Valada, com cerimónias religiosas e eventos culturais organizados pelas equipas locais (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações e entidades privadas).

A peregrinação em Valada teve início numa procissão fluvial nocturna, que ligou esta freguesia ao Escaroupim. Após a chegada da imagem de “Nossa Senhora dos Avieiros e do Tejo”, deu-se início a uma procissão de velas até à igreja local e o jantar. Depois do regresso a Valada, onde decorreu uma missa na Igreja Matriz, foi onde permaneceu a imagem até ao final da manhã seguinte. Foi cedo que a procissão seguiu em direcção à aldeia da Palhota, onde decorreu uma breve paragem, e mais tarde, Porto da Palha. Aqui que decorreu uma missa, o almoço e uma demonstração do Rancho Folclórico das Ceifeiras e Campinos, um espectáculo muito aclamado por todos. Foi com grande entusiasmo e sentido de partilha que muitos dos Avieiros realizaram com sucesso este percurso.



Imagem 49 - Cruzeiro Religioso, Valada
 Fonte: Autora



Imagem 50 - Cruzeiro nocturno Religioso, percurso Escaroupim – Valada
 Fonte: Autora



Imagem 51 - Cruzeiro Religiosos, Escaroupim
 Fonte: (Madeira, JM , 2015)

iv) Danças e cantares

a. Rancho Folclórico as Ceifeiras, Porto de Muge

Por esta localidade ficar situada nas margens do rio Tejo, onde viviam o camponês e a camponesa, é nestas duas figuras que o rancho folclórico se inspira. “Do leque de trajes, fazem ainda parte o traje domingueiro, o de maioral de gado, o de patronato, o de pescador, e o ícone máximo (...) o campino” (Gato Bravo, s.d.).

b. Cancioneiro Popular

Não se conhecem cantares nesta freguesia, mas há alguns poemas, do tipo cancionero, da zona da palhota, que demonstram bem que aí se dependia da pesca. Eis alguns (Gato Bravo):

*Eu não quero ir ao campo
 que faz lá muito calor
 eu não quero ser campina
 que o meu bem é pescador.*

X

*No Verão, cheio de calor,
 muito pescador se passa;*

*lá vão uns para o melão,
outros ficam à fataça.*

v) Artesanato e saberes-fazer

Ainda existem alguns artesãos que mantêm a manufactura de alguns produtos viva, salvaguardando as tradições locais. Portanto, ainda é possível encontrar trabalhos em cestaria, palha, cortiça, madeira e até corno. O Sr. João Pita, proprietário do “Cantinho do Fragateiro” na Palhota é um excelente exemplo da tentativa de salvaguarda da tradição aviera retratados em madeira.

a. Os barcos e a pesca

Reza a história que outrora eram construídos saveiros na freguesia de Valada. Infelizmente, perdeu-se essa tradição e segundo um pescador, “a falta de preocupação (...) permite o lento desaparecer, das margens do rio, dos estaleiros e barcos, e quando o último artesão tiver morrido irá levar consigo os segredos desta arte tão bela” (PINHEIRO, 1963).

Uma das consequências da fixação dos Avieiros no Tejo foi a modificação das características do barco. O *Saveiro*, “esguio, de proas virando em bico, que embora de aparência frágil, oferece muitas condições de estabilidade” (SALVADO, 1985, p. 59). As proas altíssimas e reviradas e o fundo plano facilitam o arrastamento sobre a areia aquando do encalhe e a entrada no mar (IDEM, p. 13). O comprimento deste barco é aproximadamente 6.60 metros e a largura 1.60 e 0.80 a meio e nas traves da popa respectivamente.

Quando não tinham outra casa, antes de serem construídas as habitações em palafita, eram os barcos as casas dos pescadores e da sua família, o seu instrumento de trabalho e o meio de transporte. Era no saveiro que guardavam todos os haveres e os instrumentos necessários à pesca.

A jusante, do lado da proa ficava o quarto. E era lá que durante o dia eram guardadas a roupa, mantas e esteira. A cozinha é dele separada por uma tábua designada *emparadeira*, associada ao suporte para os pés quando se rema. É a meio da cozinha que fica um banco fixo com uma cavidade, o *trasto*, onde se encaixa o mastro que suporta a vela. (SALVADO, 1985, p. 61). A terceira divisão, que vai desde a cozinha até à ré chama-se oficina. É aqui que o pescador trabalha, se guardam as redes e onde se recolhe o peixe (SALVADO, 1985, p. 62). Durante a noite, a divisão correspondente ao quarto, onde dormia toda família, era coberta por um tecido oleado, como se pode pertinentemente observar na imagem 53.



Imagem 52 - Barco Avieiro da Associação Palhota Viva | Fonte: Autora

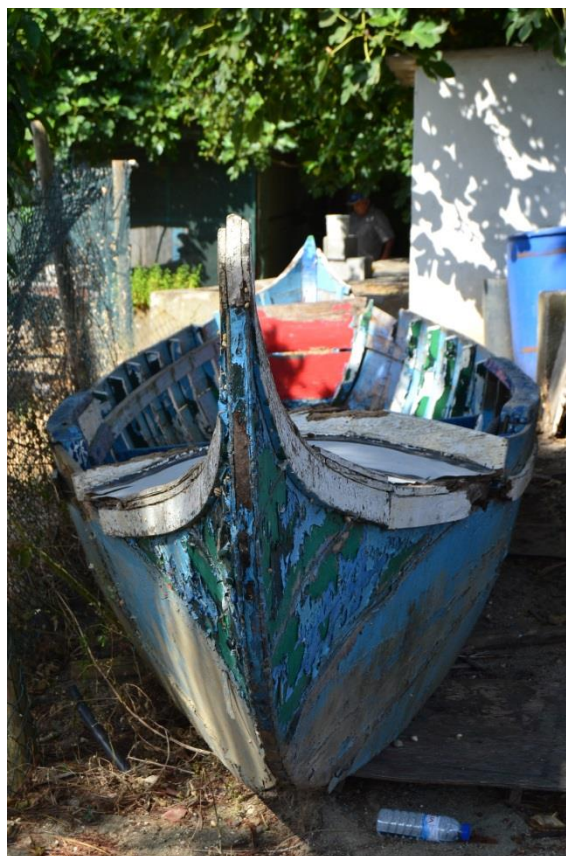
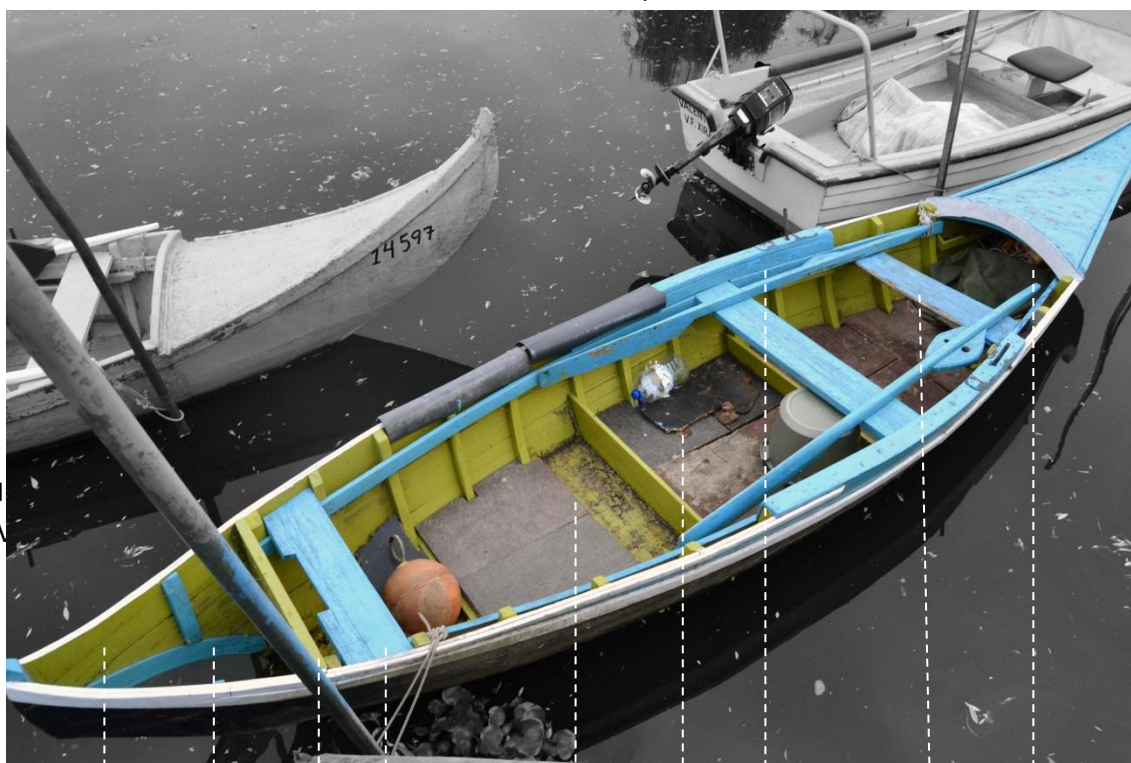


Imagem 54 - Barco Avieiro da Associação Palhota Viva | Fonte: Autora



**Imagem 53 - Barco Avieiro no rio Tejo
Fonte: Autora**



Cabarnil | Oficina | Travessa | Emparadeira | Cozinha | Quarto | Cinta | Banco de Remar | Draga

**Imagem 55 - Identificação das partes constituintes de um Barco Avieiro
Fonte: Autora**

A pesca era feita de noite, por norma é o homem quem lança a rede e a mulher rema o barco aquando do lançamento. Consoante o peixe a que se destina, cada rede possui uma nomenclatura, forma e funções distintas. Podem ser de arco, de arrasto, de alvitana ou redonda. As malhas diferem consoante a dimensão do pescado, a malha mais aberta para peixe maior e a outro para o peixe de menor porte.

“Ele encostou o saveiro mais à borda para que a manobra do outro corresse melhor e respondeu à saudação da companha, levando a mão ao barrete. Puxou a corda do viveiro onde guardava as enguias colhidas, pois só após o levantar das nassas da noite mandaria a companheira vender o pescado. Assim o peixe não amolentava e vivinho bem como queiram todos faziam merca” (REDOL, 1942, p. 171).

3. Desenvolvimento do projecto

Nota introdutória

Após a análise efectuada das situações vigentes em termos sociais, naturais, culturais e económicos das três aldeias, chega o momento em que o domínio dessa informação permite que seja compilada.

Tendo como base toda a pesquisa teórica até então apresentada e todas as visitas de campo realizadas ao local em estudo, a análise SWOT/diagnóstico surge como uma ferramenta para fazer uma observação sistemática do cenário actual. Aqui são analisados os pontos fortes, fracos, as oportunidades e as ameaças actuais do território. O seu resultado será utilizado como base de planeamento estratégico/acção para a criação de uma série de sugestões que estarão na base de uma eventual reabilitação destas aldeias, aquilo que será denominado como sendo os Projectos Âncora.

3.1. Avaliação e diagnóstico

Tabela 2 - Análise S.W.O.T./Diagnóstico

Fonte: Autora

<p>FORÇAS:</p> <ul style="list-style-type: none">◆ Rio◆ Riqueza avifaunística: presença de espécies endémicas e ameaçadas◆ Fertilidade do solo◆ Existência de comunidades de pescadores activas◆ Presença da cultura avieira: Singularidade do tipo de ocupação e modo de vida Avieira◆ Existência da “Rota da Tapada” <p>S</p>	<p>FRAQUEZAS:</p> <ul style="list-style-type: none">◆ Perda e envelhecimento da população residente◆ Falta de actividades económicas que justifiquem a fixação da população mais jovem◆ Degradação das aldeias e portos fluviais◆ Falta de manutenção de alguns troços do dique: impossibilidade de percorrer na sua totalidade◆ Exploração dos campos agrícolas por parte dos grandes agricultores: inexistência da agricultura de sustento/ hortas◆ Falta de infra-estruturas básicas e de serviços complementares uma vez que não se inserem em zonas não urbanas <p>W</p>
<p>OPORTUNIDADES:</p> <ul style="list-style-type: none">◆ Birdwatching: Exploração das comunidades ornitológicas◆ Relação visual entre margens◆ Presença do rio◆ Cultura avieira <p>O</p>	<p>AMEAÇAS:</p> <ul style="list-style-type: none">◆ Perda e esquecimento do património e cultura avieiros◆ Impossibilidade de percorrer a “Rota da Tapada” <p>T</p>

3.2. Definição de objectivos

Identificados os elementos-chave, a partir da análise acima exposta, que irão contribuir para o planeamento da reabilitação das aldeias, é viável traçar os principais objectivos estratégicos que advêm do quadro:

- i) Estabelecer prioridades de actuação, em que a salvaguarda dos patrimónios cultural e natural se destacam como sendo prioritárias;
- ii) Preparar opções estratégicas de forma a resolver ou mitigar os riscos/problemas mais gravosos. Neste ponto, o enfoque direcciona-se para as questões sociais e económicas em especial, a aposta em medidas de fixação da população mais jovem e a tentativa de ir ao encontro de uma medida agrícola capaz de permitir o regresso dos pequenos agricultores;
- iii) Fortalecer os pontos positivos e contornar os pontos a melhorar de forma a aumentar as oportunidades e as possibilidades de crescimento e inovação deste meio rural.

3.3. Projectos Âncora

Tal como referido, os Projectos Âncora surgem de uma base muito sistemática, resultado da análise S.W.O.T. e são projectos que pelo seu carácter estruturante revelam ser cruciais para a formulação de sugestões relacionadas com a reabilitação destas aldeias.

Dando cumprimento à estratégia preconizada de afirmação das aldeias do Concelho do Cartaxo como um destino rural de excelência, os projectos enquadram-se numa visão que incide sobre a valorização da paisagem e o conceito, anteriormente debatido, de sustentabilidade. Os projectos abaixo descritos foram traçados com o intuito de representarem uma efectiva contribuição para o desenvolvimento rural da área em estudo, e embora a paisagem seja o enfoque principal, também serão sugestionadas alterações noutros âmbitos que mesmo não estando relacionados de forma implícita à paisagem, acredita-se que o desenvolvimento só se conseguirá alcançar de forma integrada. Os eixos estruturantes são, portanto, os seguintes:

- i) Tornar a **paisagem** um recurso unificador de todas as medidas e acções implementadas no território
- ii) Criação de produtos e **ofertas turísticas** baseadas na exploração dos recursos naturais e paisagísticos
- iii) Criação de **medidas inovadoras** capazes de reinventar e potencializar um recurso intrínseco (natural ou não)
- iv) Capacitar os actores e sociedade locais para definir e explorar as suas singularidades culturais e daí advirem **produtos únicos**
- v) Fomentar **parcerias** entre os diferentes actores e associações locais de forma a otimizar o potencial da singularidade dos produtos

Capítulo IV

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS RURAIS A PARTIR DA VALORIZAÇÃO DA



PAISAGEM

Recordando o objectivo geral da actual investigação, tentando encontrar na paisagem uma resposta ao desenvolvimento do espaço rural por intermédio da sua valorização. As aldeias de Porto de Muge, Valada e Palhota foram o ponto de partida. Elegidas como estudo de caso por serem detentoras de um enorme potencial paisagístico e, simultaneamente, testemunhas da actual fragilidade e abandono da generalidade dos espaços rurais.

Este capítulo, destinado à afirmação da importância e contributo da paisagem na valorização do rural e do seu desenvolvimento, contribuirá também, para a apresentação de uma série de sugestões e recomendações para a construção de um modelo de desenvolvimento dos espaços rurais, a partir da valorização da paisagem, tendo por base as fragilidades e potencialidades das aldeias em estudo.

A elaboração do modelo inicia-se com o delinear as estratégias fundamentais de actuação que servirão de orientação para o planeamento de todas as acções. Os princípios são três:



Ilustração 13 - Estratégias de actuação
Fonte: Autora

Os objectivos fundamentais destas acções são efectivamente exacerbar o componente dominador daquele território, o rio, conferindo-lhe o papel de epicentro de todas as acções, tornar a paisagem o elemento comum a todas elas e, garantir que as estratégias delineadas serão pensadas a longo prazo, assegurando a salvaguarda dos recursos, o envolvimento da população e retorno económico.

Partindo das duas estratégias iniciais, sugerem-se as seguintes acções.

- i) Simbiose da biodiversidade entre os terrenos agrícolas e o rio: criação de corredores verdes (Anexos 2 e 2.1)

Esta acção prevê a ligação dos principais componentes daquela paisagem: o rio e a agricultura. Tanto quando se pode averiguar na análise às tipologias de paisagem das aldeias, a estrada nacional surgiu sempre como uma nítida barreira física entre bairro e o campo. Com o efeito de atenuar este bloqueio, unificando um pouco mais os dois espaços, sugere-se “encaminhar” um pouco do rio e da sua vida para o campo. Por certo, a flora e a fauna são, entre outros, os elementos que melhor caracterizam a zona ribeirinha, posto isto, a sugestão aponta para criação de **corredores verdes** como uma faixa de vegetação

unificadora das duas unidades. Estas possibilitariam o deslocamento da fauna entre as áreas, mitigando o efeito de fragmentação que a agricultura industrial tem vindo a instituir. Outro benefício associado encontra-se no retorno paisagístico de outrora, caracterizado pelas longas fileiras de árvores de fruto ao longo dos caminhos, como o marmeleiro, por exemplo.

ii) Reabilitação e estabilização das margens do rio (Anexos 3 e 3.1)

A última sugestão referente à valorização dos recursos naturais incide sobre a conservação e boa gestão/manutenção das **galerias ripícolas**. Dado o infeliz historial de cheias da área de estudo, o bom estado ecológico desta vegetação permitiria melhores condições de escoamento das águas e dos sedimentos, minimizando as situações de risco em situação de enchente. Um duplo benefício associado seria o contributo para a valorização cénica da paisagem, tantas vezes referida ao longo do texto como uma fragilidade pela falta de manutenção dos espaços ribeirinhos.

Existem alguns critérios para assegurar a manutenção em bom estado de conservação das galerias ripícolas, entre os quais a realização de limpezas e remoção de árvores secas doentes, a eliminação de espécies invasoras, a identificação de áreas ripícolas com interesse florístico e/ou paisagísticas e não efectuar o corte de arvoredos e controlo da vegetação espontânea na época de nidificação (Março e Julho), são algumas das recomendações.

iii) Melhoria das condições de navegabilidade do rio Tejo (Anexo 4)

Esta acção incide sobre a recuperação e/ou restauro dos portos palafíticos degradados das aldeias da Palhota e Porto de Muge. Esta proposta envolve a valorização dos portos respeitando a sua traça e materiais originais, garantindo, ao mesmo tempo, segurança e uso. Esta acção beneficiará não apenas os pescadores que poderão usufruir de melhores condições de navegação, como também, o respeito pela memória das povoações avieiras.

iv) Valorização da singularidade avifaunística: *birdwatching* (Anexo 5)

Com base no magnífico património avifaunístico do território, recomenda-se a valorização desta unicidade, apoiando as ofertas já existentes, que fazem a sua exploração turística por via fluvial, complementando-as através da criação de uma rota para observação de aves e da implementação de um abrigo terrestre para uma oferta mais completa à prática do *birdwatching*. Perspectivando-se os benefícios que podia gerar, este território poderia transformar-se num conhecido e aclamado local para a prática de *birdwatching* e para a criação de eventos do sector.

v) Melhoria das acessibilidades ao Dique (Anexo 6)

As acções incidem-se sobre reconhecimento da importância da barreira física contra as cheias: o dique/tapada. Através da limpeza e remoção da vegetação infestante, a rota que percorre este património

poderá voltar a ser percorrida na sua totalidade e a vista privilegiada, contemplada. Embora sinalizado, a remarcação do percurso e a criação de placas informativas relativas ao restante património hidráulico, do qual fazem parte os hidrómetros. Também se propões uma alteração do mobiliário urbano, através da introdução de novos bancos e sombra ao longo do percurso.

Relativamente ao princípio de **Sustentabilidade**, pretende-se assegurar o trinómio de equidade social (envolvimento e contribuição da população nas acções e criação de emprego), rentabilidade económica (crescimento da economia local) e vantagem competitiva (utilização eficiente dos recursos disponíveis e planeamento das acções a longo prazo). Embora já se encontre presente, de uma ou outra forma, nas acções acima enumeradas, existem outras que sob o ponto de vista temático não se inserem nelas e, por essa razão estarão aqui descritas.

i) Rentabilidade económica

Este ponto debruça-se sobre os sectores agrícola e piscícola, tendo por objectivo apoiar a criação e o desenvolvimento destas práticas, recuperando a produção e pesca de alimentos a partir das culturas tradicionais e com elas gerar rentabilidade económica (criação de emprego) e produtiva.

Relativamente à produção agrícola, propõe-se duas acções principais: recuperação da **produção local** e a implementação do **regime de pequena agricultura**.

A produção local teria como objectivo principal recuperar a pequena agricultura/agricultura de sustento que se perdeu, graças à riqueza e fertilidade dos solos, que deixou que os campos fossem ocupados pelos grandes agricultores. Pensa-se que a solução poderá tender para uma partilha latifundiária, e através da plantação de espécies perdidas no tempo. O marmeleiro, por exemplo, presentearia a oportunidade de transformar a sua matéria-prima em produtos únicos e de qualidade, associados à riqueza do ribatejo. Com este pequeno exemplo, pretende-se demonstrar de que forma é possível despertar a economia e o sector laboral, recuperando uma identidade agrícola e fomentar a sua comercialização.

Relativamente à pesca, a proposta de introdução de um circuito curto, um novo modo de comercialização, visa um de dois tipos de venda: directa do produtor ao consumidor e, indirecta, através de um único intermediário (associação de pescadores, e.g.). O objectivo fundamental é manter viva a tradição da pesca, incentivando os pescadores com a comercialização do seu pescado, a diminuição de custos, obtendo um preço mais justo tanto para o produtor, como para o consumidor, e o consumo de produtos locais, tendo o consumidor informação sobre a origem do mesmo, criando confiança mutua e uma nítida diferenciação dos produtos locais para os restantes.

ii) Valorização do património e cultura locais

Neste princípio evidenciam-se a valorização da cultura e tradições e, do património arquitectónico, com valor e que importa recuperar e/ou preservar.

A primeira acção debruça-se sobre a ressalva dos barcos tradicionais avieiros. É imprescindível encontrar um artesão que ainda domine a arte de construção e restauro destes barcos, para que possam ser organizados *workshops* de forma a capacitar muito mais pessoas. Esta medida iria fomentar uma maior circulação de barcos avieiros e a possibilidade dos visitantes percorrerem as aldeias pelo rio, estabelecendo uma rota pelo rio nesses mesmos barcos. Para além desta possibilidade, existe uma outra que deriva da adaptação antiga dos barcos a vivendas que, podiam ser convertidas numa outra possibilidade de alojamento rural, muito criativa e sugestiva.

iii) Equidade social

Os meios rurais têm evidenciado uma grande dificuldade na retenção de população e na atracção de novos residentes. Esta metodologia tem, portanto, que reflectir um contributo para a fixação e revitalização da população destes meios rurais. No fundo, encontrar projectos que façam com que a população, mesmo que envelhecida, possa reforçar a vontade de preservação da identidade do seu espaço rural de forma a existir um sentimento de pertença. Assim, a disponibilidade das populações para abandonar o meio rural irá diminuir e o mesmo efeito irá atrair a fixação da população mais jovem.

A injeção de rendimento e criação de emprego são condições imprescindíveis para manter vivo o território e, conseqüentemente, a fixação da população e atractividade/competitividade do território. Neste contexto, considera-se que as actividades devem privilegiar a valorização dos recursos endógenos e a comercialização de produtos locais (que frequentemente apresentam algum carácter de inimitabilidade), e, que fomentem a criação de novos negócios ou, até mesmo, a expansão de outros já existentes.

É importante que estas actividades contribuam para a capacitação dos indivíduos e instituições locais, reforçando competências para o desenvolvimento e o empreendedorismo. Importante também, é a qualidade de vida, condição essencial para a preservação dos meios rurais. As intervenções devem portanto, ser realizadas de forma a contribuir para o aumento da qualidade de vida e níveis de conforto da população. As acções descritas para este ponto, em particular, ou outros acima descritos, no geral, devem direccionar o olhar ao nível das infra-estruturas e serviços colectivos e, das condições de conforto das habitações. Uma população que tem à sua disposição níveis de conforto nos seus espaços e serviços à sua disposição, estará mais propensa a permanecer no seu território, no caso dos habitantes existentes, e a criar raízes, no caso dos indivíduos mais jovens e empreendedores.

Primeiramente incide-se o olhar sobre os **barcos tradicionais avieiros** e a sua singularidade a nível nacional e, até mesmo, internacional. Esta medida sugere, de forma imprescindível, o envolvimento da população local, através do contributo do seu conhecimento da arte de construção e restauro dos saveiros. A recuperação destas relíquias Avieiras teria, para além da conservação de património histórico, mais-valias associadas relacionadas com a criação de oferta turística, possibilitando a contemplação da paisagem a partir de passeios nas antigas embarcações – talvez, mais uma forma de alcançar os mouchões para a

prática de observação de aves – e a exploração da sua antiga utilidade habitacional, convertendo-os num alojamento rural diferente e criativo.

Como consequência das recentes operações de restauro que os novos proprietários, sem aparente conhecimento da cultura avieira, têm executado nas poucas **habitações tradicionais** ainda existentes, têm-nas descaracterizado muito. De forma a travar más condutas, propõe-se a constituição de um Regulamento de Restauro de habitações típicas. Valorização dos recursos endógenos e da sua singularidade

Bibliografia

- ABREU, A. C., CORREIA, T. P., & OLIVEIRA, R. c. (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*. (Vol. IV: Grupos de unidades de paisagem. K (Macicos Calcários da Estremadura) a Q (Terras do Sado)). Direção Geral de Ordenamento do Território.
- Agenda Comercial do Concelho do Cartaxo*. (2005). Trajecto.
- Alliance, C. (2004). "What is rural?". In M. Woods, *Rural Geography: Processes, Responses and Experiences in Rural Restructing*.
- ARIZPE, D., MENDES, A., & RABAÇA, A. E. (2009). *Zonas ribeirinhas sustentáveis. Um guia de gestão*. (A. FABIÃO, R. CARRIÇO, P. PINHEIRO, A. MEDES, & J. E. RABAÇA, Trans.) Lisboa: ISA Press.
- Associação Compartes do Piódão. (2010). *Unidade de Pastoreio Extensivo*. Obtido em 30 de Agosto de 2015, de Compartes Piódão:
<http://www.compartespiodao.pt/associacaocompartes.php?pagina=associacao&subpagina=pastoreio>
- Aves de Portugal Info. (s.d.). *Águia-pesqueira*. Obtido em 12 de Julho de 2015, de Aves de Portugal:
<http://www.avesdeportugal.info/panhal.html>
- Aves de Portugal Info. (s.d.). *Andorinha-das-barreiras*. Obtido em 12 de Julho de 2015, de Aves de Portugal:
<http://www.avesdeportugal.info/riprp.html>
- Aves de Portugal Info. (s.d.). *Cegonha-branca*. Obtido em 12 de Julho de 2015, de Aves de Portugal:
<http://www.avesdeportugal.info/ciccic.html>
- Aves de Portugal Info. (s.d.). *Corvo-marinho-de-faces-brancas*. Obtido em 12 de Julho de 2015, de Aves de Portugal: <http://www.avesdeportugal.info/phacar.html>
- Aves de Portugal Info. (s.d.). *Íbis-preta*. Obtido em 12 de Julho de 2015, de Aves de Portugal:
<http://www.avesdeportugal.info/plefal.html>
- AVILLEZ, F. (1999). Sustentabilidade Económica e Desenvolvimento Rural. In C. CAVACO, *Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- BARNEY, J. B., & HESTERLY, W. S. (2007). *Administração Estratégica e Vantagem Competitiva*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- BERQUE, A. (1994). Introduction. In *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel: Champ Vallon.
- Botânica, S. P. (2014). *Iris pseudacorus*. Obtido em 5 de Julho de 2015, de Flora On: Flora de Portugal Interactiva: <http://www.flora-on.pt/#/1Iris+pseudacorus>

- BRANDÃO, R. (1923). *Os Pescadores. Citado por Cavaco, Carminda. 1992 Portugal Rural. Da tradição ao moderno*. Lisboa: Direcção Geral do Planeamento e Agricultura.
- BRITO, A. P., & DUARTE, J. M. (1999). Para o Desenvolvimento Rural Qual a Prioridade - As Iniciativas ou as Pessoas? In C. CAVACO, *Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- BUARQUE, S. C. (2002). *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planeamento*. Rio de Janeiro: Garamond.
- CAMPOS, R. (1975). *O concelho do Cartaxo. A gente, a terra e o produto ou a necessidade de uma política de desenvolvimento regional ao serviço do concelho e da população*. Santarém: Junta Distrital.
- CAMPOS, R. (1975). *O concelho do Cartaxo. A gente, a terra e o produto ou a necessidade de uma política de desenvolvimento regional ao serviço do concelho e da população*. Santarém: Junta Distrital.
- Cartaxo, C. M. (2004). *O Concelho do Cartaxo: o Vinho, a Terra e o Tejo*. Mem Martins: Ferraz e Azevedo Lda.
- Cartaxo, Município do. (2012). *Resenha Histórica*. Obtido em 30 de Março de 2015, de Município do Cartaxo: <http://www.cm-cartaxo.pt/Ser/Turismo/Concelho/Paginas/Resenha.aspx>
- Cartaxo, Município do;. (s.d.). *Igreja Matriz de Valada*. Obtido em 30 de Março de 2015, de Câmara Municipal do Cartaxo: <http://www.cm-cartaxo.pt/Ser/Turismo/Visitar/Paginas/Igreja-Matriz-de-Valada.aspx?Title=Igreja%20Matriz%20de%20Valada>
- CASTELLS, M. e. (1996). *As cidades como atores políticos*. Novos Estudos Cebrab - Dossiê Cidades.
- CAVACO, C. (1992). *Portugal Rural. Da tradição ao moderno*. Lisboa: Direcção Geral do Planeamento e Agricultura.
- CAVACO, C. (1999). O Comércio e os Serviços Rurais: Travões de Despovoamento. In C. CAVACO, *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- CAVACO, C. (1999). O Mundo Rural Português: Desafios Futuros. In C. CAVACO, *Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa.
- CAVACO, C. (2004). Desafios de Desenvolvimento Rural. *Finisterra*, pp. 99-112.
- CERA, G. (s.d.). *Cheia de 1979*. Obtido em 10 de Setembro de 2015, de Valada do Ribatejo: <http://www.valadadoribatejo.com.pt/cheia-de-1979>
- Côa, R. V. (2014). *Vale do Côa - Grande Rota*. Obtido em 28 de Julho de 2015, de Grande Rota do Côa: <http://granderotadocoa.pt>

- CORAJOURD, M. (2011). A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam. In A. V. SERRÃO, *Filosofia da Paisagem - Uma Antologia* (pp. 213 - 225). Braga: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- COVAS, A. (2011). Futuros do Mundo Rural Português: de Espaço Produtor a Espaço Produzido: Mercados Emergentes e Neo-Rurais. In E. FIGUEIREDO, *O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro* (pp. 59-70). Castro Verde, Alentejo: 100LUZ.
- CURTO, F., & FALCÃO, A. (2015). *Rede Casas Brancas. Manual de Qualidade*. Casa Brancas.
- DAVEAU, S. (1995). *Portugal Geográfico*. Lisboa: Copyright.
- Digitalmente. (s.d.). *Apresentação*. Obtido em 10 de Setembro de 2015, de BioRia: <http://www.bioria.com/apresentacao>
- Douro Valley. (2011). *Cruzeiros*. Obtido em 28 de Julho de 2015, de Douro Valley: http://www.dourovalley.eu/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=79509
- Earth, G. (5 de Maio de 2013). Obtido em 10 de Julho de 2015, de Google Earth.
- ESTATÍSTICA, I. N. (2000). Censos 2011: Resultados Definitivos. XVI Recenseamento Geral do IV Recenseamento Geral da Habitação. In A. M. TORRES, *Cartaxo. O Concelho em Números*. Santarém: Associação de Municípios da Lezíria do Tejo.
- FIGUEIREDO, E. (1999). Ambiente Rural - A Utopia dos Urbanos? In C. CAVACO, *Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia* (pp. 264-265). Lisboa.
- FIGUEIREDO, E. (2003). "Quantas mais "aldeias típicas" conseguimos suportar?" Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In O. SIMÕES, & A. CRISTOVÃO, *TERN - Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (pp. 65-81). Instituto Politécnico de Coimbra: Edições IPC.
- Flickrriver. (2007). *Angustifolia*. Obtido em 5 de Julho de 2015, de Flickrriver: <http://www.flickrriver.com/photos/21657471@N04/tags/angustifolia/>
- GALVÃO, M. J. (6 a 9 de Outubro de 2010). A Multifuncionalidade: uma nova abordagem das paisagens rurais. 1 e 2. Porto, Portugal.
- GASPAR, P. L., & PALLA, J. (s.d.). *Construções palafíticas da bacia do Tejo. Levantamento de diagnóstico do património construído da cultura avieira*. Lisboa: Architectos Sem Fronteiras Portugal.
- Gato Bravo. (s.d.). *Tradições*. Obtido em 18 de Abril de 2015, de Valada do Ribatejo: <http://www.valadadoribatejo.com.pt/valada/cultura/tradicoes>

- Gato Bravo, Produções Digitais. (s.d.). *Galeria*. Obtido em 24 de Julho de 2015, de Valada do Ribatejo:
<http://www.valadadoribatejo.com.pt/galeria>
- GONÇALVES, C. A., COELHO, M. d., & SOUZA, É. M. (Setembro-Dezembro de 2011). VRIO: Vantagem competitiva sustentável pela organização. Fortaleza, Brasil.
- GUERRA, M. J. (1801-1869). *Estudos chorographicos, phisicos e hidrographicos da bacia do Tejo comprehendida no Reino de Portugal, acompanhados de projectos e descrição das obras tendentes ao melhoramento da navegação d'este rio e protecção dos campos adjacente*. . Lisboa: Imprensa Nacional.
- HENRIQUES, E. B. (1999). Cultura, Desenvolvimento e Política Rural: Cinco Pontos para Reflexão. In C. CAVACO, *Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos de Lisboa.
- HUMPHRIES, C. J., & SUTTON, J. R. (2005). *As Árvores de Portugal e Europa*. (P. L. PEREIRA, P. J. PISSARRA, D. R. SILVA, & D. F. TAVARES, Trans.) FAPAS, Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens e Planeta das Árvores.
- ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas. (s.d.). *Flora*. Obtido em 5 de Julho de 2015, de ICNF:
<http://www.icnf.pt/portal/ap/r-nat/rnpb/flora>
- JOAQUIM, G. (2000). Turismo sustentável: o desafio da inovação e da tradição. In O. SIMÕES, & A. CRISTOVÃO, *TERN - Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (pp. 57-64). Instituto Politécnico de Coimbra: Edições IPC.
- Madeira, JM . (2015). *Cruzeiro Religioso do Tejo evoca até 15 de junho tradições ribeirinhas*. Obtido em Junho de 25 de 2015, de JM Madeira: <http://www.jm-madeira.pt/artigos/cruzeiro-religioso-do-tejo-evoca-até-15-de-junho-tradições-ribeirinhas>
- MAGALHÃES, M. R. (2008). *Morfologia da Paisagem*. Obtido em 10 de Setembro de 2015, de Universitat Rovira i Virgili: http://www.urv.cat/dgeo/media/upload/arxius/Lisboa/05_morfologia_del_paisaje.pdf
- MAGALHÃES, M. R. (2013). Para uma intervenção no espaço rural português. In A. V. SERRÃO, *Filosofia e Arquitectura da Paisagem. Intervenções* (pp. 163-176). Amares: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- MediaPie. (s.d.). *Countryside Alliance*. Obtido em 13 de Julho de 2015, de Countryside Alliance:
www.countryside-alliance.org/policy/whatis/index.html
- O Meu Jardim. (2010). *Tamarix africana Poiret*. Obtido em 5 de Julho de 2015, de O Meu Jardim:
<http://omeujardim.com/plantas/tamarix-africana-poiret>

- OLIVEIRA, E., GALHANO, F., & PEREIRA, B. (s.d.). Construções Primitivas em Portugal. In P. L. GASPAR, & J. PALLA, *Construções palafíticas da bacia do Tejo: Levantamento de diagnóstico do património construído da cultura avieira*. Lisboa: Architectos Sem Fronteiras Portugal.
- OLIVENÇA, P. (s.d.). *Garça-real*. Obtido em 12 de Julho de 2015, de Aves de Portugal: <http://www.avesdeportugal.info/ardcin.html>
- PACHECO, T. (5 de Abril de 2010). *Curiosidades, lendas...: O Episódio de Pedro Escuro (1147)*. Obtido em 15 de Abril de 2015, de Ribatejo: http://www.ribatejo.com/hp/base/cgi-bin/ficha_lenda.asp?cod_lenda=20
- PEREIRA, A. J. (2014). *Lepidophorum repandum*. Obtido em 5 de Junho de 2015, de Flora-On: Flora de Portugal Interactiva: <http://www.flora-on.pt/#/1Lepidophorum+repandum>
- PEREIRA, A. J. (2014). *Phragmites australis*. Obtido em 5 de Julho de 2015, de Flora On: Flora de Portugal Interactiva: <http://www.flora-on.pt/#/0CHcy>
- PEREIRA, F., CRISTÓVÃO, A., VILAS BOAS, D., & GERRY, C. (1999). Novas Actividades Económicas em Meio Rural. In C. CAVACO, *Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia*. Lisboa.
- PEREIRA, N. T., FREITAS, A., & DIAS, F. (s.d.). Construções Primitivas e Portugal. In P. L. GASPAR, & J. PALLA, *Construções palafíticas da bacia do Tejo: Levantamento de diagnóstico do património construído da cultura avieira*. Lisboa: Architectos Sem Fronteiras Portugal.
- PFAF. (1996). *Salix alba*. Obtido em 5 de Julho de 2015, de Plants For A Future: <http://www.pfaf.org/user/Plant.aspx?LatinName=Salix+alba>
- PIMENTEL, A. (1908). A Extremadura Portuguesa, Primeira Parte, O Ribatejo. In C. M. Cartaxo, *O Concelho do Cartaxo: o Vinho, a Terra e o Tejo* (p. 115). Mem Martins: Ferraz e Azevedo Lda.
- PINHEIRO, S. (1963). *Barcos Típicos do Tejo*. Lisboa: Produce.
- Portugal, Quaternaire. (s.d.). *Consultoria para o Desenvolvimento SA. Manual de Boas Práticas*. Ponte de Lima: Associação do Turismo de Aldeia.
- Portugal, Quaternaire;. (s.d.). *Consultoria para o Desenvolvimento SA. Manual de Boas Práticas*. Ponte de Lima: Associação do Turismo de Aldeia.
- PROAP, L. (2010). *PROAP - Arquitectura Paisagista*. Lisboa.
- RAMALHO, C. E. (2014). *Chamaemelum fuscatum*. Obtido em 5 de Julho de 2015, de Flora On: Flora de Portugal Interactiva: <http://www.flora-on.pt/#/h5yq3>

- Rede Rural Nacional. (s.d.). *Circuitos Curtos e a Distribuição Alimentar*. Obtido em 7 de Agosto de 2015, de Rede Rural Nacional: <http://www.rederural.pt/index.php/pt/noticias/78-noticias/906-os-circuitos-curtos-e-a-distribuicao-alimentar>
- REDOL, A. (1942). *Avieiros*. Mem Martins: Europa-América.
- REIS, J. (1999). O rural e o urbano: as novas soluções institucionais e o problema da densidades dos meios. In C. CAVACO, *Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa.
- RIBEIRO, M. (2003). Pelo turismo é que vamos/podemos ir?. Sobre as representações e visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento rural. In O. SIMÕES, & A. CRISTOVÃO, *TERN - Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (pp. 41 - 56). Instituto Politécnico de Coimbra: Edições IPC.
- Rota Vale do Côa. (2014). *Parceiros*. Obtido em 15 de Setembro de 2015, de Vale do Côa: Grande Rota: <http://granderotadocoa.pt/pt/parceiros>
- SAA, M. (1967). *As grandes vias da Lusitânia: o itinerário de António Pio*. Lisboa: Sá da Costa.
- SALVADO, M. A. (1985). *Os Avieiros nos finais da década de cinquenta*. Castelo Branco.
- SANTA-RITTA, G. (1982). *Portugal. A expressão da paisagem*. Lisboa: Terra Livre.
- SANTOS, M. d. (1998). A descaracterização da paisagem rural. Breve apontamento sobre o caso de Azoia - Leiria. *Retalhos do Passado*, (pp. 114-134). Leiria.
- SARAIVA, M. d. (1999). *O rio como Paisagem - Gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SERRÃO, A. V. (2011). A paisagem como problema da filosofia. In A. V. SERRÃO, *Filosofia da Paisagem - Uma Antologia* (pp. 13 -35). Braga: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- SIMÕES, O., CRISTOVÃO, A., & BURNAY, M. J. (2003). Contributos para o aproveitamento alternativo dos espaços rurais e naturais. In O. SIMÕES, & A. CRISTOVÃO, *TERN - Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (pp. 267-278). Instituto Politécnico de Coimbra: Edições IPC.
- Sociedade Portuguesa de Botânica . (2014). *Chamaemelum fuscatum*. Obtido em 5 de Julho de 2015, de Flora On: Flora de Portugal Interactiva: <http://www.flora-on.pt/#/1Chamaemelum+fuscatum>
- SOUSA, J. (s.d.). *Andorinha-das-barreiras*. Obtido em 12 de Julho de 2015, de Aves de Portugal: <http://www.avesdeportugal.info/riprp.html>

- TABACOW, J. (2004). *Roberto Burle Marx: Arte & Paisagem*. (S. Nobel, Ed.) Obtido em 1 de Agosto de 2015, de https://books.google.pt/books?id=_eoFScLji3wC&pg=PA128&lpg=PA128&dq=recursos+paisag%C3%A9Dsticos&source=bl&ots=ujEPdiNgLU&sig=yNU35Y63vpYiDWJyh6fUKyQfLwA&hl=pt-PT&sa=X&ved=0CEAQ6AEwCGoVChMkf-j8s-MxwIVQz8UCh0CwQBG#v=onepage&q=recursos%20paisag%C3%ADsticos&
- Tejo Rádio Jornal. (s.d.). *Ponte Rainha D. Amélia Trânsito Suspenso*. Obtido em Julho de 25 de 2015, de Tejo Radio Jornal: <http://www.tejoradiojornal.pt/ponte-rainha-dona-amelia-transito-suspenso/>
- TELLES, G. R. (2011). Paisagem Global: Um conceito para o futuro. In A. V. SERRÃO, *Filosofia da Paisagem. Uma Antologia* (pp. 476-485). Braga: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Terra das Ideias. (s.d.). *O EVOA*. Obtido em 28 de Julho de 2015, de EVOA: http://www.evoa.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=172&Itemid=489&lang=PT
- WISBORG, C. R. (s.d.). *Sambucus nigra*. Obtido em 5 de Julho de 2015, de Hortipedia - The GardenInfoPortal: http://en.hortipedia.com/wiki/Sambucus_nigra

ANEXO A: ENTREVISTA PARA A COORDENADORA DO PROJECTO EM REDE *ALDEIAS DE PORTUGAL*

EXCERTO DAS PERGUNTAS AO ENTREVISTADO

- i) Como começou?
- ii) O que fizeram em primeiro lugar?
- iii) Que pessoas/entidades foram envolvidas?
- iv) Quais as actividades/tradições que estiveram na génese do projecto?
- v) Como envolveram as pessoas?
- vi) Que actividades económicas foram potencializadas? De que forma?
- vii) Foram desenvolvidos projectos de arquitectura? E de imagem?
- viii) Foram desenvolvidos projectos de reabilitação paisagística?
- ix) Quais os critérios de escolha das Aldeias?

ANEXO B: ENTREVISTA PARA A COORDENADORA DO PROJECTO EM REDE *ALDEIAS DE PORTUGAL*

EXCERTO DAS RESPOSTAS DO ENTREVISTADO

- i) A rede teve início na recuperação do património edificado das aldeias a partir das iniciativas dos programas AGRIS, LEADER e PRODER. As primeiras intervenções foram realizadas em espaços a infra-estruturas públicas, na criação de alojamento turístico e percursos pedestres. Depois, em 1999, da necessidade de conjugação de esforços, surge a ATA. É a ATA quem atribui a classificação às “Aldeias de Portugal” e ficou responsável pela gestão da marca. É também quem, em parceria com os municípios, identifica os núcleos com potencial turístico e de desenvolvimento local.
- ii) A reconversão das habitações renovadas em alojamento turístico. Mais tarde, o olhar incidiu-se sobre a gastronomia, tradições e nas associações recreativas.
- iii) Agentes locais, regionais, nacionais, públicos e privados. O envolvimento de entidades, a integração em redes e desenvolvimento de parcerias têm sido fundamentais. Ressalto o facto da criação de redes e parcerias não se restringir apenas à iniciativa da população e empreendedores locais. O envolvimento destas entidades tem rentabilizado recursos e têm estabelecido sinergias, muitas delas têm inclusive contrariado alguns efeitos de isolamento físico de alguns meios rurais.
- iv) Várias. Com um total de 83 aldeias classificadas não é fácil enumerar, até porque, cada aldeia tem a sua história, as suas vivências e tradições. Nenhuma é igual à outra. Exemplifico uma actividade que esteve na origem do robustecimento demográfico e demonstrativo da capacidade empreendedora da população. É o caso de um trabalho desenvolvido com a população de Quintadona, mais precisamente com o grupo de teatro amador, muito peculiar pelas máscaras que usam. Este grupo tem desenvolvido diversos espectáculos e eventos artísticos, entre os quais a “Festa do Caldo”, tal como o nome indica, após o espectáculo de teatro os visitantes saboreiam as sopas tradicionais. Este ano comemorou a XVII Edição e atraiu à aldeia um 14.000 visitantes.
- v) Todos os projectos foram desenvolvidos sempre junto da população e das associações locais para melhor perceber onde intervir. Depois do levantamento das aldeias de interesse e da criação da marca [Aldeias de Portugal], foram realizadas acções de sensibilização da população com o intuito de dar a conhecer o propósito dos projectos, criando um elo com a comunidade e garantindo a promoção das suas actividades.
- vi) Vários projectos têm contribuído para a injeção de rendimento e criação de emprego. Tem sido explorada a capacidade empreendedora e de iniciativa da população. Posso citar a título de exemplo a aldeia de Campo Benfeito, onde os projectos e iniciativas contribuíram para a revitalização da população residente e resultaram da capacidade empreendedora da própria população. Os resultados foram muito bons, o contributo das iniciativas permitiram não só a

fixação da população residente mas também para o seu rejuvenescimento, a população com idades inferiores aos 15 anos passou de 3 para 14 pessoas entre 2001 e 2011.

As actividades económicas desenvolvidas tiveram sempre por base o envolvimento e capacidade empreendedora da população. As que mais se destacam são a criação de alojamento, na aldeia de Campos, e revitalização da adega Típica da aldeia da Pena, que apesar do seu difícil acesso, é muito procurada pelos visitantes.

- vii) Sim, aliás, a maioria das aldeias intervencionadas foi alvo de requalificação arquitectónica. A contribuição dessa recuperação ainda que possa constituir um factor de atracção, oferece qualidade de vida e níveis de conforto da população. As intervenções tiveram sempre em atenção as escalas de valorização arquitectónica, sendo necessário ter em conta a dimensão do aglomerado, de forma a evitar que as intervenções possam passar despercebidas. Embora importante destaca o facto de a recuperação arquitectónica, embora seja importante, não é condição bastante para a dinamização do território.
- viii) Sim, vários. O primeiro que me vem à memória é a aldeia de Montesinho. Esta encontra-se junto ao Parque Natural de Montesinho, uma área protegida em Bragança. As mais recentes intervenções de reabilitação na aldeia são fruto do financiamento do próprio Parque. Estas intervenções têm contribuído muito para a taxa de visitação da aldeia. Este exemplo de relação de entreajuda tem-se vindo a reflectir no crescente envolvimento e interesse pela localidade por parte da população local. Outro exemplo de reabilitação paisagista é o caso da *branda* da Aveleira.
- ix) São escolhidas para ingressar nas “Aldeias de Portugal” as povoações que cumprem um de dois requisitos: terem habitantes ou vivência social. A *branda* da Aveleira retracts bem a condição da vivência social. Embora completamente abandonada, os campos em volta eram cultivados e percorridos pelos pastores e o seu gado. A recuperação desta aldeia foi apenas para fins turísticos, incluindo a abertura de um restaurante, e a exploração do território é feita pelos pastores levando os visitantes a percorrerem os trilhos das cabras.

ANEXO 1: PLANO GERAL

CARTAXO, RIBATEJO

1 PLANO GERAL DESIGNAÇÃO DAS ACÇÕES



CORREDORES VERDES: REQUALIFICAÇÃO DAS ZONAS AGRÍCOLAS
 Plantação de corredores vegetativos ao longo dos caminhos que separam as diversas culturas com o objectivo de impulsionar a biodiversidade destes espaços.
 Introdução do regime de pequena agricultura com a produção de produtos locais.



MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE NAVEGABILIDADE
 Requalificação dos portos de atracagem em palafita.



ROTA DA TAPADA/POSTOS DE OBSERVAÇÃO
 Trabalhos frequentes de limpeza e manutenção do percurso existentedo
 Zona de estadia e observação da paisagem, em particular, da avifauna.



REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS DO RIO TEJO
 Conservação da rede hidrográfica neste troço do rio Tejo assegurando o bom estado ecológico e condições de escoamento da água e sedimentos. Preservação da vegetação autóctone existente. Eliminação de espécies infestantes/invasoras.



BIRDWATCHING
 Exploração da singularidade e riqueza avifaunística constituindo uma efectiva alternativa à prática de observação das aves.



CIRCUITO CURTO DA PESCA
 Valorização do pescado, para promoção das comunidades piscatórias, fomentando relações de proximidade entre quem pesca e quem consome, estabelecendo um circuito curto de comercialização.

AGRICULTURA: HUMANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NATURAL



DIQUE/TAPADA



ALDEIA DA PALHOTA



PONTE RAINHA D. AMÉLIA



ALDEIA DE PORTO DE MUGE



RIO TEJO



ESTRADA NACIONAL



VALADA DO RIBATEJO

ANEXO 2: CORREDORES VERDES

REQUALIFICAÇÃO DAS ZONAS AGRÍCOLAS

2 SIMBIOSE DA BIODIVERSIDADE: CONECTIVIDADE ECOLÓGICA

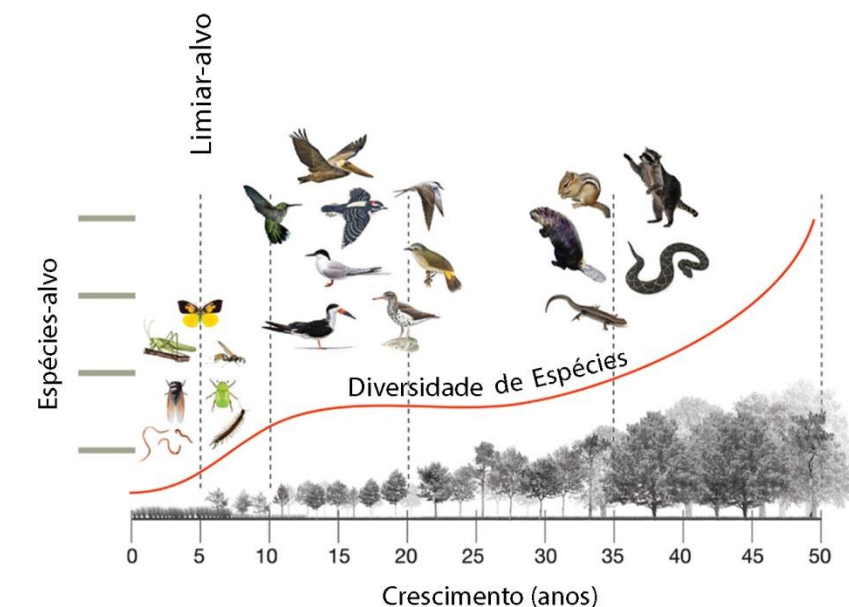
A introdução de corredores ecológicos na zona destinada à prática agrícola, a partir da plantação de espécies arbóreas e arbustivas nos caminhos de separam as culturas, atenuará a barreira física que a estrada nacional hoje representa entre dois elementos dominadores da paisagem: a zona ribeirinha e a zona agrícola.

Torna-rá, portanto, possível uma simbiose da biodiversidade entre zonas, activando uma série de mecanismos ecológicos.

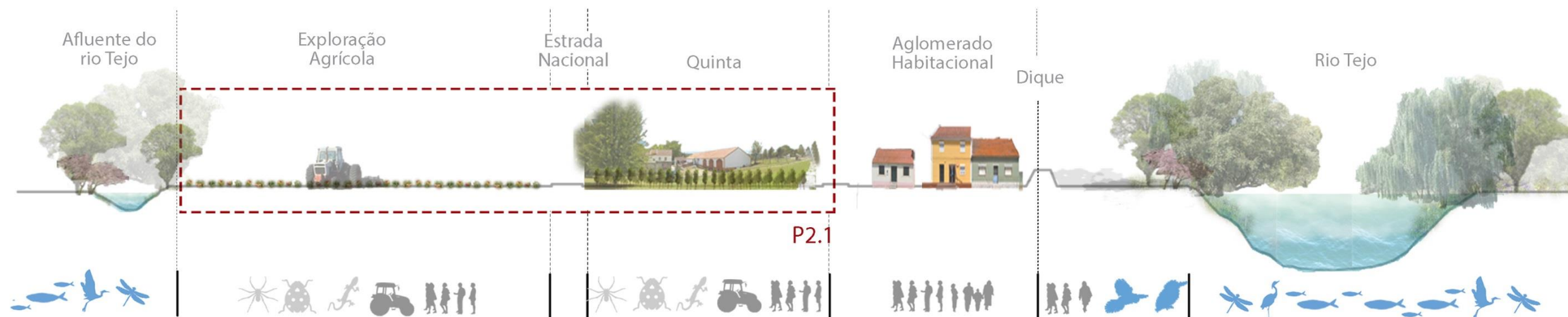


CORREDORES VERDES
(Alcance da Diversidade Biológica)

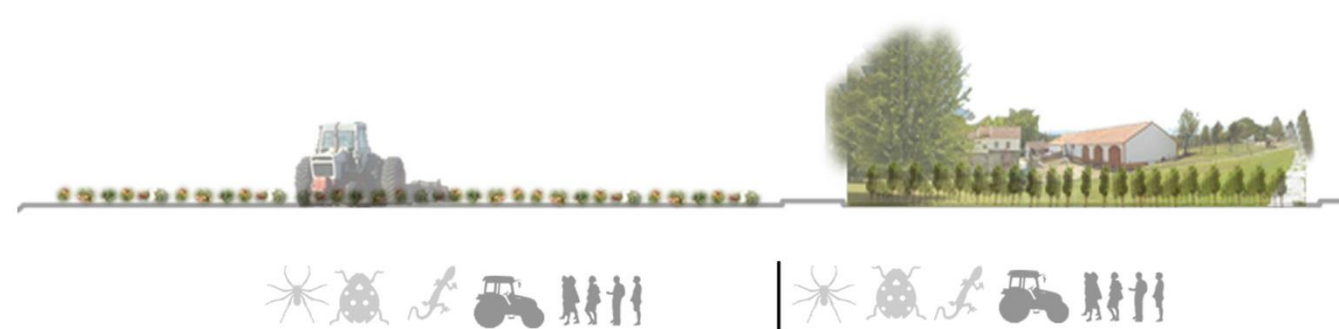
=



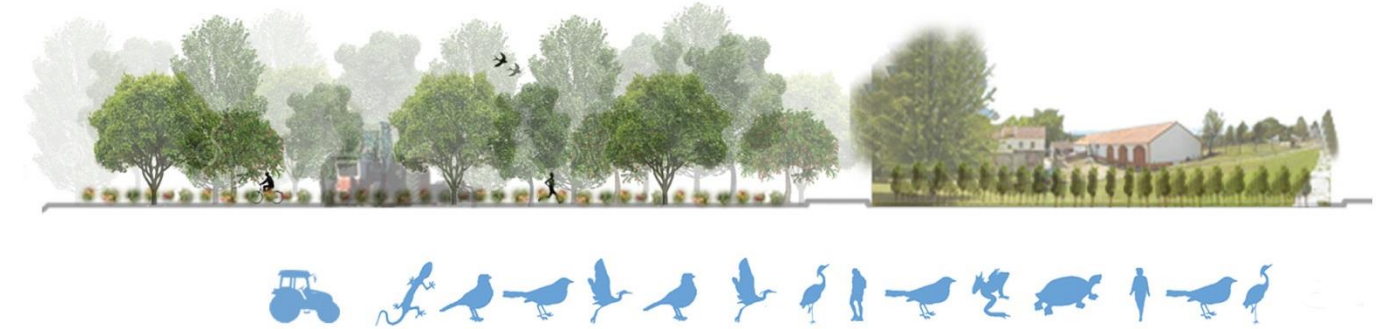
MICROSSISTEMAS:
(Crescimento + Diversidade Biológica)



BIODIVERSIDADE EXISTENTE: SECÇÃO [A] REFERENTE À DIVERSIFICAÇÃO ENTRE ZONAS RIBEIRINHA E AGRÍCOLA
NÃO SE ENCONTRA À ESCALA



P2.1 BIODIVERSIDADE EXISTENTE
NÃO SE ENCONTRA À ESCALA



P2.2 BIODIVERSIDADE ESPERADA APÓS CORREDORES VERDES
NÃO SE ENCONTRA À ESCALA

ANEXO 2.1: CORREDORES VERDES

DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES

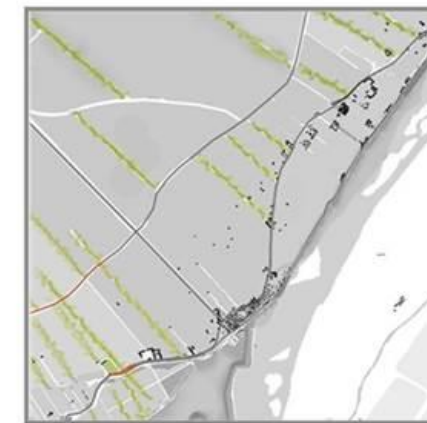
2.1 RESTAURO DA CONECTIVIDADE BIOLÓGICA DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES

COBERTURA

POMAR

SEBE

CORREDORES VERDES



Cupressus lusitanica



Fraxinus abgustipholia



Alnus glutinosa



Malus sylvestris



Cydonia oblonga



Sambucus nigra



Arbutus unedo



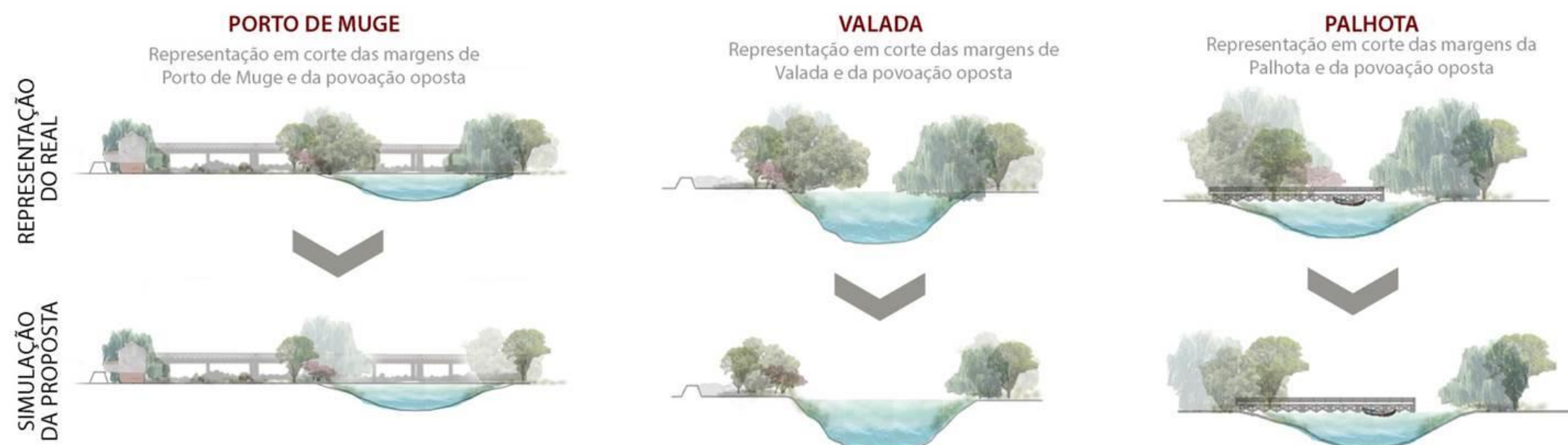
RESTAURO DA BIODIVERSIDADE OUTRORA EXISTENTE: SECÇÃO CORREDOR VERDE
NÃO SE ENCONTRA À ESCALA

ANEXO 3: REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS

VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS GALERIAS RIPÍCOLAS

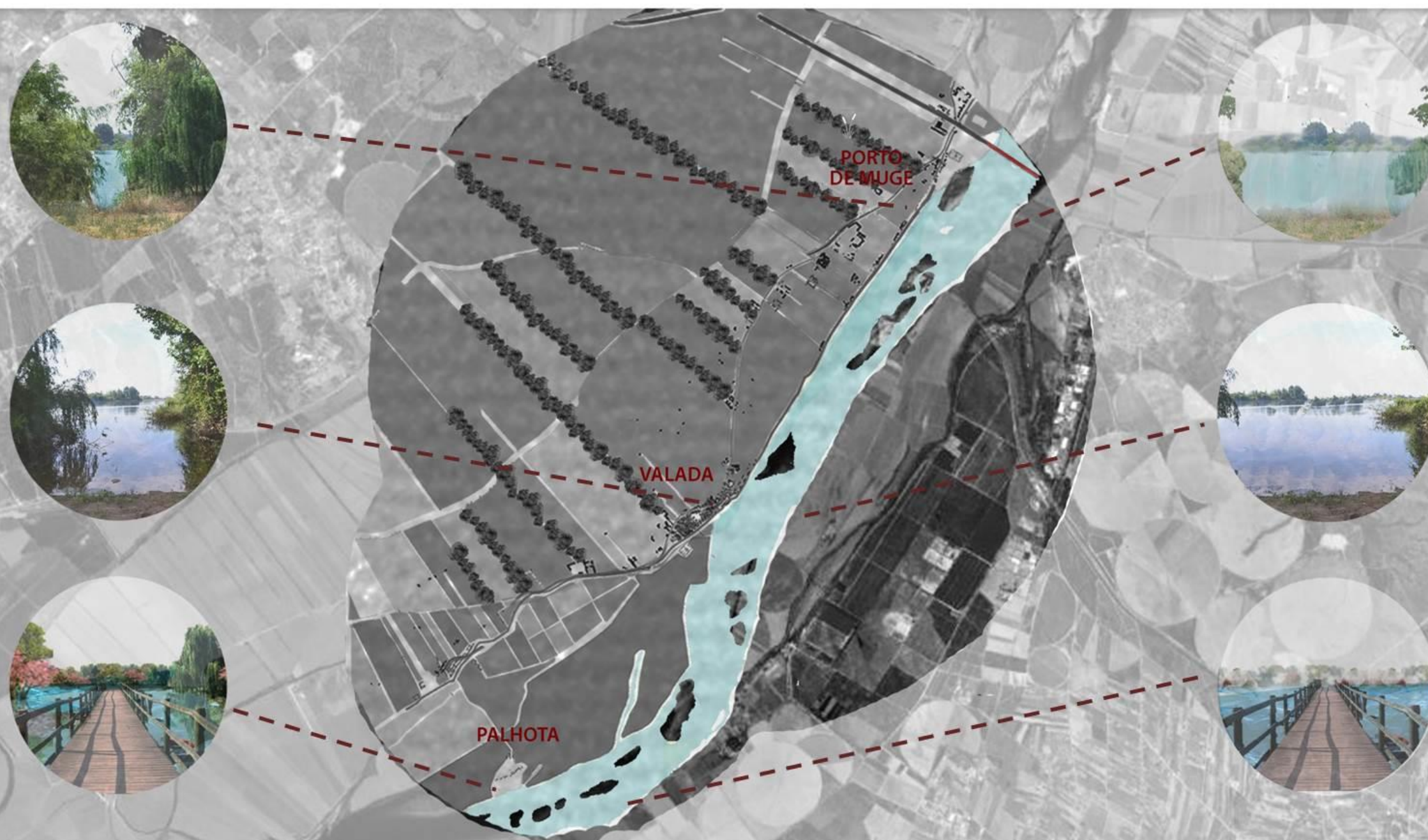
3 VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS GALERIAS RIPÍCOLAS REPRESENTAÇÃO DAS ACÇÕES

As propostas referentes às margens do rio Tejo no troço correspondente à zona de estudo incide sobre a conservação e boa gestão/manutenção das galerias ripícolas. Dado o infeliz historial de cheias da área de estudo, o bom estado ecológico desta vegetação permitiria melhores condições de escoamento das águas e dos sedimentos, minimizando as situações de risco em situação de enchente. Mas, esta proposta representa um duplo benefício, contribuindo também para a valorização cénica da paisagem, uma fragilidade pela falta de manutenção dos espaços ribeirinos.



REPRESENTAÇÃO DO REAL

SIMULAÇÃO DA PROPOSTA



ANEXO 3.1: REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS

VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS GALERIAS RIPÍCOLAS

3.1 REQUALIFICAÇÃO DAS GALERIAS RIPÍCOLAS DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES

COMUNIDADES
ARBÓREAS

COMUNIDADES
ARBUSTIVAS

REVESTIMENTO

MARGENS RIO TEJO



Escala 1:50 000



Fraxinus abgustipholia



Alnus glutinosa



Salix alba



Sambucus nigra



Cydonia oblonga



Tamarix africana



*Lepidophorum
repandum*



REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS:
REPRESENTAÇÃO EM CORTE
NÃO SE ENCONTRA À ESCALA

ANEXO 4: RECUPERAÇÃO DOS PORTOS PALAFÍTICOS

MELHORIA DA NAVEGABILIDADE FLUVIAL

4 RECUPERAÇÃO DOS PORTOS PALAFÍTICOS MELHORIA DA NAVEGABILIDADE FLUVIAL



▲
ALDEIA DE PORTO DE MUGE
Localização dos portos palafíticos



▲
ALDEIA DA PALHOTA
Localização do porto palafítico



LOCALIZAÇÃO DOS PORTOS:
REPRESENTAÇÃO EM PLANTA
ESCALA: 1:20 000

ANEXO 5: *BIRDWATCHING*

VALORIZAÇÃO DA SINGULARIDADE AVIFAUNÍSTICA



▲ DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES: REPRESENTAÇÃO EM PLANTA
ESCALA: 1:20 000



ABRIGO PARA OBSERVAÇÃO DE AVES: REPRESENTAÇÃO EM CORTE
NÃO SE ENCONTRA À ESCALA

5 BIRDWATCHING VALORIZAÇÃO DA SINGULARIDADE AVIFAUNÍSTICA

São inúmeras as espécies autóctones e em vias de extinção, que podem ser observadas ao longo do rio Tejo. O troço correspondente à freguesia de valada é particularmente privilegiado, constituído essencialmente por espécies migradoras, que ali nidificam ou permanecem temporariamente, durante os seus períodos de migração para a Europa setentrional (onde nidificam) e para as regiões de África (onde invernam).

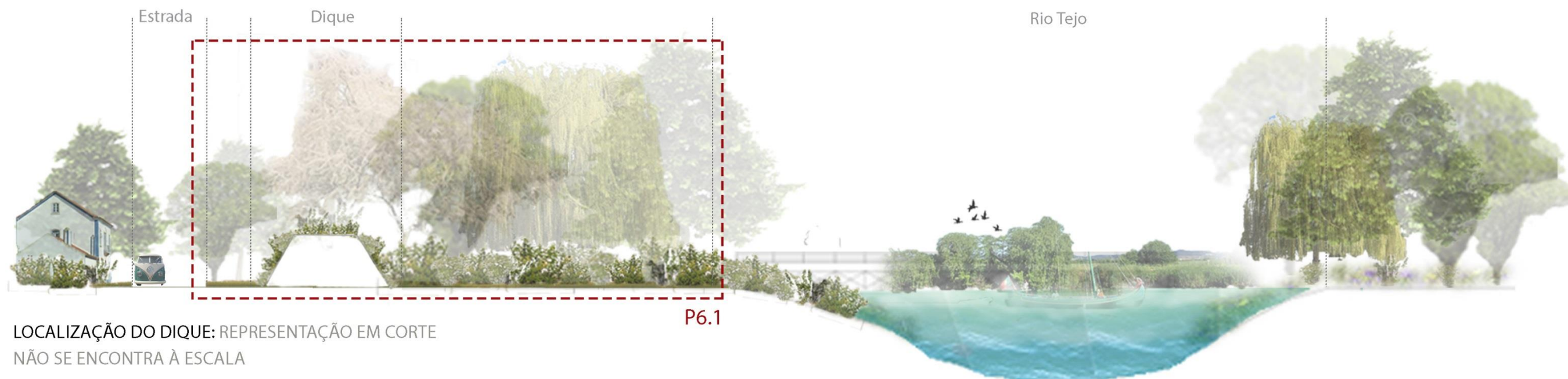
Observáveis ao longo de todo o ano, pretende-se que as aves e a sua observação sejam associadas a Valada do Ribatejo como uma oferta efectiva à prática de *birdwatching*. A proposta traçada para a exploração desta prática pretende valorizar as ofertas já existentes (por via fluvial), complementando-as através da implementação de um abrigo terrestre para uma oferta mais completa à prática do *birdwatching*.

Locais Previligiados: Mouchão de Escaroupim, Mouchão das Casas Altas, Mouchão da Saudade, Mouchão da Casa Brancas.

ANEXO 6: DIQUE/ ROTA DA TAPADA

MELHORIA DAS ACESSIBILIDADES

6 DIQUE: ROTA DA TAPADA MELHORIA DAS ACESSIBILIDADES



P6.2 MOBILIÁRIO URBANO NÃO SE ENCONTRA À ESCALA



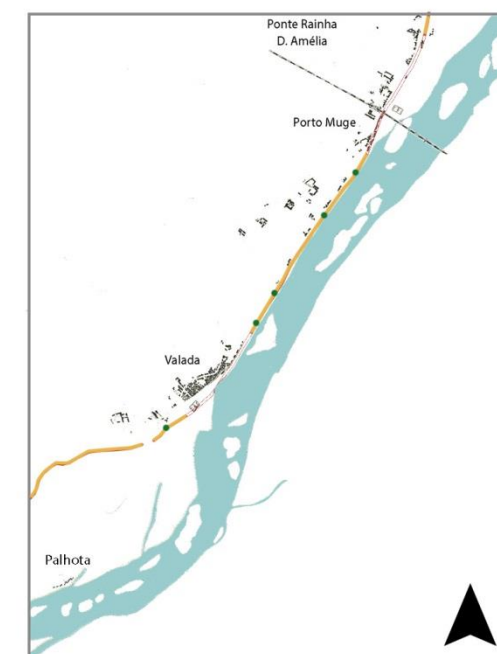
BANCOS COM CALDEIRAS
Bancos desenhados a pensar no conforto e descanso dos peregrinos, na apreciação da paisagem privilegiada sobre o rio Tejo, o no conforto térmico que a sombra das árvores oferece nos dias mais quentes de Verão.



SINALÉTICA
Pensada com o objectivo de conter informação acerca da distância entre aldeias, da localização de serviços e da paisagem ao longo da Rota da Tapada: património hidrográfico, avifauna, mouchões etc.



LOCALIZAÇÃO DO DIQUE:
REPRESENTAÇÃO EM PLANTA
1:25 000



LOCALIZAÇÃO DOS TROÇOS
SUJEITOS A LIMPEZA,
MANUTENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO
DE MOBILIÁRIO
REPRESENTAÇÃO EM PLANTA
1:25 000